



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

URZIANA DAMASCENO VIANA DE MORAES

**ANÁLISE DE CONTEÚDO DO RADIOJORNAL 1ª EDIÇÃO DA FM UNIVERSITÁRIA
DA UFPI**

**TERESINA-PI
2020**



URZIANA DAMASCENO VIANA DE MORAES

**ANÁLISE DE CONTEÚDO DO RADIOJORNAL 1ª EDIÇÃO DA FM UNIVERSITÁRIA
DA UFPI**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do grau de mestre em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Orientação: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima

Linha de Pesquisa: Processos e Práticas Jornalismo

TERESINA-PI
2020

FICHA CATALOGRÁFICA Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação

M827a Moraes, Urziana Damasceno Viana de

Análise de conteúdo do Radiojornal 1ª edição da FM
universitária da UFPI / Urziana Damasceno Viana de Moraes.

– 2020.

142 f.

Cópia de computador (printout).

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2020.

Orientação: Profª. Drª. Nilsângela Cardoso Lima.

1. Análise de Conteúdo. 2. FM Universitária. 3. Estudo
de Caso. 4. Radiojornalismo. I. Título.

CDD: 070.19

URZIANA DAMASCENO VIANA DE MORAES

**ANÁLISE DE CONTEÚDO DO RADIOJORNAL 1ª EDIÇÃO DA FM UNIVERSITÁRIA
DA UFPI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 06/03/2020

PROFA. DRA. NILSÂNGELA CARDOSO LIMA
Presidente

PROFA. DRA. CRISTIANE PORTELA DE CARVALHO
Examinadora

PROFA. DRA. LÍVIA MOREIRA BARROSO
Examinadora Externa

Aos meus pais, Teresinha e Ursulino.

Aos meus irmãos Ursulino, Uriel e minha irmã
Urderiana.

As minhas sobrinhas Thayná, Júlia e Elena.

Aos meus avós Júlio, Cimodocéa e Cristina (In
memoriam).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pelas graças que nos concede.

Aos meus pais, Teresinha e Ursulino, pelo incentivo e, principalmente, por sempre proporcionarem, com muito esforço, o acesso à educação.

Aos meus irmãos, minha irmã e aos amigos que sempre me incentivam nessas jornadas em busca de qualificação pessoal, profissional.

A minha orientadora, Prof.^a dr.^a Nilsângela Cardoso Lima, pelas valiosas contribuições na construção desse trabalho e na minha carreira acadêmica.

A UFPI e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, porque além de agradecer é preciso lutar por uma educação pública.

A FM Universitária da UFPI, onde iniciei meus primeiros passos no jornalismo e às amigas que ali brotaram.

E por fim, mas não menos importante, a todos aqueles que trabalham, que pesquisam e contribuem com estudos radiofônicos no Piauí, ou simplesmente, são ouvintes e apaixonados por rádio, assim como eu.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o conteúdo noticioso do Radiojornal 1ª edição da FM Universitária 96,7 vinculada à Universidade Federal do Piauí (UFPI), a partir de preceitos legais para rádios educativas. As rádios universitárias estão presentes na radiodifusão brasileira há muito tempo. Porém, até o momento, não existe um aparato legal que, de forma explícita e direta, se refira a essas emissoras, ou seja, não há uma definição do que sejam ou mesmo um modelo de atuação dessas rádios. Com base neste interesse é que se tem como objetivo fazer uma Análise de Conteúdo do Radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI, tendo como compreensão o surgimento e o desenvolvimento da radiodifusão educativa, pública, universitária e os normativos legais que a essas se aplicam. Nesse sentido, a metodologia adotada foi Análise de Conteúdo (AC), na perspectiva de Bardin (1977), combinada ao Estudo de Caso do radiojornal 1ª edição da FM Universitária, baseando-se em autores como Yin (2001) e Gil (1991; 2008) e ainda História Oral utilizando-se autores como Freitas (2006) e Albertin (2005). O *corpus* da pesquisa é formado pelas edições do radiojornal 1ª edição que foram levadas ao ar na semana de 21 a 25 de maio de 2018 e 25 a 29 de março de 2019, os quais são analisados à luz do referencial teórico proposto sobre radiojornalismo. Conclui-se que o Radiojornal 1ª edição não traz na forma ou no conteúdo de suas produções, de forma satisfatória, o caráter educativo-cultural ou instrutivo que se espera de uma rádio do segmento educativo.

Palavras-chave: Radiojornalismo. Análise de Conteúdo. Estudo de Caso. FM Universitária 96,7.

ABSTRACT

This research analyses of the news content of Radiojornal 1ª Edição from FM Universitária 96,7 linked Universidade Federal do Piauí (UFPI) starting from legal precepts for educational radio. University radios stations have been present in Brazilian broadcasting for a long time. However, that is, until now there is no legal apparatus that explicitly and directly refers to these stations. There is no definition of what they are or even a model for the performance of these radios. Based on this interest the objective is to conduct a Content Analysis of Radiojornal 1ª Edição from FM Universitária linked UFPI with the understanding of the emergence and development of educational, public, university broadcasting and the legal regulations that apply to them. Thus the methodology adopted was Content Analysis (CA) in the perspective of Bardin (1977), combined with the Case Study of the of Radiojornal 1ª Edição from FM Universitária, based on authors such as Yin (2001) and Gil (1991; 2008) and Oral History using authors such as Freitas (2006) and Albertin (2005). The research corpus is formed by the editions of Radiojornal 1ª Edição that were taken for the weeks of 21 to 25 May 2018 and 25 to 29 March 2019, analyzed in the light of the theoretical framework on journalism. It was concluded that of Radiojornal 1ª Edição does not bring the form or content of its productions, in a satisfactory way, the educational cultural or instructive character that a radio from the educational segment expects.

Keywords: Radiojournalism. Content analysis. Case study. FM Universitária 96,7.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reportagem sobre inauguração da FM Universitária	46
Figura 2 – Estreia do Jornal sendo noticiado em outros veículos	72
Figura 3 – Divulgação de Entrevista/ Instagram.....	74
Figura 4 – Divulgação de Notícia no Instagram da FM Universitária 96,7.....	74
Figura 5 – Divulgação de notícia via rede social	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Portarias 651/1999 e 3238/2018	35
Quadro 2 – Instituições Federais de ensino e suas emissoras de rádio	42
Quadro 3 – Rádios universitárias signatárias da RUBRA.....	43
Quadro 4 – Rádios Universitárias Federais- Fonte ARPUB.....	43
Quadro 5 – Programação da FM Universitária (2016)	48
Quadro 6 – Estrutura do Radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI 96,7.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formatos Radiofônicos: reportagens e Entrevistas	93
Tabela 2 – Editorias	96
Tabela 3 – Temas	99
Tabela 4 – Fontes	108
Tabela 5 – Alcance/Abrangência	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPI- Agência de Defesa Agropecuária do Piauí

AM – Amplitude Modulada

ARPUB – Associação de Rádio Públicas do Brasil

ART- Artigo

CNE - Conselho Nacional de Educação

DPE- Defensoria Pública do Estado do Piauí

EBC – Empresa Brasileira de comunicação

EJA- Ensino de Jovens e Adultos

FM – Frequência Modulada

GAECO- Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

HUT- Hospital de urgência de Teresina

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

LACEN- Laboratório Central

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MP- Ministério Público

PRF- Polícia Rodoviária Federal

RUBRA – Rede de Rádios Universitárias do Brasil

SDU- Superintendência de Desenvolvimento Urbano

SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa

SINTETRO- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários no Estado do Piauí

TV- Televisão

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O RÁDIO DO PONTO DE VISTA LEGAL	20
2.1 Apontamentos sobre radiodifusão no Brasil e as rádios universitárias.....	21
2.2 Conceitos em formação	25
2.2.1 Rádio Pública.....	25
2.2.2 Rádios educativa e universitária	31
2.3 Fases do segmento universitário no país.....	37
2.4 A FM Universitária 96,7 da Universidade Federal do Piauí- UFPI.....	45
3 JORNALISMO NO RÁDIO: DA LEITURA DO IMPRESSO À PRODUÇÃO DE REPORTAGEM.....	52
3.1 Quando o rádio passa a tocar notícias.....	50
3.1.1 O rádio e o radiojornalismo no Piauí	50
3.2 A linguagem, os gêneros e os formatos radiofônicos	66
3.3 O RADIOJORNAL 1ª EDIÇÃO E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NA FM UNIVERSITÁRIA 96,7	71
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	84
4.1. Estudo de Caso	86
4.2 História Oral	87
4.3 Análise de Conteúdo	92
4.3.1 Categorias de Análise	91
5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO RADIOJORNAL 1ª EDIÇÃO DA FM UNIVERSITÁRIA DA UFPI.....	93
5.1 Editorias	96
5.1.1 Temas	99
5.2 Fontes	108
5.3 Alcance/Abrangência das Pautas.....	113
5.3.1 Alcance/Abrangência Regional.....	114
5.3.2 Alcance/Abrangência Local	116
5.3.3 Alcance/Abrangência nacional e global	118
5.3.4 Alcance/Abrangência Institucional	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121

REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICES	135
Apêndice 1: Modelo de entrevista com o diretor da emissora.....	136
Apêndice 2: Modelo de entrevista com estudante/bolsista do radiojornal 1ª edição.....	137
Apêndice 3: Modelo de entrevista com funcionário (jornalista).....	138
ANEXOS.....	139
Anexo 1: Termo de Consentimento Locutor	140
Anexo 2: Termo de Consentimento Bolsista/estagiária	141
Anexo 3: Termo de Consentimento Diretor da Rádio FM Universitária.....	142

1 INTRODUÇÃO

As rádios universitárias estão presentes na radiodifusão brasileira há muito tempo. Desde a década de 1950, com a inauguração da rádio ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diversas Instituições de Ensino Superior (federais, estaduais e privadas) vem desempenhando este segmento. No entanto, cada uma a seu modo, pois não existe um aparato legal que, de forma explícita e direta, se refira a essas emissoras. Até o momento, não há uma definição do que sejam ou mesmo um modelo de atuação dessas rádios.

Em se tratando de rádio universitárias vinculadas à administração pública (direta ou indireta) algumas questões devem ser colocadas em debate, em especial, devido ao caráter de “coisa pública” que a essas se vinculam, sendo-lhes permitido apenas o que a legislação determina. A própria denominação de pública, como *a priori* são intituladas, é uma dessas questões, uma vez que se observa que muitas emissoras são assim denominadas muito mais pela vinculação à administração pública que por alguma definição legal.

Longe de buscar algum fechamento a estas questões, essa dissertação busca analisar o radiojornalismo em rádio universitária, especificamente, na rádio Universitária vinculada à Universidade Federal do Piauí (UFPI), a partir de preceitos legais para rádios educativas. Com isso, busca-se compreender qual o papel dessas emissoras para a sociedade, sobretudo por se tratar de rádios ligadas à Instituições de ensino superior públicas com produções voltadas para o caráter educativo-cultural e, ainda, que devam buscar o que for de interesse público.

O primeiro ponto que se levanta ao tratar de rádios universitárias é justamente a busca por compreender qual ou quais os seus papéis para a sociedade. Entende-se que as rádios universitárias, estando vinculadas à administração pública, devem orientar-se por preceitos que se atrelam a essas instituições ou entes. No entanto, não há diretrizes específicas para elas, tampouco existe uma definição do que realmente deveriam exercer. Outros pontos importantes se atrelam a busca por entender o que é, para quê e para quem serve uma rádio Universitária.

Foi movida pelo interesse de conhecer e aprofundar os estudos sobre as rádios universitárias, em particular, para a promoção do jornalismo, que a presente dissertação elege como objeto de estudo o radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* da UFPI. Pretende-se ampliar os estudos já existentes sobre rádios universitárias por meio de sua trajetória como meio de comunicação, mas com o olhar voltado para o radiojornalismo da *FM Universitária* da UFPI. Assim, apoiando-se em referências teóricas e bibliográficas sobre jornalismo, a legislação de

rádio pública/educativa e especificamente de radiojornalismo, é que o objetivo desta dissertação tem por interesse analisar o conteúdo do radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* da UFPI, que vai ao ar toda semana de segunda a sexta, ao meio dia.

Por que o interesse no radiojornalismo? E no radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* da UFPI? Primeiramente, pelo fato de o rádio ainda ser um meio importante de comunicação. Por conseguinte, uma rádio pública que se propõe a informar cria certa expectativa quanto a construção de suas produções, tendo em vista que não depende de patrocínios e/ou briga por audiência, isto é, estaria distante de pressões comerciais. Portanto, os critérios que são estabelecidos para produção/construção da notícia em emissora universitária não devem, ou pelo menos não deveriam, se prender aos mesmos critérios de uma rádio comercial, pois essas apresentam propósitos jornalísticos muitas vezes pautados exclusivamente por interesses mercadológicos. Porém, é inegável que há pressões e restrições inatas a rádios públicas, como imposições legais ou ainda porque podem servir apenas de assessoria da Instituição à que se vincula; ou ainda, com produções que não atendam às expectativas do público, seja na linguagem, nos formatos de programas, no conteúdo ou na própria programação. Tais restrições tem implicações diretas na programação oferecida ao público que, muitas vezes, não dialogam com as realidades ou com a comunidade que circunscreve as emissoras.

Outro fator a ser considerado em relação às FMs Universitárias, especificamente à emissora vinculada a UFPI, é o fato de funcionar como rádio laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí. Importa destacar isso porque a programação é produzida por alunos da graduação sob a supervisão de professor(es) do curso, o que significa dizer que a rádio funciona não apenas como um ambiente propício para revelar futuros talentos do jornalismo, mas, igualmente, como uma oportunidade de efetiva prática do jornalismo. Este aspecto suscita outro apontamento que remete diretamente à produção de conteúdo, que se supõe ser orientada, supervisionada, tendo em vista que os graduandos iniciam sua prática no radiojornalismo como estagiários/bolsistas, não só como obrigatoriedade curricular como também complemento à formação acadêmica em Jornalismo naquela Instituição.

As questões aqui levantadas, embora voltadas à análise da produção do radiojornalismo, servem para reflexões, independente do meio (TV, rádio) que se vinculem à administração pública. Contudo, o rádio ainda é um dos meios mais acessíveis e democráticos (ao menos em termos de acesso) e essa condição se dá porque ele ainda representa uma proximidade com o público ouvinte.

A partir do exposto é que se apresenta o problema de pesquisa: como é construído o conteúdo noticioso do radiojornal da *FM Universitária* da UFPI a partir dos preceitos legais para rádios deste segmento? Essa questão coloca-se como norteadora para compreensão se de fato a outorga educativa e as diretrizes legais condicionam os critérios de noticiabilidade, o valor-notícia estabelecido e apresentado em suas produções. Assim, o objetivo geral é analisar o conteúdo noticioso do radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* da UFPI a partir dos preceitos legais para rádios deste segmento. Por conseguinte, os objetivos específicos são os seguintes: compreender o surgimento e o desenvolvimento da radiodifusão educativa, pública, universitária e os normativos legais que a esta se aplicam; descrever o radiojornal 1ª edição da FM da UFPI e os critérios de noticiabilidade para a produção/construção da notícia no rádio; historicizar o desenvolvimento do radiojornalismo brasileiro e piauiense; analisar o conteúdo noticioso do radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* e sua consonância (ou não) com preceitos legais para rádios deste segmento a partir das seguintes categorias: editorias; fontes e abrangência dos conteúdos e uma subcategoria temas.

Para tanto, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, por considerar que importa ir além de alguma quantificação. Sobre a pesquisa qualitativa, Triviños (1987, p. 128) afirma:

A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produto de uma visão subjetiva, [...] desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. Assim, os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas[...].

Os procedimentos metodológicos aqui adotados foram: o Estudo de Caso da *FM Universitária* 96,7 vinculada à Universidade Federal do Piauí. O Estudo de Caso contribui para uma melhor compreensão do objeto. A Análise de Conteúdo (AC) na perspectiva de Bardin (1977), “[...] é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto”. Busca-se, assim, analisar conteúdo noticioso do radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* da UFPI a partir dos preceitos legais para rádios deste segmento. O *corpus* da pesquisa é formado pelas edições do radiojornal 1ª edição, selecionadas de modo aleatório, e que foram levadas ao ar na semana de 21 a 15 de maio de 2018 e 23 a 29 de março de 2019. Essas edições foram devidamente transcritas e analisadas a partir das categorias pré-estabelecidas. Até porque, de

acordo com Bardin (1977), faz-se necessário compreender, codificar o material selecionado, definir as categorias para, então, interpretar os dados coletados.

Com o interesse de compreender a produção de notícia para o rádio, fez-se necessário lançar mãos de autores que se dedicaram a estudar o assunto. Sendo assim, destacam-se Moreira (1991), Ortriwano (1985; 1987; 2002) e Jung (2007) que apresentam as características e o desenvolvimento do radiojornalismo no Brasil; Zuculoto (2003; 2010; 2011; 2017) com enfoque na historiografia da radiodifusão pública; Blois (1996; 2003) com dados da radiodifusão educativa no Brasil; e Deus (2003) com reflexões sobre a função das rádios universitárias enquanto laboratório.

Complementa-se ainda por autores que também discutem e contribuem para os estudos radiofônicos, como: Prado (2015) e Barbeiro (2003), que trazem elementos sobre a prática de jornalismo em rádio; Barbosa Filho (2009) e as discussões e classificações sobre formatos e gêneros radiofônicos; entre outros autores, que são abordados durante este percurso. Destacam-se ainda, apontamentos sobre a História do rádio no Piauí e os primeiros passos do jornalismo de rádio no Estado, com autores como Nascimento (2006), Sousa (2016) e Lima (2007; 2017).

O contexto de ser uma rádio Universitária, de outorga educativa a praticar radiojornalismo, traz caracteres e perspectivas próprias para serem destacadas e analisadas considerando ainda o universo no qual a rádio se insere, instituição pública de ensino superior. Para analisar os critérios de noticiabilidade utilizados pela *FM Universitária* e respectiva produção do radiojornal 1ª edição, deve-se considerar a notícia que é produzida e veiculada por rádio pública universitária. Nesse sentido, vale ressaltar o questionamento levantado por Wolf (1999, p. 85): “Quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” Por ser rádio pública e feita em parte por alunos do Curso de Comunicação Social da UFPI, infere-se que há no mínimo uma certa hierarquia a ser seguida e possivelmente certos assuntos podem ser privilegiados ou preteridos, por se tratar de uma rádio pública de outorga educativa. Além do que é imposto pela própria prática jornalista, merece destaque também a discussão sobre o caráter público educativo e a legislação para rádios públicas educativas, o que acaba por delimitar sua atuação. De acordo com Lopes (2011, p. 12), “a radiodifusão educativa é descrita pela Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, como aquela com finalidade exclusivamente educativa, cuja programação é composta exclusivamente por programas educativo-culturais”. Portanto, há fatores inerentes a própria rotina de produção, como também fatores extrínsecos pré-determinados por normativos legais.

Na sociedade contemporânea, o rádio continua a ser um meio presente, apesar das inovações tecnológicas e a concorrência com outros meios. Frente aos novos desafios que o rádio enfrenta sempre que um novo meio é colocado a serviço da sociedade, percebe-se que ele tem procurado dialogar com as outras mídias, tais como as redes sociais e mesmo meios tradicionais como a televisão. Assim, o rádio até hoje não perdeu seu papel de noticiar, quer pelo largo alcance, quer pela velocidade de propagação, quer pela tradição de ouvi-lo, entre outros fatores que só o meio radiofônico pode apresentar.

Sabe-se que, no Brasil, os meios de comunicação pertencem a poucas famílias, que se perpetuam como detentores do poder e que se configuram como monopólios da mídia e da informação. De acordo com Ramos (2014, p. 13):

A questão da mídia monopolizada no país é um assunto político, que afeta direta ou indiretamente a vida de milhões de brasileiros. Afinal, a manipulação da opinião pública, a partir da distorção dos fatos exercida por esses grandes veículos de comunicação, acaba contribuindo, dentre outras coisas, para definir o futuro político do país. Exemplo disso é a clássica disputa eleitoral de 1989, entre os candidatos à presidência Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, na qual Collor foi eleito muito devido à edição tendenciosa do debate entre os candidatos realizada pela Rede Globo.

Com base nesse olhar sobre o papel da mídia e de quem a detém, deve-se atentar para as mídias alternativas que, de alguma forma, buscam dar espaços a assuntos e a vozes outras que deveriam estar longe de qualquer agendamento promovido por interesses comerciais e/ou políticos. Por isso, a importância de estudar as rádios públicas/educativas/universitárias. Ainda que estas emissoras não se sustentem com patrocínios, vendas de espaços comerciais, é de suma importância para entender e conhecer a quem elas estão veiculadas, porque se não se afinam ao coro de interesses privados, não significa que estejam de fato contribuindo para a população.

Refletir sobre essas questões são necessárias para quem tem interesse em estudar rádios públicas/educativas/universitárias, ainda mais quando elas devem atender a um perfil pré-determinado (rádio pública, educativa). Conhecer essas e outras questões são primordiais para entender o papel de uma rádio pública e almejar um perfil de rádio que contribua de fato para uma efetiva construção de produções de caráter educativo. É nesse intuito que essa dissertação se organiza e se coloca na tarefa de produzir uma narrativa sobre história da Rádio *FM Universitária* da UFPI e analisar a cobertura noticiosa do radiojornal 1ª edição que ela produz e veicula para o público ouvinte.

Para tanto, essa dissertação encontra-se estruturada em seis capítulos. Deste modo, o capítulo, intitulado “O rádio do ponto de vista legal”, trata da radiodifusão no Brasil e pontua algumas leis e decretos que formam o ordenamento sobre o sistema no país. Neste capítulo, são discutidos ainda os conceitos de rádio pública, educativa e universitária. Assim, discorre sobre o segmento universitário, das primeiras outorgas a iniciativas em Rede; bem como sobre a Rádio Universitária 96,7 da UFPI.

O terceiro, sob o título “3 Jornalismo no rádio: da leitura do impresso à produção de reportagem”, trabalha o tema radiojornalismo, perpassando pelas primeiras manifestações desse no rádio brasileiro; os caracteres da linguagem radiofônica e os formatos e gêneros trabalhados no rádio para divulgar as notícias. Este capítulo também se dedica a trazer pontos da história do rádio no Piauí, suas emissoras e primeiros jornais. Fecha-se este segundo momento com a apresentação descritiva do radiojornal 1ª edição da FM 96,7, seu surgimento e objetivos, bem como trata-se dos critérios de noticiabilidade trabalhos no mesmo

No quarto capítulo, intitulado “Procedimentos metodológicos”, apresenta-se os caminhos metodológicos adotados na pesquisa. No quinto capítulo, “Análise de Conteúdo do radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* da UFPI apresenta-se a análise do conteúdo noticioso do radiojornal, por meio de análise categorial: Editorias; Temas; Fontes; Alcance/Abrangência das Pautas; Alcance/Abrangência Regional; Alcance/Abrangência Local; Alcance/Abrangência Nacional e Global; Alcance/Abrangência Institucional. Por fim as considerações Finais.

Nesta perspectiva, apresenta-se nesta dissertação uma análise do conteúdo noticioso do Radiojornal 1ª edição da *FM Universitária* da Universidade Federal do Piauí (UFPI) a partir de preceitos legais para rádios educativas.

2 TIPOS DE RÁDIO DO PONTO DE VISTA LEGAL

Tratar de rádios Universitárias implica, primeiramente, inserir-se em um cenário legal lacunar, onde não existem regulações que definam ou esclareçam o que é ou pode ser considerada rádio Universitária, até porque não existem regulamentos que definam qual o seu papel de forma direta, explícita. Observa-se que sequer existe um modelo de gestão que unifique ou dê diretrizes, ainda que de modo elementar, sobre este segmento.

Sendo um cenário lacunar, de que forma um mergulho na legislação poderia ser útil para entender o funcionamento de uma rádio universitária? Embora não haja normativos específicos em relação ao segmento universitário, há normas gerais que se aplicam a todos os segmentos de radiodifusão e, ainda, destaca-se que ao analisar tais regramentos, percebe-se que as diretrizes para rádio públicas/educativas se enquadram e são usadas, por analogia, a rádios universitárias.

O papel de uma emissora universitária, em uma primeira análise, atrela-se à experimentação que vem das práticas de laboratório dos cursos de Comunicação, onde essas rádios são, muitas vezes, o primeiro contato que os alunos de comunicação têm com o mundo jornalístico. Deve-se, porém, indagar: é este o papel de uma rádio universitária? E em relação as que se propõem a produzir radiojornalismo: o que elas podem ou devem noticiar? Descobertas? Projetos científicos? Notícias gerais?

Para responder tais questionamentos é preciso ressaltar alguns aspectos. O primeiro deles é que rádios universitárias ligadas a instituições públicas (federais ou estaduais) são mantidas por dinheiro público. Assim, existem diretrizes a serem seguidas (se não específicas ao segmento, mas que apresentem normas gerais). Um segundo aspecto é que as emissoras públicas devem uma contraprestação à sociedade que as mantém através dos tributos (pagos direta ou indiretamente). Por último, as emissoras podem se tornar ferramentas de disseminação de informação e mesmo de inclusão de públicos ou comunidades, que podem ali se inserir, participar, tornando evidente o sentido de uma rádio pública. Todos esses questionamentos levantados, anteriormente, só podem ser respondidos a contento se forem considerados a legislação de radiodifusão e o contexto histórico em que aparecem as rádios universitárias, em específico às rádios universitárias ligadas às Universidades Federais.

2.1 Apontamentos sobre radiodifusão no Brasil e as Rádios Universitárias

Toda base legal tem por norte a Carta Magna, portanto, considera-se que a discussão sobre a radiodifusão no Brasil deve começar por ela. A Constituição Federal (CF) de 1988 dedica um capítulo à Comunicação Social, que trata além da outorga, questões sobre propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão, manifestação de pensamento e outros pontos, como resta claro ao se ler os artigos 220 ao 223, em que compete à lei federal:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (BRASIL. Constituição, 1988)

São normas que embora tenham de ser seguidas, carecem de leis que as tornem de eficácia plena. Ou seja, tais normas têm eficácia limitada pela falta de regulamentação posterior. Por isso, muitas vezes, não é observada sua eficácia de fato. Devido a essa falta de posterior regulamentação, faz-se necessário buscar, em textos infraconstitucionais e/ou anteriores àquela, normas que nos permitam compreender o desenvolvimento legal da radiodifusão no país, sobretudo, nas outorgas concedidas à radiodifusão Universitária.

O ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (2019) elenca em sua página na *internet* diversos instrumentos legais sobre Radiodifusão no país, instrumentos esses explicitados por meio de Decretos, Leis ou Portarias. São várias as temáticas dessas normativas, que tratam da regulamentação de serviços de Radiodifusão no Brasil, e que versam sobre: as

funções dos profissionais que trabalhem na área; tratam ainda de rádios comunitárias e das educativas; concessão de outorgas; fiscalização; entre outros pontos. Entretanto, percebe-se que não há nenhuma menção ao segmento Universitário de modo específico. Já em relação à Radiodifusão Educativa, especificamente, destacam-se as seguintes normas:

Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 – Estabelece critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa.

Portaria nº 4335/2015/SEI-MC, de 17/9/2015 – Dispõe sobre os procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa.

Portaria Nº 3.238, DE 20 DE JUNHO DE 2018 Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Estas portarias são de grande relevância para a compreensão do que seja considerado radiodifusão educativa. A Portaria de nº 4.335/2015, por exemplo, trata do plano de outorgas e do processo de seleção pública. A mais recente é a Portaria nº 3.232/2018, que busca nortear a radiodifusão educativa e ainda trata de outorgas e procedimentos de pós-outorga. Porém, para se chegar a esse conjunto de normas elencadas (sobretudo as mais recentes), deve-se conhecer pontos iniciais. Isto é, os primeiros normativos que regulam a Radiodifusão no Brasil, o que requer uma breve periodização a respeito dessas normas, a começar pelos primeiros decretos ainda nos anos de 1930.

Da sua inauguração no centenário da Independência do Brasil, em 1922, à instalação oficial da radiodifusão no Brasil, em 20 de abril de 1923, passou-se quase uma década para que fosse criada a primeira legislação sobre o tema no país. Trata-se do Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931, que regula a execução dos serviços de radiocomunicações, estabelecendo dentre outros pontos os serviços de radiocomunicação, que inclui radiotelegráfica, radiotelefonia e radiotelevisão.

Um ano depois, o Decreto nº 21.111, de 1932, é criado para regulamentar a execução dos serviços de radiocomunicação. De acordo com Carvalho (2013, p. 248), o controle Estatal nas concessões, que se baseava, especialmente, na liberdade de escolha da Administração pública, é característica de nossa legislação sobre radiodifusão. Logo, nos anos 1931 e 1932,

[...] foram promulgados os Decretos no 20.047, de 27 de maio de 1931, e no 21.111, de 1º de março de 1932, precursores da regulação sobre a radiodifusão no país. Esses dois atos normativos previam que as concessões de rádio seriam outorgadas por decreto do presidente da República e consideravam que o serviço deveria atender ao interesse nacional e a finalidades educativas. As concessões somente poderiam ser atribuídas a companhias nacionais dirigidas por brasileiros e teriam prazo de duração de 10 anos, renovável “a juízo do Governo”, que também poderia, a qualquer tempo, rever ou substituir as frequências distribuídas ou, ainda, suspender a execução do serviço, sem qualquer indenização aos concessionários. A regulamentação instituiu, também, a obrigatoriedade de transmissão de um programa nacional, produzido pelo governo, precursor do atual Voz do Brasil, que, à época, se chamava Hora do Brasil.

Ainda segundo Carvalho (2013, p. 245), “de 1930 e o fim da ditadura militar, prevaleceu um modelo autoritário, no qual a forte intervenção estatal convive com a exploração econômica do serviço por particulares. Esse modelo seria modificado pela Constituição de 1988”. Em 1951, com a chegada da televisão, entra em vigor o Decreto nº 29.783, que atualiza dispositivos dos decretos de 1930. Já em 1962, é aprovado o Código Brasileiro de Telecomunicação, normativo entendido como marco inicial da radiodifusão e telecomunicação, publicado no contexto de pouco mais de uma década após a implantação da televisão no Brasil e tendo o rádio ainda bastante expressão e audiência entre os brasileiros. Nele está definido como serviço de telecomunicação, em síntese, toda emissão ou recepção de sons, imagens via fio, rádio ou algum outro processo eletromagnético

O Código de Telecomunicação complementa, em seu artigo 6º, quanto aos fins a que se destina a telecomunicações, especificamente, em relação à radiodifusão. A alínea “d” traz: “Serviço de radiodifusão, destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral, compreendendo radiodifusão sonora e televisão”. Como Código de Telecomunicação, tem-se a primeira iniciativa do governo para regulamentar os meios de comunicação predominantes à época (década de 1960), no caso a televisão, recém-chegada, e o rádio que já contava com várias décadas em execução no país. O Código de Telecomunicações ainda se encontra em vigor, mais de cinquenta anos de sua publicação.

No ano seguinte 1963, cria-se o decreto 52.795, no qual regulamenta os serviços de radiodifusão quanto às outorgas e fiscalização das exigências impostas pela legislação. Ainda na década de 1960, o decreto 236/1967 modificaria o código de 1962 e é a partir deste momento que passa a constar em seu bojo elementos sobre radiodifusão educativa, mas apenas no que se refere a televisão, como se observa em seus artigos 13 ao 15:

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente, possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art. 15. Dentro das disponibilidades existentes ou que venham a existir, o CONTEL reservará canais de Televisão, em todas as capitais de Estados e Territórios e cidades de população igual ou superior a 100.000 (cem mil) habitantes, destinando-os à televisão educativa.

Art. 16. O CONTEL baixará normas determinando a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário, duração e qualidade desses programas.

§ 1º - A duração máxima obrigatória dos programas educacionais será de 5 (cinco) horas semanais.

Pode-se observar que a maior parte da legislação a respeito de radiodifusão no país vem do século passado e bem anterior à Constituição de 1988. Sobre a questão da Legislação defasada em relação aos progressos técnicos e profissionais no setor, Moreira (1991, p. 58) já apontava que dos primeiros ordenamentos, na década de 1960 ao fim dos anos de 1980, não havia se alterado nada de significativo em termos jurídicos:

As leis que regem o setor da Radiodifusão brasileira não sofreram grandes alterações desde a sua implantação no País. Fora algumas modificações de caráter muito mais de atualização, como a regulamentação das transmissões via satélite (no que se refere à televisão) ou os novos regimentos impostos pela introdução de FM (no caso do rádio), a legislação relativa aos meios de comunicação eletrônicos somente mereceu maior atenção, por parte das autoridades, no período que antecedeu a elaboração da nova Constituição brasileira, em 1987/1988.

Das observações de Moreira (1991), referentes ao final da década de 1980 aos dias atuais, corrobora-se com a ideia de que se poderia ter feito mais no que tange a radiodifusão brasileira, notadamente, em termos legais. Acrescenta-se, no entanto, que recentemente, alguns desses decretos vêm passando, em alguns casos, por alterações; como o decreto 52.795/1963 que foi alterado, em 2017, no sentido de tornar mais célere ou menos burocrática a concessão de outorgas. Cita-se ainda que, em 2018, entrou em vigor o Decreto 9.612 que trata sobre políticas públicas de telecomunicação, tratando de criações legais mais recentes no âmbito da telecomunicação.

Esta breve periodização demonstra a falta de interesse do legislativo em regulamentar o segmento universitário, pois em nenhum momento se tem, em algum normativo, algo que se direcione ao segmento. Com isso, ao tratar do segmento universitário, deve-se discutir sobre os “vácuos legais”, que implicam: relacionar ou associar a este segmento conceitos ou normas atribuídas à radiodifusão educativa. Por não se ter nada destinado diretamente à radiodifusão universitária, pode-se inferir que o motivo de as Universitárias serem “invisíveis” legalmente decorre de suas outorgas educativas e de suas vinculações a Instituições de Ensino Superior Públicas. Isto é, avalia-se que não haveria necessidade de leis específicas para as rádios universitárias visto que, por analogia, os conceitos, as vedações e permissões que servem ao sistema Educativo poderiam também lhes ser úteis, pois elas estariam contidas no conjunto maior das rádios Educativas. Contudo, questiona-se: as rádios Universitárias são sinônimas de rádio educativa? Ou de rádio Pública? É o que se passa a discutir.

2.2 Conceitos em formação

Esse tópico dedica-se a discussão de conceitos, “em aberto” ou “em formação”, sobre rádio educativa, universitária e/ou pública, tendo em vista que não há, até o momento, nenhuma definição normativa, sendo, muitas vezes, estes conceitos aplicados de forma superficial ou generalista.

2.2.1 Rádio Pública

Qual o conceito de rádio Pública? O que a define como tal? Em pesquisa sobre o conceito de Radiodifusão pública, Curado e Del Bianco (2014, p. 5) destacam que a titularidade é um primeiro aspecto utilizado ao se definir uma rádio como pública:

[...] A definição de uma TV pública, privada ou estatal está na “titularidade do veículo ou a natureza institucional de seu explorador”. Ou seja, a origem da empresa ou órgão que gerencia e opera as emissoras é o que define se ela é pública, privada ou estatal. E, portanto, caracteriza-se como pública a empresa de comunicação operada por uma “companhia estatal com uma estrutura institucional que lhe garanta autonomia de gestão e financeira”. Este é o conceito usado por quase 100% dos artigos lidos. Se TV ou rádio foram fundadas por um órgão público, ela também se caracteriza como tal. Contudo, o conceito de radiodifusão pública não se limita à sua origem administrativa.

Como destacado por Curado e Del Bianco (2014), a origem ou vínculo institucional não se faz suficiente para assim defini-las. Por isso, retomar as colocações sobre o enquadramento de uma rádio ser ou não pública e, ainda, a diferença entre essas últimas e as Estatais se faz importante para compreensão do papel e do lugar de uma rádio universitária.

A priori, toda e qualquer autorização para explorar a radiodifusão no Brasil deve ser concedida pelo poder Executivo. Faz parte da Constituição de 1988, em seu artigo 223, que: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”. Analisando este artigo da Constituição, surgem questões relacionadas a diferenciação entre: Público e Estatal, o que o texto constitucional não faz. A CF de 1988 não deixa claro qual seria então a diferença entre os dois. Como destaca Roldão (2006, p. 4):

Se por um lado é extremamente positivo que na Constituição esteja citada a complementaridade entre os três sistemas, incluindo o público, infelizmente este artigo está entre aqueles da lei máxima de nosso país, dentro do capítulo que trata da comunicação, que ainda não foram regulamentados.

Essa é uma questão bastante complexa onde muitos buscam aspectos que possam, de alguma forma, apontar diferenças para enquadrar as emissoras em um ou outro sistema. A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), por exemplo, é colocada como pública, no entanto, não pode mais ser considerada como tal. Na sua criação com a Medida Provisória (MP) 398 de 2007, instituía-se que “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC”. Por essa MP, a EBC seria administrada por Conselhos (Administrativos, Fiscal e ainda um conselho Curador) e o conselho curador contava com representantes da sociedade civil. No ano seguinte, a MP

398/2007 foi convertida na Lei 11.652/2008, o que ratificaria sua existência como determinado pela MP. Porém, em 2017, a Lei 11.652/2008 sofre significativas alterações.

Tais alterações são elencadas na lei nº 13.417, de março de 2017, com mudanças, sobretudo, na questão da participação da administração da EBC, extinguindo o conselho curador. A questão da participação ou controle pela sociedade é apontada por alguns estudiosos como norte para definição do que venha a ser radiodifusão pública. Leal Filho (2017) assegura que:

[...] ao contrário do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, onde as emissoras públicas se constituíram na primeira metade do século passado, por aqui só conseguimos esse feito no final de 2007 com a criação da EBC[...] A EBC rompeu com essa prática. Ainda que impulsionada e mantida pelo governo federal, garantiu o seu caráter público com a participação ampla da sociedade em seu órgão máximo, o Conselho Curador. Além disso, deu ao seu presidente um mandato de quatro anos, revogável apenas por decisão do próprio Conselho. Uma das primeiras medidas do governo que substituiu, por meio de um golpe parlamentar a presidenta Dilma Rousseff, foi acabar com esses dois instrumentos institucionais garantidores do caráter público da empresa. A EBC deixou de ser pública tornando-se apenas mais um ente estatal. Decisão contrária a própria Constituição Federal que em seu Artigo 223 determina a existência complementar de sistemas de radiodifusão privados, públicos e estatais. O atual governo acabou com o sistema público [...].

Para Leal Filho (2017), quando ou enquanto se tinha a participação da sociedade no Órgão Máximo da EBC, ela poderia ser considerada pública. Fato que não perdurou, pois com a mudança de Presidentes no Brasil, em 2016, a gestão da EBC foi alterada, voltando então ao *status* de estatal. Pinheiro (2016, p. 388), ao tratar de radiodifusão pública, em específico da Comunicação pública, destaca que:

Tais escolhas conceituais se dão, sobretudo, pelo diálogo consensual que elas estabelecem no que se refere à valorização da cidadania por meio desse processo comunicacional e, por outro lado, por aclarar o entendimento sobre a imprescindível participação ativa da sociedade nesse âmbito. Sobre esta última ponderação, a respeito da importância do protagonismo dos cidadãos, Matos (2012, p. 52) enfatiza: “[...] a comunicação pública exige a participação da sociedade e seus segmentos. Não apenas como receptores da comunicação [...], mas também como produtores ativos do processo”.

Ou seja, sem a participação da sociedade civil não há que se falar em órgão público. Ainda que estatais, para alguns autores como Ortriwano (1985, p. 19), há uma defesa de que “tanto da administração direta quanto indireta (fundações, universidades etc.) estariam essas rádios em excelentes condições para utilizarem a rádio com preocupações essencialmente

sociais”, o que de fato nem sempre acontece. Observa-se, além disso, que o conceito de rádio “pública” é preterido ou abarcado pelo de Estatal ou mesmo compreendidos como sinônimos, mas não se tem uma definição expressa.

Outra questão que se coloca ao falar em rádios estatal ou pública é que sua definição surge pelo antagonismo ao conceito ou características de uma rádio comercial. Retoma-se aqui Curado e Del Bianco (2014, p. 5) quando afirmam que “a dificuldade de definir a radiodifusão pública no Brasil, levou a maioria dos autores dos artigos analisados a conceituarem-na, basicamente, como não-comerciais”. Ou ainda, o conceito é colocado em oposição, na dicotomia estatal *versus* comercial (privada), como afirma Ortriwano (1985, p. 52-53):

Na análise de qualquer aspecto da radiodifusão é preciso avaliar a importância que representa a diferenciação entre sistema estatal e o sistema da livre iniciativa - ou seja - comercial - de exploração dos veículos. Partindo do princípio de que a radiodifusão – seja estatal ou comercial – está necessariamente fundamentada em três fatores principais – técnica, programação, audiência-termos imediatamente uma diferenciação básica, representada por um quarto e decisivo fator, que define o sistema comercial: o lucro. Assim as empresas terão objetivos a partir do tipo de sistema. Para a empresa comercial de radiodifusão, o interesse básico é o mercantil [...] para a empresa estatal ela não tem a preocupação de gerar diretamente as verbas responsáveis por sua manutenção.

Assim, busca-se enquadrar uma rádio como pública/estatal mais pelo que ela não apresenta, como ausência de patrocínios ou busca por audiência, do que efetivamente por uma definição prática, do que essa venha a ser. Sobre isso, Lopes (2011) afirma que as rádios públicas com outorga educativa (nesse caso se enquadram as universitárias) acabam que não exploram seu papel de forma plena, pois não conseguem defini-lo.

Com este afastamento dos propósitos ou mesmo sem uma definição clara desses, cabe, muitas vezes, a uma rádio ou TV pública tornarem-se mera imitação de empresas privadas, porque não conseguem definir um perfil. Assim, indaga-se: o que, então, poderia diferenciar os sistemas Público do Estatal? Tendo em vista que a ideia de Estatal se liga a de Público e vice-versa? Pois, quando usualmente colocados enquanto “coisa pública”, ligamos esses conceitos – tanto público quanto estatal – a algumas das esferas governamentais (União, Estados e Municípios). Compreendê-los enquanto sistemas de radiodifusão implica superar essas primeiras inferências (vinculação pela origem ou condutas contrárias ao sistema privado) e considerar outros aspectos.

O primeiro desses aspectos seria em relação à participação da sociedade nessas emissoras, o que já foi pontuado nesta dissertação ao falar da EBC; um segundo, em relação ao

financiamento; e um terceiro aspecto seria o produto que elas oferecem à sociedade, se de interesse público ou não. Continuando a discussão, a Associação de Rádios Públicas (ARPUB), criada em 2004, tem no bojo de sua carta de princípios o seguinte:

Chamamos a atenção para este aspecto, pois nossa cultura tende a confundir o conceito de público com o conceito de estatal. Embora nossas emissoras sejam mantidas fundamentalmente com recursos públicos (federais ou estaduais), nossa informação deve guardar independência dos poderes estatais, sob pena de comprometer a sua qualidade. Devemos oferecer um diferencial de qualidade, buscando selecionar e trabalhar a informação, usando a crônica, o comentário e a reportagem como esse diferencial, fazendo entrevistas, debates, cobertura de eventos e reportagens sobre os grandes temas locais e nacionais. É aí onde pode estar uma de nossas principais marcas: na credibilidade e qualidade do nosso jornalismo. Este é o papel de uma rádio pública.

Para a ARPUB, há diferença entre público e o estatal, mas também não esclarece qual é, ao tempo em que ressalta a ideia de independência como norteadora de qualquer atividade de rádio pública ou estatal. Zuculoto (2010, p. 157) ressalta que houve um importante momento para que alguns segmentos buscassem se enquadrar como públicas, ainda que não sejam em termos legais; mas, principalmente pelo que se propõem a oferecer aos ouvintes. Entre essas emissoras que passam assim a se intitular estão as Universitárias e o momento foi o da criação da Rede Universitária de Rádio, em 1994, para cobrir das Reunião da SBPC – Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência:

É neste período e na organização da própria Rede que começa a se disseminar com mais força e clarificação, entre as emissoras, o entendimento de que podem ser rádios públicas. E elas querem o ser, se não na sua natureza jurídica, pelo menos na forma de gestão e, principalmente, na programação. Por isso, é quando a maioria passa a se autoproclamar rádio pública, mesmo as que não se enquadram nesta natureza de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988). São estas, justa e principalmente, as estatais e as culturais, educativas e universitárias que estão vinculadas a governos ou a instituições do Estado. (ZUCULOTO 2010, p 157.)

Percebe-se, deste modo, que tais emissoras se denominam públicas, entretanto não há nada previsto em lei. Alterar a forma de participação da sociedade em seus conselhos, por exemplo, tem sido o caminho para confirmarem-se. Essa alteração, para alguns estudiosos, como já mencionado neste trabalho, é ponto crucial para que uma emissora possa ser considerada de fato pública. Ou ainda, quando veiculam temas de interesse público, como afirma Barbeiro e Lima (2003, p. 33), ao tratar de Jornalismo Público de empresas públicas de

comunicação, que destaca como ponto principal dessas emissoras: “o comprometimento com o interesse público, considerando o telespectador ou ouvinte um cidadão e não apenas um consumidor de notícias.[...] Uma programação de emissora pública deve se apoiar fundamentalmente nos temas de interesse público”.

Ainda que haja essa lacuna conceitual do que venham a ser radiodifusão pública e rádio universitária, tem-se as diretrizes ou ideias que surgiram de debates de estudiosos e pesquisadores sobre qual seria o papel dessas rádios. Um deles é Lucas Júnior (2009, p. 137), que avalia que a falta de legislação específica não pode obstruir o trabalho dessas emissoras:

[...] tal direcionamento não se apresenta estabelecido pela legislação brasileira. Pelo menos não é suficiente quanto a direcionar, estando, as emissoras, à espera de um foco legal que as conduza a isso. Portanto, não acreditamos que esteja na questão legal a resposta para tal problema. Acreditamos, sim, que desenvolver pontos específicos, como a oferta da prática laboratorial, segmentação de ouvintes para o desenvolvimento do conteúdo, planejamento organizacional e um olhar mais profundo para os conceitos de educação e cultura, possa colaborar mais e melhor para a geração de conteúdo das emissoras educativas universitárias.

Nessa vertente de não definição, mas de direcionamento, ainda que não existam normas específicas, entende-se que longe de almejar algum lucro, o papel não comercial de rádio pública/educativa é crucial para realização de um trabalho que vai além da mera audiência, como assevera Bucci (2015) ao tratar das bandeiras éticas e estéticas que devem nortear emissoras públicas:

Quando a TV pública insiste em copiar os modelos dominantes da televisão comercial, ganha um ar de atração requeitada, de espetáculo de segunda. Para fugir do que o senso comum chamaria de “chatices”, ela se deixa levar pela tentação de ficar parecida com os padrões estéticos das redes comerciais e, aí, sim, acaba ficando insuportavelmente chata. Se, em vez disso, a emissora pública embarcar na ruptura e surpreender seu público, poderá, até mesmo, revelar o invisível (a primeira bandeira).

O que se infere, em suma, é que dessa falta de regulamentação, de uma definição legal sobre o que de fato seja uma emissora pública, acaba por provocar que essas emissoras busquem ser assim consideradas, ora pelo órgão ou Instituição que se vinculam, ora pelo que oferecem a população. Em falta de ordenamento claro que determine o que de fato deve ser público, elas assim se autoproclamam, como afirma Zuculoto (2011, p. 328): “as emissoras [...] – as vinculadas à ARPUB e EBC – são estatais, educativas, culturais e universitárias que integram

o sistema educativo até o final dos anos 1990 e, a partir de então, passaram a se autoproclamar públicas”. Contudo, sem exercer ou repensar de fato o que seria uma rádio pública.

2.2.2 Rádios Educativa e Universitária

Outra questão a ser debatida são os conceitos: Educativa e Universitária. Quando tratamos do termo “Educativo” no rádio, alguns entendimentos surgem. O primeiro desses remete às outorgas específicas à radiodifusão Educativa, que devem exclusivamente oferecer conteúdo educativo. E um segundo ponto seria o caráter educativo/pedagógico que o rádio no Brasil apresentou em sua fase inicial, como afirma Moreira (1991, p. 17):

Em 1936, no entanto, a função educativa do rádio – que, até então, fora determinada pelos organizadores das primeiras emissoras nacionais - tornava-se oficial. Nesse ano, Roquette Pinto doava ao ministério da Educação e cultura a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. [...] Inicia-se, assim, o sistema de rádio Educativas no Brasil. [...] Aulas conferências e palestras compunham a base da programação inicial da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro [...] lições de português, francês, italiano, geografia e história natural, entre outras.

Sobre o caráter educativo do rádio, Thibes (2014, p. 29) explica:

No seu início, o intuito era de que o rádio fosse educativo e servisse para elevar o nível educacional da população do país, então extremamente baixo. No entanto, em poucos anos, o meio adquire um caráter comercial e a primeira transformação inicia-se. Esta seria apenas a primeira de muitas mudanças, que continuam em curso.

Este aspecto do conceito de educativo, relacionado à formação e à difusão de conhecimentos, se fez presente na História do rádio e da Educação no Brasil, tendo sido o rádio ferramenta para propósitos pedagógicos, como afirma Souza e Souza (2007, p. 6):

A função educativa do rádio é tão velha, quanto o seu papel informativo. [...] No Brasil também várias estações têm garantido espaço para o trabalho na área da educação. Esta era a meta principal da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923, que inaugurava uma série de cursos, aulas e conferências ministradas por pessoas de renome no meio intelectual e educacional brasileiro.

Através da educação à distância por meio de radiodifusão, o Ministério da Educação desenvolveu inúmeros projetos, como: “Universidade no ar” (1941); “Projeto Minerva” (1970),

entre outros. Porém, esse entendimento foi se modificando, como argumenta Baumworcel (2016, p. 260):

Demonstrou-se como a maioria das práticas radiofônicas, no Brasil, historicamente denominadas educativas se situava numa vertente instrutiva, com poucas exceções. Desde o seu surgimento no país, o rádio, com um grau de eficiência e de resultados variáveis, contribuiu com a instrução de seus ouvintes, mas sua natureza educativa não se restringe a esse “lugar de escola”, como pregava Roquette-Pinto. No entanto, talvez, o senso comum sobre o conceito de rádio educativo seja o que se classifica, aqui, como rádio instrutivo. Atualmente, as próprias emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias, antes integrantes do Sistema Educativo de Rádio, buscam ampliar essa visão ao se classificarem como rádios públicas.

Apesar da classificação enquanto públicas, como já aqui se levantou, na legislação prevalece o termo “educativo” englobando todos os segmentos que recebam a outorga para fins educacionais (sejam elas estatais, universitárias). Os normativos estabelecem diretrizes ao sistema educativo, como, por exemplo, no site Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), onde há uma página destinada a tratar de radiodifusão, o chamado “Espaço Radiodifusor”. Ali é possível acessar algumas informações, dentre elas o que se denomina Radiodifusão Educativa:

A Radiodifusão Educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto de sons e imagens (TV), que se destina à transmissão de programas educativo-culturais, que atuam em conjunto com os sistemas de ensino, visando à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. Para atendimento da finalidade exclusivamente educativa do serviço, as outorgas desta modalidade não podem possuir caráter comercial ou fins lucrativos e devem ser precedidas de procedimento administrativo seletivo, que se inicia com a publicação de Edital de Seleção Pública no Diário Oficial da União.

Em termos legais uniformiza-se a nomenclatura ao chamar essas emissoras de “educativas”, independente de elas pertencerem à administração pública direta ou indireta. A Portaria 4.335/2015, que trata de “procedimentos de permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa”, em seu artigo 11 trata das outorgas exclusivamente educativas e das fases de execução, a saber: “As outorgas de concessão e permissão para a execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, serão precedidas de procedimento administrativo seletivo, que obedecerá às seguintes fases: I - publicação do edital e inscrição; II -

classificação; III - habilitação; e IV - recurso e homologação do resultado”. E entre as pessoas/instituições que podem participar recebendo outorgas educativas, estão as Universidades, como determina o artigo 14 da Portaria 4.335/2015:

Art. 14 - Poderão participar do procedimento seletivo:

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; e

[...]

§ 2º - As instituições de educação superior a que se refere o inciso II do caput deste artigo são:

I - as universidades;

II - os centros universitários; e

III - as faculdades.

(BRASIL. Portaria 4.335, 2015)

As Universidades podem receber a outorga educativa e isso já vem sendo realizado desde que este tipo de concessão foi criado na década de 1960. Em relação às Universitárias Federais, suas concessões atualmente vinculam-se à EBC, como assegura Zuculoto (2011, p. 332):

E quanto ao conjunto das rádios federais, inclusive as operadas por universidades, Garcez, diretor de serviços da EBC, ao descrever suas situações atuais, evidencia políticas que a Empresa busca adotar para a implantação de um sistema público de rádio. Explica que estas emissoras têm suas concessões pertencentes à Empresa Brasileira de Comunicação. Segundo ele, trata-se de uma exigência legal, porque a empresa é o único ente da estrutura do poder executivo federal autorizado a operar emissoras de rádio e televisão. Assim, a EBC pode ter um canal de rádio ou televisão e manter um contrato com uma universidade para operá-la.

Questões como o conteúdo exclusivamente educativo e a outorga de rádio educativa se atrelam, portanto, às Rádios Universitárias ligadas às Instituições Públicas de Ensino Superior Federais. São esses aspectos que interessam neste estudo, em particular, o que diz respeito a outorgas e diretrizes do sistema de radiodifusão educativa, pois dele se retira os normativos para as Universitárias.

As Rádios Universitárias Federais inserem-se ou estão contidas em conjunto maior: as Educativas. Como afirma Roldão (2003, p. 5): “As rádios consideradas educativas são concessões destinadas a universidades, fundações ligadas a empresas privadas, governo federal, estaduais ou municipais ou mesmo diretamente a Prefeituras”. Entretanto, nem toda rádio

educativa será universitária porque outras entidades e mesmos entes federativos como municípios podem receber tal outorga. Assim, rádios Educativas são um sistema em que as Universitárias se enquadram.

Esta ideia de que as Rádios Universitárias estão contidas no sistema Educativo é entendida por vários estudiosos, como se identifica em Moreira (1991, p. 21), ao tratar de pesquisadores que discutem sobre rádio educativo: “[...] Roosevelt Pinto Sampaio, em tese de mestrado [...] a constatar, entre outros pontos, que: o potencial do rádio educativo não universitário não está atendendo às funções educativas e escolares, repousando na transmissão cultural”. Ou ainda em Blois (2003) ao propor uma análise da Distribuição das Emissoras de Rádio - Educativo por Região, no ano de 1995, onde destaca o percentual de emissoras educativas vinculadas a IES e explica que, devido ao vínculo, são denominadas Universitárias:

Do conjunto das 44 FMs Educativas em operação, destacavam-se as que mantinham algum vínculo com instituições de ensino superior (IES) e que, por isso, são chamadas de Rádios Universitárias. As FMs Universitárias eram em número de 18, ou seja, 40,9% do total das Educativas; das 17 em OM, 7 se vinculavam à IES/Instituições de Ensino Superior, o que corresponde a 41,8% deste total. (BLOIS 2003, p. 4)

Sem uma atenção legal voltada para definir o segmento Universitário, o conceito do que seja uma rádio universitária vai mais por analogia, associação, que por alguma definição. Deus (2003, p. 308-309) trata dessa falta de definição legal assegurando que:

A legislação brasileira sobre radiodifusão não faz referência funcional ou conceitual sobre as rádios universitárias, sejam públicas ou privadas. Pela legislação atual, as universidades possuem competência para a execução dos serviços de radiodifusão, e as rádios das universidades [públicas ou privadas] são enquadradas como educativas.

Em se tratando de Rádios Universitárias ligadas à Instituições Superiores de Ensino (IES) de caráter público, entende-se que estas recebem um tipo de outorga diferente em relação às concedidas a rádios comerciais, sendo que àquelas são vedadas condutas, como a de ter fins lucrativos. Ou seja, não se enquadram enquanto rádios comerciais e não estão sujeitas a servir de mero veículo de assessoria estatal, tendo em vista que devem ter programação voltada para incentivar e difundir produções científicas, culturais e educativas, entre outros pontos. Portanto devem produzir programas educativos-culturais. Esses como consta na Portaria 651, de 1999, do Ministério da Educação, em seu artigo 1º, são:

Art. 1º - Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais. (BRASIL. Portaria 651, 1999)

Esta portaria é um importante instrumento para radiodifusão educativa. Está em vigor desde 1999 e traz, ainda que em poucos pontos, normatizações importantes para radiodifusão educativa e conseqüentemente a Universitária: Como a definição do que sejam programas educativos culturais; os fins aos quais a radiodifusão educativa se destina e ainda as exigências para outorga de concessão, permissão e autorização de serviços.

Segundo Roldão (2006, p 5), “fica evidente, assim, que a política de radiodifusão brasileira fruto de um ‘jogo de interesses’, nunca valorizou a discussão sobre as emissoras de rádio e TV educativas e isso se evidencia na ausência de uma legislação mais detalhada até a assinatura desta portaria de 1999”. Ressalte-se que essa legislação sobre radiodifusão educativa foi recentemente acrescida com a Portaria 3.238/2018 que define em seu Art. 2º: “A radiodifusão educativa destina-se, exclusivamente, à divulgação de programação educativo-cultural, sem finalidade lucrativa”.

Sobre a Portaria 3.238, que entrou em vigor em junho de 2018, destaca-se que embora parte do material a ser analisado nessa dissertação seja anterior a ela (*corpus* referente a maio de 2018), entende-se que tal portaria em muitos artigos apenas reitera os artigos propostos na Portaria 651/1999, como se destaca no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Portarias 651/1999 e 3238/2018

Comparativo do conteúdo normativo das Portarias 651/1999 e 3238/2018 Ministério da Educação sobre radiodifusão educativa	
651/1999	3.238/2018
<p>Art. 1º - Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.</p> <p>Art. 2º - Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser</p>	<p>Art. 2º - A radiodifusão educativa destina-se, exclusivamente, à divulgação de programação educativo-cultural, sem finalidade lucrativa.</p> <p>§ 1º - O tempo destinado à emissão dos programas educativo culturais será integral nas emissoras educativas, sem prejuízo do estabelecido no artigo 28, item 12, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, no que couber.</p>

<p>considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.</p> <p>Art. 3º - A radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas.</p> <p>Art. 4º - O tempo destinado à emissão dos programas educativo-culturais será integral nas emissoras educativas, sem prejuízo do estabelecido no art. 28, item 12, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, no que couber.</p> <p>Art. 5º - Para a outorga de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão educativa, além da documentação prevista no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a entidade interessada deverá apresentar declaração, conforme modelo anexo a esta Portaria.</p> <p>Art. 6º - Os executantes do serviço de radiodifusão educativa observarão sempre as finalidades educativo-culturais da sua programação. (BRASIL. Portaria 651,1999)</p>	<p>§ 2º - São programas educativo-culturais aqueles que:</p> <p>I - respeitam os princípios e objetivos estabelecidos no art. 3º desta Portaria;</p> <p>II - atuam conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visando à educação básica e superior e à formação para o trabalho;</p> <p>III - abrangem as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais; e</p> <p>IV - veiculam conteúdos de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva, desde que presentes em sua apresentação elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais. (BRASIL. Portaria 3.238,2018)</p>
---	---

Observa-se, pois, que alguns artigos da portaria 651/99 foram apenas redistribuídos na Portaria de 3.238/2018. Por exemplo, o artigo 1º da Portaria 651/1999 que trata da definição de programas educativos culturais que foram desmembrados no artigo 2ª, incisos II e III Portaria 3.238/2018. Com isso, entende-se que não há prejuízo ao serem evocadas as portarias para a análise do material empírico, uma vez que elas possuem o mesmo teor, portanto sem prejuízo à apreciação.

De outro ponto, a Portaria 3.238/2018 também apresenta inovações, que nesse caso pode-se buscar no material em análise, referente ao período de 2019 (recorte das edições de junho de 2019), tais como:

Art. 3º - As emissoras executantes dos serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, deverão atender, em sua programação, aos seguintes princípios e objetivos:

[...].

II - cooperação com os processos educacionais e de formação crítica do cidadão para o exercício da cidadania e da democracia, em especial mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates;

III - promoção da cultura nacional e regional, bem como da produção independente, ampliando a presença desses conteúdos em sua grade de programação;

IV - preferência à produção local e regional;

V - respeito aos direitos humanos e aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;

VI - não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; e

VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão.

§ 1º - As programações opinativas e informativas deverão observar os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 2º - As emissoras educativas poderão instituir mecanismos que permitam cidadãos e organizações da sociedade civil emitir opiniões sobre assuntos abordados em sua programação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações. (BRASIL. Portaria 3.238,2018)

Nesses pontos, a Portaria 3.238/2018 detalha certos procedimentos que não constam na Portaria 651/1999, como o inciso II do artigo 3º: “II - cooperação com os processos educacionais e de formação crítica do cidadão para o exercício da cidadania e da democracia, **em especial mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates**” (grifo nosso). A preferência à produção local e regional também foi acrescida. E principalmente uma preocupação com a questão informativa, exigindo a pluralidade de informações e versões (entende como diferentes fontes a serem consultadas). E, por fim, a participação, ou seja, permitir uma interatividade entre a emissora e sociedade.

2.3 Fases do segmento universitário no país

Assim como na legislação, ao se falar das fases da radiodifusão do segmento Universitário, implica atravessar pelo Educativo, pois aquele se desenvolveu graças a esse último. E é o que se trata neste tópico.

O desenvolvimento do sistema Educativo, sobretudo no que diz respeito à educação à distância pelo meio rádio, impulsionou o segmento Universitário. Isso em um momento anterior à chamada fase de expansão, que se deu a partir dos anos 1990, como pontua Zucoloto (2010).

Antes desse período expansionista, algumas rádios já operavam ligadas a Instituições de Ensino Superior Públicas, como a Rádio ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inaugurada na década de 1950, como consta em histórico do rádio disponível em seu *website*:

“A 18 de novembro de 1957, às 20 horas de uma segunda-feira, entrava no ar em 1080 KHZ, a ZYUV67, rádio da Universidade”.

Até aquela data, segundo Zuculoto (2010), não se tinha uma outorga determinada para canais educativos e sim para quaisquer canais disponíveis na região. Fato que só a partir de 1962 foi alterado, pois a partir dali as outorgas dadas para rádios não comerciais eram feitas em canais educativos. De tal modo, a primeira rádio efetivamente a receber a outorga educativa foi a rádio ligada à Universidade de Goiás, em 1962.

Outro importante momento, como já colocado, para expansão das Rádios Universitárias se dá com a criação do Sistema Nacional de Rádio Educativo (SINRED), ainda na década de 1980. De acordo com Zuculoto (2011, p. 6-7):

O Sistema Nacional de Rádio Educativo (SINRED) é instituído oficial e formalmente em 9 de agosto de 1983, pela portaria 344 do Ministério da Educação e Cultura, buscando reunir as rádios e as televisões educativas em um único sistema. Várias emissoras de rádio aderem ao sistema. E passam a receber, via satélite, não só as co-produções, mas também as programações da Rádio MEC, que funciona como uma espécie de coordenação do segmento radiofônico do Sistema. “Perfis Brasileiros” e “Esses Moços” são duas das séries co-produzidas que mais alcançam sucesso, seguindo a linha das duas pioneiras, as “Meu Brasil brasileiro” e “Coisas da Província”.

Albertin (2016, p. 44) complementa que além de programas de cunho educativo, a programação tinha espaço para o noticiário geral:

O principal objetivo do SINRED era possibilitar produção e a transmissão de programas que divulgassem as manifestações culturais de cada região do Brasil, promovendo o intercâmbio de informações entre as comunidades[...] transmitia, além dos programas educativos, os noticiários de rádio. Portanto, não se pode dizer que foi uma experiência específica da educação a distância [...].

O SINRED foi extinto ainda na década de 1980, precisamente no ano de 1988; sendo reformulado em 1994, como consta no Projeto CNE/UNESCO (2013, p. 23):

Em 1988, desativa-se o sistema, até ser modificado pela Portaria nº 1.014, de 8 de junho de 1994, possibilitando o reinício das atividades e permitindo, assim, a cobertura da 46ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Vitória, no Espírito Santo e da Conferência Nacional de Educação Para Todos, em Brasília. Destaca-se que, no ano de 1995, integravam o sistema 40 emissoras. Ainda nesse ano, cria-se o Programa de Apoio ao SINRED, o Prosinred sob a responsabilidade da Fundação Roquette-Pinto.

Zuculoto (2010, p. 64-65) afirma, ao tratar da periodização do rádio no campo público, que na década de 1990, tanto o sistema educativo como o segmento de concessão a universitárias se desenvolvem, momento que a autora denomina de “explosão das FMs universitárias”:

A explosão das FMs universitárias – com o grande crescimento do número das FMs também no campo público, pela disseminação de concessões a universidades, é a fase da organização conjunta, em especial das emissoras universitárias. O então chamado sistema educativo busca organizar-se através de redes formais e informais. A Rádio MEC tenta reeditar o SINRED. Mas uma das grandes movimentações deste período é o trabalho integrado de coberturas das SBPCs - Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - pela Rede Universitária de Rádios. Embora tivesse, entre as coordenadoras, a Rádio MEC-Rio e contasse com a integração de outras estatais, a Rede para coberturas das SBPCs fez história comandada principalmente pelas universitárias, daí o seu título. A fase se estende por todos os anos 90 [...].

A Rede Universitária de Rádio, mencionada pela autora Zuculoto (2010), foi formada em julho de 1994, com o objetivo de fazer a cobertura radiojornalística da 46ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em Vitória, no Espírito Santo. Sobre o assunto em questão, Zuculoto (2010, p. 238) acrescenta: “a formação da Rede para cobertura das SBPCs, durante 10 anos, foi um dos resultados da grande movimentação destas rádios naquela época. Movimentação destacada pela instalação de um crescente número de emissoras deste tipo, especialmente de universitárias”. Ainda de acordo com Zuculoto (2011), a Rede Universitária se formou em 1994 e 2002, para cobrir as reuniões da SBPC e sempre com autonomia.

Sobre as iniciativas em Redes, Blois (1996, p. 44) destaca a falta de uniformização como empecilho para um fortalecimento da radiodifusão educativa:

É preciso diferenciar rede de sistema, ainda, analisar o que já avançaram, numa ou noutra direção, as TVs e as rádios educativas. Tanto as rádios quanto as TVs educativas já se reuniram inúmeras vezes na busca de caminhos para a efetivação de um sistema de radiodifusão educativa que as congregasse. No início de 1996, o grupo das rádios, em mais uma tentativa de aproximação e de chegar a formas operacionais que viabilizem uma programação em rede, voltaram a se encontrar, no Rio de Janeiro. O ponto chave, no caso, era a entrada em satélite da Rádio MEC/Rio com o projeto de equipar as Educativas para receber sinal, também via satélite. Iniciativas anteriores voltadas para a produção de séries culturais, com temática geral desdobrada em programas de cunho regional, como as pioneiras Coisas da Província e Meu Brasil Brasileiro, ainda nos anos 80, poderiam ter sido o embrião de um sistema de co-produção radiofônica, mas se perderam no tempo e com a mudança dos

responsáveis pela idéia [sic.], como tantas outras propostas de intercâmbio entre as emissoras de rádio. O que ainda se vê é uma espécie de "ação entre amigos" de cópiagem de séries produzidas pelas rádios com melhores condições, para veiculação pelas que sobrevivem em precárias condições técnicas e financeiras ou pelas que se interessam por um determinado assunto abordado.

Em 2017, outra iniciativa criava mais um espaço de reflexão e concentração de estudos sobre o segmento universitário, era criada a Rede de Rádio Universitárias do Brasil (RUBRA). Sua criação, conforme documento disponível no *site* da Rede, se deu durante o Intercom 2017, na cidade de Curitiba. Assim, definia-se que “a rede não tem fins lucrativos e luta pelo fortalecimento e integração das Universitárias pelo país”. O Manifesto para criação de Rede de Rádios Universitárias do Brasil pode ser visualizado no site do projeto *Rádio Terceiro Andar* vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais. Dentre os objetivos da Rede Universitária proposta em 2017 estão:

Manifesto pela criação da Rede de Rádios Universitárias do Brasil

Nós, representantes das emissoras AM/FM, web rádios e núcleos de produção laboratorial radiofônica e pesquisadores(as) de mídia sonora vinculados(as) a instituições de ensino superior brasileiras abaixo assinados(as), nos comprometemos com a construção da proposta de criação da Rede de Rádios Universitárias do Brasil, organização sem fins lucrativos a ser constituída com os seguintes objetivos:

Promover o livre intercâmbio de conteúdos radiofônicos e experiências entre os(as) integrantes(as) da Rede, ampliando seu alcance e dinamizando a interlocução entre universidades e sociedade;

Contribuir para a divulgação científica e tecnológica e para a universalização da educação, da cultura e do conhecimento produzido no âmbito universitário;

Apoiar a circulação de conteúdos de caráter cultural e informativo, franqueando espaço às manifestações culturais e artísticas populares de caráter local e regional, sobretudo aquelas negligenciadas pelos conglomerados de comunicação;

Oferecer aos(às) estudantes universitários(as) um espaço de troca que contribua para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem em mídia sonora, fomentando a liberdade de expressão dentro dos princípios de responsabilidade social;

Promover a diversidade de vozes e atuar de forma inclusiva em defesa das populações em situação de vulnerabilidade, tais como étnicas, culturais, religiosas, de gênero e com deficiência, entre outras;

Fomentar a inovação na radiofonia em termos de formatos e linguagens;

Atuar de forma conjunta e articulada em coberturas específicas e em coproduções de conteúdos informativos e educativos;

Viabilizar ações de cooperação envolvendo as universidades e os(as) integrantes da rede, visando à formação, capacitação e atualização de recursos humanos, consultoria técnica e curadoria no desenvolvimento de conteúdos culturais e educativos, bem como à pesquisa sobre a radiodifusão sonora universitária e a mídia sonora como um todo;

Promover a realização de encontros periódicos, com a realização de mesas de debates de caráter técnico-científico em torno da radiodifusão universitária no Brasil;

Trabalhar para a constituição de uma associação que represente legalmente os(as) integrantes da rede junto às autoridades, auxiliando na formulação de políticas públicas voltadas à radiodifusão sonora educativa de caráter universitário;

Construir ações estratégicas com vistas à sustentabilidade financeira das entidades integrantes da rede;

Estreitar relações com redes internacionais de radiodifusão universitária, sobretudo nos âmbitos ibero-americano e da comunidade de países de língua portuguesa (CPLP).

A rede se organiza de forma autogestionária e horizontal, com as decisões sendo tomadas em maioria simples, pelos(as) abaixo-assinados(as), aos quais coube eleger na presente data uma comissão de coordenação formada por quatro integrantes e/ou pesquisadores(as) da rede, nomeadamente: Marcelo Kischinhevsky (AudioLab UERJ), Márcio Fernandes (Rádio Entre Rios FM 99,7/Unicentro), Olga Tavares (Rádio Porto do Capim/UFPB) e Zeca Marques (Rádio UNESP).

(MANIFESTO PELA CRIAÇÃO DA REDE DE RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS DO BRASIL, 2017)

Esta busca pela criação de uma nova Rede, ressalta, mais uma vez, a tentativa de se organizar e criar um perfil ou ao menos uma proximidade entre os trabalhos dessas Rádios pelo país, como se pode observar nos objetivos exposto no manifesto. Há uma preocupação explícita com a questão de conteúdo e linguagem e ainda de troca de experiências entre os integrantes da Rede. Entre as signatárias do manifesto, que constam no site da *Rádio Terceiro Andar* está a *FM Universitária* da Universidade Federal do Piauí, rádio que essa dissertação analisa.

Apesar de algumas iniciativas e da criação dessas rádios nas últimas décadas, seja como FM ou *radioweb*, observa-se que tanto a legislação é lacunosa quanto informações que possam, por exemplo, catalogar quais e quantas são essas emissoras no país. A FM da UFPI, do mesmo modo, não aparece, em algumas catalogações realizadas, mesmo após a rádio estar em funcionamento.

Alguns estudiosos em pesquisa sobre o tema, a exemplo de Deus (2003, p. 308-309), em pesquisa sobre “Rádios das Universidades Federais: função pública e compromisso laboratorial” descreve um total de “52 instituições federais de ensino possuem 18 emissoras, destas cinco são AM pertencentes a UFRGS, UFSM, UFPE, UFG e UNIFEI e as demais FM”. A pesquisa conclui que estas rádios estão, em sua maioria, concentradas no Sudeste, como consta no Quadro 2, produzido pela autora supracitada:

Quadro 2: Instituições Federais de ensino e suas emissoras de rádio

UNIVERSIDADE	AM	FM	VINCULAÇÃO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1080		Pró-Reitoria de extensão
Universidade Federal de Pelotas		107,9	Coordenadoria de Comunicação
Universidade Federal de Santa Maria	800		Coordenadoria de Comunicação
Fundação Universidade de Rio Grande		106,7	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Fundação
Universidade de Ouro Preto		106,3	Coordenadoria de Comunicação
Universidade Federal de Lavras		105,7	
Universidade Federal de Itajubá	1570		Gabinete da Reitoria
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro		104,9	Fundação
Universidade Federal de Uberlândia		107,5	Reitoria
Fundação Universidade Federal de Viçosa		100,7	Reitoria
Universidade Federal de Juiz de Fora		87,9	Faculdade de Comunicação
Universidade Federal do Espírito Santo		104,7	Gabinete da Reitoria
Universidade Federal de Goiás	870		Gabinete da Reitoria
Universidade Federal do Rio Grande do Norte		88,9	Superintendência de Comunicação
Universidade Federal de Pernambuco	820	99,9	Reitoria
Universidade Federal do Maranhão		106,9	Gabinete da Reitoria e Fundação
Universidade Federal do Ceará		107,9	Coordenadoria de Comunicação

Fonte: Deus (2003).

A FM da UFPI não consta no quadro apresentado pela autora Deus (2003) porque ainda não havia sido criada à época de sua pesquisa.

No *site* das Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA) constam como signatárias (entre estaduais e federais), em documento publicado durante o Intercom 2017 realizado Curitiba, as FMs e *Radioweb*, que se encontram dispostas no Quadro 3:

Quadro 3: Rádios universitárias signatárias da RUBRA

Rádios Universitárias -Fonte RUBRA
AudioLab UERJ (Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FCS/UERJ)
Rádio 96,9 FM (Universidade Federal do Amapá)
Rádio Anhembi (Universidade Anhembi Morumbi, SP)
Rádio Educativa UFMS 99,9MHz (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)
Rádio Educativa Unidavi FM (Rio do Sul, SC)
Rádio Educativa Univali FM (Universidade do Vale do Itajaí, SC)
Rádio Entre Rios FM 99,7 (Unicentro, Guarapuava, PR)
Rádio FM Universitária (Universidade Federal do Piauí)
Rádio Kaxinawá (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ, Duque de Caxias, RJ)
Rádio Plural (curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto)
Rádio Ponto UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)
Rádio Porto do Capim (Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba)
Rádio PUC-Rio (Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Rádio UDESC FM (Universidade do Estado de Santa Catarina – frequências em Florianópolis, Joinville e Lages, SC)
Rádio UEL FM (Universidade Estadual de Londrina, PR)
Rádio UEM FM (Universidade Estadual de Maringá, PR)
Rádio UERJ (Centro de Tecnologia Educacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Rádio UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA)
Rádio UFMG Educativa (Universidade Federal de Minas Gerais)
Rádio UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Rádio UNESP FM (Bauru, SP)
Rádio UNIJUÍ FM (Ijuí, RS)
Rádio UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul, RS)
Rádio Universidade FM (Universidade Federal do Maranhão)
Rádio Universitária (Universidade Federal do Ceará)
Rádio Universitária FM (Universidade Federal de Pernambuco)
Rádio UNOESC FM (Joaçaba, SC)
Rádio USP (Universidade de São Paulo)
Rádio Web SATC (Faculdade SATC Criciúma – SC)
Rádio Web Terceiro Andar (UFMG)
Rádio Web UFPA (Universidade Federal do Pará)
Rádio Web Unifap (Universidade Federal do Amapá)
Radioweb Unifra (Centro Universitário Franciscano – Unifra – Santa Maria, RS)

Fonte: RUBRA

Já no *site* da Associação de Rádios Públicas (ARPUB) constam como associadas algumas rádios universitárias ligadas a universidades Federais listadas no Quadro 4:

Quadro 4: Rádios Universitárias Federais

Rádios Universitárias Federais- Fonte ARPUB
Rádio FM Universitária (Natal – RN)
Rádio Universidade do Rio Grande (Rio Grande – RS)
Rádio Universidade FM
Rádio Universitária da UFG

Fonte: ARPUB

Observa-se, pois, que cada estudioso ou órgão/associação busca catalogar informações e ações sobre o segmento Universitário. Sobre as atividades da ARPUB, Zuculoto (2011) afirma que essa já chegou a ter mais de 50 estações associadas. Em estudos recentes, Medeiros e Teixeira (2018, p. 1) garantem que são 28 o número de rádios universitárias vinculadas a instituições federais de ensino:

As emissoras vinculadas a universidades federais somam atualmente 28 rádios que, embora identificadas indistintamente como emissoras educativas (e suas características reúnam as funções legalmente discriminadas para essa tipologia de rádios), incorporam algumas configurações particularizantes fundamentadas nos aspectos próprios das universidades onde estão inseridas.

Os números demonstram que é um segmento ativo, embora desconectado, visto que falta uma legislação específica, que torne mais clara qual seu papel, quais diretrizes este segmento pode apresentar e até mesmo como melhor tratar todos os dados referentes a emissoras, sobretudo história e programação. Zuculoto (2011, p. 326) avalia que:

As emissoras de rádio públicas brasileiras – estatais, educativas, culturais e universitárias que até a década de 90 eram conhecidas como integrantes do rádio educativo - já têm mais de 70 anos de história para contar, e somam hoje mais de 400 estações de norte a sul do país. Neste seu tempo histórico, em diversos períodos, de longa ou reduzida duração, com maiores ou menores totais de integrantes, já construíram, em termos conceituais, várias e diferentes experiências radiojornalísticas de constituição de redes e/ou sistemas e produções coletivas de grades, programas ou coberturas. Entre as de maiores destaques das já realizadas e extintas, estão o SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa e a Rede Universitária de Rádio para a cobertura jornalística das Reuniões Anuais da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Perpassar pela história legal da Radiodifusão no Brasil e, em específico, a construção ou surgimento do sistema Educativo e do segmento Universitário é de suma importância para este trabalho, bem como apresentar as discussões a respeito da definição e ou diferenciação entre público e estatal, para compreensão do que é a *FM Universitária* da UFPI.

Colocados todos esses pontos, entende-se e adota-se que o segmento universitário pertence ao sistema educativo. Eis que recebe outorga para operar como radiodifusão educativa e, por isso, deve ser norteadada por preceitos referentes a essa, atendidas as especificações do ente ou instituição a que aquela se vincula. Assim, o conteúdo do Radiojornal da *FM Universitária*, objeto de nossa pesquisa, deve ser compreendido a partir desses normativos destinados à radiodifusão educativa. E ainda, o entendimento de que as Rádios Universitárias, ligadas a

Instituições de Ensino Superior Federais, são consideradas públicas, não apenas pelo vínculo com a administração pública ou porque são mantidas por essa, mas, também, porque inseridas e mantidas pelo poder público devem seguir normas voltadas a esse caráter. E é a partir disso que se cria uma expectativa, fundamentada em legislação (ainda que não seja plena), do que tais emissoras podem produzir e oferecer à comunidade. Esta mesma legislação ajuda a compreender o que de fato aquelas emissoras se propõem e executam. No caso das rádios Universitárias inserem-se por associação ou analogia em critérios destinados à Radiodifusão Educativa, devendo, portanto, apresentar um conteúdo destinado e pensado em produções educativos-culturais.

2.4 A FM Universitária 96,7 da Universidade Federal do Piauí- UFPI

Onde se inicia a história da *FM Universitária* da UFPI? Sem pesquisas ainda publicadas a respeito do assunto, essa dissertação visa colaborar para dar significados, sentidos a história da implantação da FM da UFPI, bem como despertar para outros trabalhos sobre a emissora. A rádio 96,7 é vinculada à Universidade Federal do Piauí. Essa, por sua vez, foi criada no fim dos anos de 1960, “em documentos histórico-oficiais constata-se que a Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968”, afirma Gomes *et al* (2013, p. 1), em publicação alusiva aos 40 anos da Instituição. A UFPI é um dos importantes polos acadêmicos do Estado, oferecendo cursos em diversas áreas de ensino, tanto em nível de graduação quanto pós-graduação.

A implantação de uma emissora FM na UFPI se deu quase quarenta anos após sua criação, visto que a *FM Universitária* inicia sua implantação em meados dos anos 2000, quando recebe autorização da *RadioBrás*, Empresa Brasileira de Comunicação, que, àquela época, era responsável pela radiodifusão no país. A rádio começa, então, a operar em fase experimental em 2008 e, assim como outras rádios universitárias no país, tem um papel significativo de difusão de conhecimento. No *site* da rádio da UFPI há um breve histórico sobre sua implantação o qual destaca:

A trajetória para implantação da Rádio FM Universitária, 96,7 inicia em 10 de outubro de 2005 quando a Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás – por meio do convênio RDB/DIJUR/N.054/2005, autoriza a Universidade Federal do Piauí a estabelecer as condições de operações dos serviços de

radiodifusão de sons. Desde então, a comunidade acadêmica, em especial a Administração Superior, servidores e professores da Universidade Federal do Piauí não mediram esforços a fim de concretizar o projeto. No final de 2008, com o prefixo ZYX 844, a Rádio FM Universitária, 96,7 MHz, inicia as transmissões em fase experimental, tendo como equipe inicial, o professor Paulo Henrique Gonçalves de Vilhena Filho, diretor da Rádio e Renato Basílio Soares, diretor de programação (HISTÓRIA DA FM UNIVERSITÁRIA, 2017).

As atividades em fase experimental, com o prefixo ZYX 844, perduram até a inauguração oficial da emissora, que aconteceu em 09 de setembro de 2011, e contou com a cobertura do evento pela imprensa local. A inauguração fez parte da programação do “Encontro de Reitores do Nordeste”, realizado na Universidade Federal do Piauí naquele ano. Sendo a inauguração da rádio pauta na imprensa local, a exemplo da matéria publicada pelo Portal 180 graus do Piauí (Figura 1):

Figura 1: Reportagem sobre inauguração da FM Universitária



Fonte: <https://180graus.com/geral/ufpi-inaugura-radio-universitaria-fm-ufpi-967-mhz-455991>

A reportagem publicada pelo *Portal 180 Graus* destaca a inauguração das instalações da emissora enquanto “rádio escola”, sendo sua criação resultado de uma reivindicação dos estudantes, sobretudo para práticas de jornalismo, e ainda que a emissora deve apresentar

programação variada e um longo alcance. Em entrevista à *Rede Meio Norte*, emissora de televisão local, o professor Paulo Henrique Gonçalves de Vilhena¹ fala das propostas da emissora:

[...] transmissão que antes era feita em caráter experimental agora vai ter participação de acadêmicos do curso de comunicação social. Mais do que uma comunicação só interna, acadêmica, o projeto ele contempla essa comunicação, essa ponte entre a universidade e o público tirando essa produção acadêmica dos muros, do campus da universidade e servindo como uma ferramenta de mídia, de utilidade pública e de feedback com esse público que precisa conhecer mais essa produção da universidade (REITOR DA UFPI INAUGURA rádio universitária Disponível em: <https://www.meionorte.com/videos/reitor-da-ufpi-inaugura-radio-universitaria-5823>. Acesso em: 12 jul. 2018).

Sobre os propósitos da emissora no Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Piauí (2015-2019, p. 108), a rádio *FM Universitária* é apresentada com os seguintes objetivos:

A Rádio FM Universitária tem como missão: oferecer ao público uma programação plural, ética e comprometida com práticas educativas, artísticas, culturais e informativas e como visão: ser referência em comunicação e jornalismo públicos no Estado do Piauí. Seus valores são: compromisso com a comunicação e jornalismo públicos; Independência nos conteúdos e transparência; defesa dos direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania; valorização de pessoas, da diversidade cultural brasileira e divulgação da cultura e da música piauiense; formação crítica, cultural e cidadão dos ouvintes; valorização profissional, desenvolvimento do ser humano, estímulo ao conhecimento, à criatividade, a inovação e a sustentabilidade; crescer de forma qualitativa e ética, tendo por base o reconhecimento dos ouvintes.

Pelo exposto na fala do diretor da época da inauguração da *FM Universitária* da UFPI, professor Paulo Henrique Gonçalves de Vilhena, a rádio seria lugar de veiculação de produção acadêmica produzida na Universidade e ainda “ferramenta de utilidade pública”. Discurso que se ratifica no Plano de Desenvolvimento da UFPI, que acrescenta se tratar de um meio de comunicação e jornalismo público em um diálogo entre a Universidade e sociedade, sem deixar de atender a questões da comunidade em geral.

¹ Professor do Curso de Comunicação – Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí e diretor da FM Universitária à época da inauguração

A respeito dos primeiros programas desenvolvidos pela *FM Universitária* da UFPI, destaca-se como característica a especialização: o primeiro em notícias sobre a Universidade e um segundo sobre esporte, como consta no Histórico da emissora (2017):

“Revista Universitária” foi o primeiro programa produzido na *FM Universitária*, comandado por João Paulo Santos Mourão e Dalila Cristina Silva Pereira, foi ao ar pela primeira vez em 06/10/2011. No início, em sua fase laboratorial era gravado e contava com auxílio dos alunos de Laboratório Avançado de Radiojornalismo. Neste momento era veiculado duas vezes por semana. *Universitária Esportiva* estreou em 06/02/2012, sendo o primeiro programa diário e ao vivo da emissora, [...].

Com o programa de esporte começa-se a semear a ideia de uma produção efetiva na emissora. Ação que se revela como um dos primeiros passos para uma futura redação jornalística. A programação, disponibilizada na página da emissora, conta com os seguintes programas locais e outros retransmitidos originados da EBC, como demonstrado no Quadro 5:

Quadro 5: Programação da FM Universitária (2016)

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO GERAL						
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
07h às 7h45	Repórter Brasil	Repórter Brasil	Repórter Brasil	Repórter Brasil	Repórter Brasil	Programação musical	Programação musical
08h às 11h	Música e notícia	Música e notícia	Música e notícia	Música e notícia	Música e notícia	Programação musical	Programação musical
11h às 12h	Universitária Esportiva	Universitária Esportiva	Universitária Esportiva	Universitária Esportiva	Universitária Esportiva	Programação musical	Sempre MPB
12h às 12h20	Repórter nacional	Repórter nacional	Repórter nacional	Repórter nacional	Repórter nacional	12h às 13h Roda de choro	12h às 14h Mestre samba
13h às 13h05	Programação musical	Programação musical	Programação musical	Programação musical	Programação musical	Programação musical	Programação musical
13h05 às 13h30	Repórter Cigarra*	Programação musical	Repórter Cigarra*	Programação musical	Repórter Cigarra*	Programação musical	Programação musical
13h30 às 14h	Programação musical	Programação musical	Programação musical	Reprise Esporte em pauta	Revista universitária	Programação Musical	Programação musical
14h às 15h	Som Diferente	Som Diferente	Som Diferente	Som Diferente	Som diferente	Programação musical	Programação musical
15h às 17h	Universitária pop	Universitária pop	Universitária pop	Universitária pop	Universitária pop	Programação Musical	Programação musical
17h às 18h	Programação musical	Programação musical	Programação musical	Microfonia	Educando (cons) ciências	18h às 19h, foi assim?	Programação musical
Horário	Programação geral						
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
18h às 18h30	Jornal da universitária	Jornal da universitária	Jornal da universitária	Jornal da universitária	Jornal da universitária	Programação musical	Reprises
18h30 às 19h	Programação musical	Sintonia jurídica	Gestão & negócios	Programação musical	Programação musical	Programação musical	18h30 às 19h30

19h às 20h	A voz do brasil	A voz do brasil	A voz do brasil	A voz do brasil	A voz do brasil	Programação musical	19h30 às 20h sintonia jurídica
20h às 21h	Puro nordeste	Brasil instrumental	M3	Clube do vinil	Balaio pop	Programação musical	20h às 21h microfonia
21h às 22h	Esporte em pauta	História hoje(21h às 21h05)	História hoje (21h às 21h05)	História hoje (21h às 21h05)	História hoje (21h às 21h05)	Programação musical	21h às 21h30 gestão & negócios
21h05 às 07h	Acervo (22h às 07h)	Acervo	Acervo	Acervo	Acervo	Programação musical	21h30 às 22h30 clube do vinil

Fonte: <https://ufpi.br/programacao-radio>

Alguns programas não constam mais na grade atual, no entanto, o site não atualizou estas informações, a exemplo da criação do Jornal 1ª edição, em 2017, e a extinção de outros programas². A emissora não contava, a princípio, com servidores efetivos no quadro de funcionários, com isso, inicia suas atividades com a colaboração dos alunos do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFPI. Passa a funcionar tendo como base a filosofia “rádio escola” ou “rádio experimentação”. Dados podem ser constatados no breve histórico sobre a rádio, disponível na página da UFPI:

Neste primeiro momento o sistema de planejamento da rádio foi embasado na filosofia de “rádio escola” ou “rádio experimentação”, isto é, a filosofia de que o meio universitário é fonte precursora de talentos profissionais e inovações na área, merecendo liberdade de criação e elaboração de estratégias de gestão dos processos comunicacionais – haja vista a acumulada demanda reprimida na área em nossa realidade acadêmica. Os últimos três anos representaram o período de teste de aptidão e maturação da experiência com a rádio universitária. Até então, os testes, as experiências, os estágios, o ensino-aprendizagem profissional de estudantes em jornalismo se davam de forma precária e improvisada (HISTÓRIA DA FM UNIVERSITÁRIA, 2017)

Até hoje a rádio funciona com a colaboração dos estudantes pelo fato de funcionar como rádio laboratório do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, sendo sua programação produzida por alunos do curso. De tal modo, funciona não apenas um ambiente propício a revelar futuros talentos do jornalismo, mas, também, uma oportunidade de diálogo, de efetiva prática do jornalismo, como considera Spenthof (1998, p. 157) ao discorrer sobre rádio e TV universitária no Brasil:

² Dentre os programas que não constam atualmente na grade da emissora está o Radiojornal 2ª Edição, extinto no segundo semestre de 2019, de acordo com informações colhidas durante a observação da rotina da redação da FM Universitária da UFPI

A rádio, ou a TV, universitária não é só um conjunto de condições físicas (salas e equipamentos) necessária à produção radiofônica ou de TV. Ela não é só um estúdio; é um veículo que, além de permitir esta produção, a transporta à sociedade, funcionando como mediadora da relação entre os produtores e o público, real, concreto. E é exatamente esta característica - a mediação com o público - que a torna um laboratório privilegiado para as faculdades.

A rádio universitária, ou melhor, os programas produzidos ali funcionam como prática efetiva de produção e veiculação de conteúdo, tendo em vista que os programas são exibidos diária ou semanalmente para sociedade. Esta é uma característica, um papel comum a rádios universitários pelo país, funcionando como um ambiente propício a efetiva prática discente no jornalismo, como destacam Medeiros e Teixeira (2018, p. 2):

[...] essa noção de rádio como laboratório é apontada levando em conta a possibilidade do uso da emissora pelos alunos da universidade como um espaço complementar ao da sala de aula. Essa função das emissoras servindo experimentalmente para atividades didáticas vem desde as primeiras rádios universitárias.

Ainda sobre o espaço laboratorial, Deus (2003, p. 312) destaca que:

É esta ligação que torna a emissora universitária um laboratório importante para as faculdades de Comunicação. Isso porque toda sua estrutura pode servir para que os estudantes tenham um exercício prático pautado pela qualidade, pela resposta do ouvinte, pelo rigor e velocidade da informação e pela responsabilidade. É na atividade laboratorial desenvolvida na emissora de rádio da universidade que os estudantes ultrapassam os estreitos espaços da sala de aula e da avaliação do professor. Aprendem que no rádio não existem espaços em branco, frases recheadas de adjetivos e que a mensagem radiofônica é fruto de um excelente conhecimento da língua, da agilidade na interpretação do fato e no rigor da pesquisa jornalística. Acabam por dividir com a sociedade o seu fazer e a sua avaliação.

Em específico sobre a rádio *FM Universitária* da UFPI, enquanto laboratório, o atual diretor da emissora, Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes³, avalia que o termo laboratório remete a situações de erros, tentativas, que na prática jornalística da emissora não seriam permitidos:

Sempre tenho um asterisco de ver a rádio como laboratório, porque eu penso a rádio como um espaço de experimentação, embora um laboratório seja também um espaço de experimentação. Mas, assim, uma experimentação com

³ Paulo Fernando de Carvalho Lopes é professor do Curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo da UFPI e diretor da FM Universitária 96,7 desde 2013. Entrevista concedida durante a pesquisa de campo.

uma diferença, que aqui não pode ter erros tão grandes. Erros eles têm, mas a gente trabalha com uma informação diferenciada de qualidade, onde para nós é fundamental que o aluno que chegue aqui já tenha um certo conhecimento. Nós lidamos com uma realidade onde nós não temos profissionais contratados pela universidade através de concurso público. Então, teoricamente, a rádio, para funcionar, precisa dos bolsistas e, aí, claro, os alunos aliam a busca de uma experiência profissional ao estágio. [...] Para não ficar pensando que aqui é um prolongamento do curso, mas um espaço de estágio igual as grandes mídias. Do mesmo jeito que lá nas grandes mídias, os meninos quando chegam lá, fazem testes, eles não vão fazer ‘laboratório aqui no jornal tal, TV tal’. Eles são estagiários, já com uma certa bagagem e se adequam às rotinas produtivas. [...] Nessa dinâmica não tem muito tempo para experimentação. Para o erro, você já tem obrigação de acertar.

O fato é que pela falta de pessoal contratado para emissora, que conta apenas com um locutor e mais dois técnicos, toda as atividades relativas à produção de programas são feitas por alunos/bolsistas.

Dos programas jornalísticos da grade da emissora, que é o cerne desse trabalho, destacam-se: o “Radiojornal da Universitária 1ª Edição”; o programa “Música e Notícia e o radiojornal 2ª edição”, este sendo o primeiro radiojornal criado pela emissora e foi levado ao ar até o ano de 2019. Todos os programas da emissora são produzidos em uma redação conjunta, sob a supervisão da Direção da emissora Prof. Dr. Paulo Fernando Lopes e do locutor Rodrigo Carvalho, tendo a produção e apresentação desses e outros programas de responsabilidade dos bolsistas da emissora, como já pontuado.

Essa participação dos graduandos no radiojornal, bem como em outros programas da emissora, cria uma característica importante, com consequências diretas à rotina produtiva da rádio: a alta rotatividade de estagiários. Por um lado, tem-se que é o primeiro contato com a prática jornalística para muitos desses estudantes, e, assim, enriquecem seus currículos com a primeira experiência. De outro, há sempre que se reiniciar os ensinamentos da produção da notícia (edição de som, produção, construção das reportagens) a cada nova leva de alunos que chega, com pouca ou sem alguma experiência com rádio.

Vê-se, pois, que o papel de uma emissora universitária é multifacetado, plurissignificativo, na medida em que se configura como: um laboratório para alunos do curso de Comunicação; e educativa através da divulgação de programas educativos-culturais. E em meio a todos esses papéis, deve atender ao público imediato (comunidade acadêmica), e ainda ao grande público (geral, plural, diverso), tudo isso levando em consideração o seu perfil posto por lei. É neste cenário que se insere a *FM Universitária* vinculada à Universidade Federal do Piauí.

3 JORNALISMO NO RÁDIO: DA LEITURA DO IMPRESSO À PRODUÇÃO DE REPORTAGEM

3.1 Quando o rádio passa a tocar notícias

Desde a instalação das primeiras emissoras de rádio no Brasil, ainda no início do século XX, até os dias atuais, o rádio vem se reconfigurando. Uma das estratégias que pode ser citada é a aliança que o rádio firmou com outros meios, ganhando novos formatos, como: as rádios na *Web* ou as transmissões de programas em FM simultaneamente na TV ou via redes sociais, em processo de convergência de mídias; sem perder suas características de proximidade e instantaneidade. Essas duas características fazem do rádio ainda um meio significativo para sociedade, seja no entretenimento quanto na informação.

A informação no rádio, por sua vez, tem sido a matéria-prima de muitas emissoras pelo país. Não se trata somente de uma opção das emissoras em manter no ar um programa de caráter informativo para o ouvinte, mas de uma obrigação legal. Desde a década de 1960, o Código brasileiro de Telecomunicações determina no seu artigo 38, alínea h, que as emissoras devem apresentar um percentual mínimo de conteúdo informativo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

De acordo com Ortriwano (2003), a informação sempre esteve presente no rádio. E apesar do percentual de apenas 5%, determinados em lei, muitas emissoras buscam se especializar ou se dedicar exclusivamente à produção de notícias, isto é, ao jornalismo. Sobre o assunto em questão, Lopes (2010, p. 85) também esclarece que:

O jornalismo está presente no rádio brasileiro, antes de mais nada, por exigência legal. Todas as emissoras devem inserir notícias em sua programação, entretanto, essa inserção pode ser realizada em um baixo percentual da produção total da rádio e não demanda a constituição de um departamento de jornalismo ou ainda a utilização de informações locais.

Mesmo com a demanda legal por pouca informação no rádio, o interesse do público leva as emissoras a utilizarem esse conteúdo com maior frequência e, também, esse interesse dos ouvintes levou à criação de emissoras com predominância de material jornalístico em sua grade de programação ou, ainda, de programação exclusivamente informativa.

Percebe-se que o interesse dos ouvintes pela informação contribuiu para que muitas rádios encontrassem na notícia suas sobrevivências, principalmente, quando começam a perder terreno para outros meios, a exemplo da chegada da televisão nos anos 1950. Contudo, verifica-se que o aumento dos programas informativos na grade de uma emissora não implica investimento em recursos materiais ou humanos, ou seja, pode não representar uma preocupação com a qualidade do conteúdo a ser apresentado. E embora não se tenha um conceito fechado sobre jornalismo no rádio ou ainda sobre o termo notícia, cabe aqui destacar algumas de suas características, através dos autores que se dedicaram a estudar esses temas.

Entende-se que noticiar é reportar, expor algo, trazer um recorte sobre algum fato, adequando este a um determinado meio. Quanto à notícia no rádio, Lage (2006, p. 46) destaca que:

A apresentação da notícia no rádio é, do ponto de vista sintático menos complicada que nos jornais. [...] o ponto forte do rádio continua sendo a rapidez de veiculação. Além das normas específicas de linguagem e notação gráfica, o noticiário destinado a ser lido para um locutor caracteriza-se pela seleção das informações.

A notícia no meio radiofônico é mais “enxuta”, tendo em vista que seus recursos são o som e o silêncio. Sobre as características da mensagem radiofônica, Prado (1989, p. 28) afirma que “as mesmas características que fazem do rádio o meio informativo por excelência, influem e determinam a estrutura da informação radiofônica [...] – como afirmamos – tem duas características essenciais: brevidade e simplicidade”. Esses caracteres permitem que a notícia chegue ao ouvinte de forma mais objetiva, retirando possíveis confusões ou mal-entendidos, causados pelo excesso de dados. Prado (1989) acrescenta, ao tratar de uma tipologia da notícia radiofônica, a ideia do lide⁴ no rádio, ou seja, a construção da notícia no rádio segue a estrutura: introdução (lide), o que e quem.

⁴ Lead ou lide - Primeiro parágrafo de uma notícia. É o principal, onde se deve ter o resumido da notícia e prender o leitor. É constituído, como se chama em jornalismo, pela chamada pirâmide invertida (Cf.: Glossário de termos comuns no jornalismo – IFSC. Disponível em: <http://pdi.ifsc.edu.br/wp-content/blogs.dir/2/files/glossário-imprensa.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

Todavia, nem sempre foi assim. Noticiar não foi a vocação primeira do rádio. A inserção de notícias no rádio e posteriormente uma produção própria adaptadas ao meio, com o interesse de atender uma linguagem radiofônica no Brasil, se deu de forma gradativa. Em um primeiro momento, o rádio se dedicava ao entretenimento, radionovelas, concurso de cantores e, claro, música. Conforme explica Ortriwano (1985, p. 14), “no início, ouvia-se ópera, com discos emprestados pelos próprios ouvintes, recitais de poesia, concertos, palestras culturais etc.”.

Esta fase antecedia aos áureos tempos do rádio, pois ainda não era um aparelho acessível a todos. Madrid (*apud* ORTRIWANO, 1985, p. 14) afirma que “a cultura popular não tinha acesso ao rádio, que não se caracterizava como entretenimento de massa”. Também, não se tinha muitas emissoras, situação que muda a partir do governo Vargas e o surgimento das legislações precursoras da radiodifusão no país. O fato é que, ao chegar no rádio, a notícia não era produzida para o veículo, ou seja, não se adaptava o texto ao meio, o que se tinha eram resumos de jornais.

Moreira (1991, p. 26) contextualiza que “tesoura e cola eram, na época, os únicos recursos disponíveis para o jornalismo radiofônico”. Lia-se o que era produzido para o impresso. Por este motivo, a veiculação de notícias pelo rádio ficou conhecida como “jornal falado”.

Jung (2007, p. 34) explica que o uso do termo “jornal falado” era muito usado para a prática de transmissão da informação de conteúdo noticioso no rádio também servia “[...] mais do que um contraponto do rádio ‘jornal escrito’. É a própria contradição. Não se buscava um novo formato, adaptado ao radiojornalismo, apenas lia-se em voz alta a notícia publicada no impresso”.

Outra denominação para a prática de recortar matéria do impresso e ler *ipsis literis* no rádio, como pontua Jung (2007), era denominada de modelo *gilete-press*. Sobre isso, guardadas as proporções, ainda hoje este cenário se repete em algumas emissoras. Porém, agora através da leitura de notícias retiradas principalmente de portais na *Web*; com a mera replicação do mesmo conteúdo através das funções “copiar e colar” de processadores de texto.

Sobre as precursoras do jornalismo de rádio, uma das primeiras emissoras a trabalhar com a transmissão de notícias foi a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, ainda na década de 1920. Neste caso, observa-se que o comportamento não era somente copiar e repetir o que tinha no impresso, mas de reprodução de um novo texto tendo como base as matérias do impresso. Ferraretto (2011, p. 17) afirma que Roquette-Pinto foi o pioneiro no processo de produção de notícias no rádio e não apenas reprodução da notícia veiculada pelo jornal impresso:

Uma espécie de extensão da Academia Brasileira de Ciências, na definição do Jornalista Ruy Castro (2004), a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro abria espaços até para o jornalismo. Exemplo dos tempos de um inicialmente marcado pelo associativismo idealista de elite, Edgard Roquette-Pinto acordava por volta das cinco horas, lia todos os matutinos, circulando as notícias com um lápis vermelho, e, dias horas depois, estava ao microfone.

Com Roquette-Pinto tem-se as primeiras manifestações de radiojornalismo. Jung (2007, p. 19) ainda acrescenta que “os textos rabiscados eram a fonte de informação para o *Jornal da Manhã*, uma das primeiras experiências jornalísticas do rádio brasileiro, transmitido, de segunda a sexta, [...]. Mal imagina que seu método contaminaria as redações”. De fato, outras emissoras passariam a imitar o “radiojornal” da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* ou se inspirar naquele estilo. Camargo (*apud* ORTRIWANO, 2002, p. 69) destaca que “além do *Jornal da Manhã*, havia outros programas jornalísticos no rádio brasileiro dos primeiros tempos que mereciam, literalmente, o título de jornais falados: ler no rádio as notícias dos jornais impressos sem qualquer tipo de elaboração”.

De um modo geral, àquela época, a notícia não era primordial nesse meio. Para muitas emissoras não havia uma rotina de produção de notícias para o rádio – como as características e possibilidades a serem exploradas no veículo – bem como não havia sequer uma preocupação com a linguagem radiofônica. Isto é, não se tinha a noção que havia uma linguagem do rádio. Tudo era muito novo, como explica Zuculoto (2011), ratificando o já exposto em relação à cópia das informações do rádio serem retiradas dos impressos.

Ou, como acrescenta Ortriwano (1985, p. 85), a informação muitas vezes era preterida, considerando que outros campos poderiam ser explorados com maior lucratividade, o que trouxe e ainda traz barreiras quando o fator é informar:

Mas a informação, que praticamente nasceu no instante mesmo em que se realizava a primeira emissão radiofônica, precisou percorrer um longo caminho para poder encontrar sua manifestação mais ampla dentro do meio. Por uma série de razões – seja de ordem jurídica dentro o meio ou político-econômica – a transmissão da informação pelo rádio sempre encontrou barreiras dos diversos tipos. Por muito tempo a improvisação predominou na elaboração das emissões informativas [...].

Com o passar dos anos, tanto as tecnologias ajudaram a expandir sinais de emissoras, quanto a forma de levar notícias por essas ondas também se modificou. De um lado, a mobilidade trazida pelos equipamentos (microfones portáteis, por exemplo); e de outro, a formação de uma consciência, seja em equipes ou por meio de um repórter apenas. O fato é que

se passou a ir em busca de informações além das páginas do impresso, o radiojornalista deveria checar a informação *in loco*.

Tudo isso se apresenta como significativos avanços para construção de notícias adaptadas e pensadas para o rádio. E do despertar para as possibilidades do veículo até uma formação dos profissionais de rádio especializados para o jornalismo (não apenas como meros replicadores do jornal impresso), alguns nomes e programas surgem e se tornam referência no país, ao explorar a notícia como uma das “estrelas” da programação.

Um desses primeiros modelos, ao se tratar de radiojornalismo, tem como referência o “Repórter Esso”, que surge nos anos de 1940, trazendo inovações na maneira de apresentar a notícia. Segundo Moreira (1991, p. 26), “em agosto de 1941, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro transmitia a primeira edição do ‘Repórter Esso’, informativo que permaneceu no ar durante 27 anos (até 1968) e que alterou completamente o padrão dos jornais-falados vigente, até então, no rádio brasileiro”.

Moreira (1991) ainda esclarece que sete anos depois de implantação do “Repórter Esso” era criada na *Rádio Nacional* uma redação para jornalismo de rádio. Ali se construía pela primeira vez uma equipe de radiojornalismo, uma profissionalização da rotina de produção de notícias; pode-se dizer com um certo organograma (chefe, redatores, por exemplo). Construía-se de fato notícias pensadas na adequação à linguagem de rádio.

O “Repórter Esso”, porém, não era uma ideia genuinamente brasileira. Seu próprio modelo se inspirava nos padrões americanos. Segundo Calebre (2005, p. 34), “a agência de publicidade McCann-Erickson foi contratada pela *Standard Oil* para produzir o Repórter Esso no Brasil. O noticiário era preparado a partir do material produzido pela agência de notícias UPI (United Press International), seguindo os padrões do radiojornalismo norte-americano”.

Ainda que seguisse um modelo norte-americano de noticiar, é a partir do “Repórter Esso” que se destaca a produção de notícias no rádio brasileiro e outras emissoras passaram a investir na inserção do jornalismo em suas grades. Moreira (1991, p. 29) esclarece que:

No início da década de 1950, entretanto, as tentativas no sentido de estabelecer uma estrutura sólida para o radiojornalismo nacional deixam de ser exclusividade da Rádio Nacional. Emissoras como a Rádio Tupi (principalmente) no Rio de Janeiro e em São Paulo já transmitiam programas informativos que também conquistariam índices significativos de audiência.

Nos anos 50 do século XX, o próprio “Repórter Esso” passa a ser difundido em outras emissoras do Sul, Sudeste e Nordeste do país, em cidades mais desenvolvidas economicamente

como: São Paulo, Porto Alegre e Recife, como acrescenta Calebre (2005). Além do “Repórter Esso”, que tinha como marca a voz de Herón Domingues, outros programas, nomes e emissoras começam a despontar no radiojornalismo. Outro marco da história do jornalismo de rádio se relaciona a Carlos Palut, na *Rádio Continental*, “antiga Rádio Clube Fluminense, que foi comprada por Rubens Berardo em 1948”, como assegura Bessalok (2011, p. 61).

A *Rádio Continental*, segundo Bessalok (2011), não produzia reportagens, no período compreendido entre 1948 e 1951. E ao investir em radioreportagem, a emissora promovia inovações não apenas ao veículo, mas para o radiojornalismo como um todo, trazendo *flashes* via telefone e mesmo introduzindo a reportagem no rádio, como destaca Jung (2007).

Na *Continental*, o radialista Carlos Palut seria um dos grandes destaques, tornando-se referência, como afirma Moreira (1991, p.30):

A reportagem volante de Carlos Palut foi mais um passo na consolidação de um radiojornalismo eminentemente nacional. Somadas as experiências, é fácil constatar que, nas décadas mais recentes, os profissionais envolvidos com o jornalismo radiofônico aperfeiçoaram os ensinamentos básicos transmitidos pelos pioneiros de um setor valorizado do rádio.

Ferraz (2017, p. 64) destaca “que a iniciativa comandada por Carlos Palut no Rio de Janeiro estabeleceu o primeiro modo de operação contínuo e rotineiro de reportagem no rádio”. Bessalok (2007, p. 11-12), ao tratar do legado de Palut, elenca suas principais características e pontua que elas se tornaram referência para radiojornalismo:

Analisando estes aspectos da vida de Carlos Palut é possível destacarmos alguns pontos que ainda hoje podem contribuir para o ensino do radiojornalismo. [...] O conhecimento do veículo. O fato de Palut ter começado cedo e passado por quase todas as funções dentro de uma emissora [...]. Conhecimento da potencialidade da linguagem radiofônica. Como sonoplasta, contrarregra, produtor e discotecário-programador, Palut pôde conhecer as riquezas da linguagem radiofônica e certamente trabalhou com os sons, a música e o silêncio. Como radioator, pôde apurar a colocação da voz. Com isso, mesmo não tendo referências teóricas, conhecia os quatro elementos que compõem a linguagem radiofônica e sabia fazer uso deles. Variação de fontes e saída dos gabinetes. [...] Criatividade, Experimentação e Ousadia.

No entanto, antes de Palut, ainda nos anos de 1930, o nome de João Ferreira Fontes é considerado um dos primeiros a produzir reportagem no rádio. De acordo com Ferraz (2017, p 48), “isto posto, retorno a linha do tempo para reiterar que João Ferreira Fontes fez a primeira

reportagem da rádio externas nas ruas da cidade de São Paulo. Transmitindo um evento ao vivo”. O evento era a parada militar para celebrar o aniversário da cidade.

A partir dessas experiências o rádio passa a ser explorado como ambiente propício a transmitir informação, sendo um veículo ágil e eficaz na transmissão de notícias. Fato este destacado por Ferrareto (2003, p. 22, grifo do autor):

Ainda no início da década de 1940, na esteira do *Repórter Esso*, a curiosidade em torno da guerra incentivou o surgimento de outras experiências noticiosas. Se o *Esso* introduziu o modelo da síntese noticiosa, Coripeu de Azevedo Marques e Armando Bertoni criaram o primeiro radiojornal brasileiro moderno. *Era o Grande Jornal Falado Tupi*, que estreou às 2h do dia 3 de abril de 1942, baseando-se na estrutura da imprensa escrita: no início, a identificação do noticiário como o cabeçalho de um periódico impresso; depois, com a marcação da sonoplastia, as manchetes a reproduzir a capa de um jornal; seguiam-se as notícias agrupadas em blocos – política, economia, esportes etc. –, a exemplo dos diários com suas editorias.

Em experiências pelo Brasil, além da região Sudeste, tem-se no Nordeste emissoras que buscavam e desenvolviam o radiojornalismo. Ortriwano (1987, p. 42, grifos do autor) destaca as produções da *Rádio Clube de Pernambuco* na primeira metade do século XX:

O radiojornalismo de Pernambuco começa a existir em 1926, quando foram lançados os jornais falados em Recife. [...] Em 1938, o radiojornalismo de Pernambuco caracterizava-se por boletins noticiosos divulgados nos horários das refeições. Em 1948, a emissora já mantinha programas noticiosos: *Jornal Lavolho*, *O Minuto da Cidade e do Porto do Recife*, *Boletim de Informações Oficiais e a Crônica da PRA8*.

Ainda em Pernambuco, a *Rádio Jornal do Comércio* se destaca com o slogan: “Pernambuco falando para o mundo⁵”. Da fase inicial à consolidação do radiojornalismo, muitas etapas foram superadas. Outro fator que acarretaria mudanças no meio e, conseqüentemente, em sua programação, foi a chegada da Televisão em meados do século XX, fato que começa a estabelecer um declínio para o rádio. É que para o novo veículo, a TV, migraram as atrações que até então eram do rádio. Moreira (1991, p. 35) assinala que:

A partir da metade da década de 1950, o rádio brasileiro começa a registrar uma queda significativa de audiência, em decorrência da veloz popularização

⁵ Ainda na década de 1940, quando a *Jornal* começou a emitir sinal com transmissores potentes em ondas curtas e médias, e alcançou o mundo, surgiu o famoso slogan em inglês “Pernambuco speaking to the world”, que quer dizer “Pernambuco falando para o Mundo”. O proprietário da Rádio, Pessoa de Queiroz, não se cansou de expandir o alcance de sua emissora e na década de 1950 instalou radiodifusoras no interior do estado, criando a primeira rede de rádios AM de Pernambuco (ARAÚJO; FRANÇA, 2013, p. 5).

da TV. Os primeiros programas na TV brasileira, no entanto, foram trazidos do rádio: os profissionais envolvidos na produção e apresentação das atrações radiofônicas de maior sucesso, ao “migrarem” para a televisão, levaram com eles as fórmulas que haviam conquistado grande receptividade junto aos ouvintes. As novelas, os programas de auditório, o Repórter Esso, todos começam ao ser fielmente reproduzidos na TV: era o rádio com imagem.

Tem-se a partir desse momento, o que Zuculoto (2017) destaca como “ondas de mudança” no rádio de Amplitude Modulada (AM). A chegada da TV é tida como uma segunda onda, antecedida pela própria implantação da radiodifusão. De tal modo, a notícia se torna de forma mais abrangente pelo país após a chegada da TV. Embora de forma isolada ou pontual é preciso considerar que algumas emissoras já começassem a introduzir e desenvolver a notícia no rádio antes da chegada da Televisão, como afirma Moreira (1991, p. 36):

Dadas as novas circunstâncias, o rádio brasileiro passou a carecer de readaptações e reformulações, a partir da metade da década de 1950. Como já não podia contar com um público cativo (agora fascinado pela possibilidade de – além de ouvir – ver as estrelas que identificava apenas pela voz), o veículo de sucesso dos anos anteriores passou a procurar outras formas de identidade com o ouvinte [...].

Lopes (*apud* MOREIRA, 1991, p. 36) explica que “os programas de radiodifusão sonora, com o advento da TV, sofreram modificações radicais. [...] Retornamos à origem, isto é, quando a ideia de programa ainda não se fixara na mente dos empresários”.

Alves (2005, p 165) acrescenta que “depois da TV, aqui no Brasil o rádio parecia ter entrado num retrocesso ou numa estagnação. A saída fácil encontrada foi transformá-lo num veículo fundamentalmente de lazer, através da música. [...] Esqueciam o poder da palavra”. Porém, mesmo a música parecia não ser suficiente para reerguê-lo, a maneira, então, de sobreviver foi adaptar-se aos novos momentos, trabalhando a notícia, até ali pouco explorada.

Um terceiro momento também bastante significativo para o rádio AM, segundo Zuculoto (2017), é o surgimento da Frequência Modulada (FM), sendo a rádio Transamérica a primeira FM, como garante Ortriwano (1985). E é ainda nos anos de 1970, de acordo com Moreira (1991), que as FMs adotam “uma linha de produção, administração e programação” trazendo modelos já usados pelos Estados Unidos. Recentemente, a migração das AMs para FMs, autorizada pelo Decreto nº 8.139 de 2013, para Zuculoto (2017), também é considerado importante marco na história sobre o rádio AM. A mudança ocorreu, sobretudo, pela perda de audiência dessas emissoras, que não podem ser sintonizadas em dispositivos móveis, como o aparelho celular.

Tem-se que o radiojornalismo, ainda que de forma pontual ou embrionária, foi iniciado no país ainda na primeira metade do século XX, através do rádio AM. Da leitura de impressos à produção de reportagens, da compra de equipamentos à estruturação da programação e investimento do capital humano, impulsionada pela conseqüente queda de popularidade do rádio devido primeiro à chegada da TV e, posteriormente, do rádio em FM. E neste momento, o rádio AM sentiu que era preciso se reinventar, como afirma Ortriwano (2003).

Vale destacar que boa parte desse processo de renovação da programação e dos modos de fazer radiojornalismo se deve a inauguração da *Rádio Nacional do Rio de Janeiro*, em 12 de setembro de 1936. Esses são os primeiros passos para se chegar de fato a uma tendência no país de explorar o radiojornalismo. Isso se dá de forma gradativa, o que envolve o desenvolvimento da produção radiofônica por fases ou etapas: da não profissionalização (sem equipes, equipamentos) para a adoção dos mesmos. Outro ponto seria passar a tratar notícias gerais para uma segmentação e ainda uma melhor forma de apresentação dos mesmos, para então envolver não apenas a disposição dos assuntos, mas a própria estrutura e a forma de apresentá-las por meio de formatos, gêneros, tais como: notas, entrevistas, *flashes* e reportagens.

Com o passar dos anos, as notícias se tornam a principal atração de muitas emissoras, a ponto de algumas retirarem por completo a programação musical. Esse comportamento se verifica com a implantação de uma programação *All News*, que até os “anos de 1980 eram desconhecidas no Brasil, mas consolidada nos Estados Unidos”, segundo Jung (2007, p. 44). Sobre a evolução do segmento *all news*, Lopez (2009, p. 125) complementa elencando ainda algumas rádios que têm toda uma programação dedicada ao jornalismo:

O segmento *all news* tem evoluído e se sedimentado no radiojornalismo brasileiro. Desde que foi instalada, em outubro de 1991, a Central Brasileira de Notícias (CBN), uma das pioneiras no setor, um novo cenário se estabeleceu, com a ampliação do conteúdo informativo no rádio do país. A emissora começou suas atividades transmitindo em AM e, depois de novembro de 1995, passou a fazer suas emissões também em FM, ampliando assim sua abrangência e seu público. A CBN é considerada a primeira *all news* do Brasil a transmitir em FM. Entre as suas concorrentes diretas, a única que transmite em FM é a BandNews, direcionada para o mesmo público alvo (acima de 30 anos e de classes A e B) e com estrutura de programação similar. Atualmente o Brasil conta com sete emissoras/redes de rádio 100% notícias: CBN, que transmite em AM e FM; Band News FM; Rádio Bandeirantes AM; Rádio Jovem Pam AM; Rádio Gaúcha AM; Rádio Guaíba AM e Rádio Eldorado AM.

Com esse desenvolvimento do jornalismo de rádio, dá-se atenção à linguagem, estrutura-se a notícia. O rádio começa a traçar uma fala própria. Segundo Ortriwano (2003, p. 76), pode-se verificar neste momento o surgimento das rádios “só notícias” na medida em que:

Gêneros e formatos diferenciados foram sendo experimentados. Entre as várias especializações, no jornalismo surgiram as rádios *All News*, que apresentam apenas notícias e as *Talk News*, em que o espectro de formatos jornalísticos é mais amplo englobando notícias, entrevistas comentários etc.

A partir desse entendimento de adequar e adaptar o relato do acontecimento ao meio, é que se passa a desenvolver de fato um jornalismo de rádio no país, pensando no meio e no modo como a notícia se apresenta, em consonância com os recursos permitidos ou possíveis para cada meio de comunicação; no caso do rádio, o som.

3.1.1 O rádio e o radiojornalismo no Piauí

Colocadas alguns dos principais momentos da história do rádio e do jornalismo de rádio em nível nacional, passa-se a pontuar e a trazer fatos da história do rádio no Piauí. É com as emissoras em Amplitude Modulada (AM) que se formam as primeiras emissoras no Estado.

No Piauí, a história da radiodifusão tem seu início marcado por nomes como Euvaldo Carvalho e Alcenor Madeira por meio da emissora PRKK – Rádio Três Cocos. Contudo, anterior ao funcionamento das primeiras emissoras, algumas cidades contavam com as amplificadoras, percussoras da radiodifusão no Estado, fato destacado por alguns estudiosos, como Sousa (2016), Nascimento (2006) e Lima (2007; 2017).

Sobre o papel das amplificadoras, destacam-se as cidades de Teresina e Parnaíba (a primeira por ser a capital e a segunda por ser a primeira cidade do Piauí a contar com uma emissora). Em Teresina, o centro da cidade era um dos pontos que contavam com os serviços de amplificadoras. De acordo com Lima (2017, p. 60-61):

Ainda na década de 1930, o centro da cidade de Teresina ganhou um novo elemento: a instalação da rádio amplificadora na Praça Pedro II e na Praça Rio Branco, considerados locais de entretenimento e sociabilidade.[...] Ao longo dos logradouros, as amplificadoras eram estruturadas por um sistema de alto-falantes, um mastro, um projetor de som e um estúdio improvisado, de maneira que os locutores organizavam uma programação muito próxima à de uma emissora de rádio, exibindo programas noticiosos, musicais e, principalmente, comerciais publicitários. [...] As amplificadoras, portanto, ensaiavam os primeiros passos de uma emissora de rádio em Teresina [...].

As praças, àquela época, eram os principais pontos de encontro e lazer do teresinense. As amplificadoras, por sua vez, agregavam um valor a mais ao espaço: informar e anunciar.

Assim como em Teresina, em Parnaíba as amplificadoras também cumpriram importante papel na comunicação para sociedade parnaibana. De acordo com Sousa (2016, p. 93), “[...]os alto-falantes cumpriram papel de destaque nos pronunciamentos de massa em Parnaíba [...] em dois pontos da Praça da Graça foram instaladas as “bocas de ferro” – como eram conhecidas popularmente as amplificadoras”.

A intensa utilização das amplificadoras suscitou a ideia de trazer emissoras ao Estado para aumentar o número de ouvintes que, até então, se restringia aos limites de potência do som emitidos por aquelas. Assim, com propósitos que iam além da expansão ou desenvolvimento da radiodifusão no Estado, na década de 1940, o então interventor do Estado Leônidas Melo dá os primeiros passos para a criação de uma emissora em Teresina, como explica Nascimento (2006, p. 6-7):

Em reunião realizada no Clube dos Diários, em 4 de junho de 1940, dirigida pelo interventor federal Leônidas de Castro Melo, é nomeada uma comissão que deveria tratar da criação da sociedade de radiodifusão. Percebe-se que a idéia de grandeza dos regimes nazi-fascistas atinge o interventor federal, afeito ao ideário estadonovista de uma nação forte, una, sem contradições, sendo que o rádio deveria ser um dos instrumentos utilizados para esse fim. Provavelmente Leônidas de Castro Melo tinha acesso ao que Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, produzia. Esse interventor defendia que a imprensa cumpria papel de mediadora entre governantes e governados.

Apesar dos esforços, aquela que seria a primeira emissora do Estado (nomeada como *Rádio Clube do Piauí*) não saiu do papel. De acordo com Nascimento (2006, p. 8), “[...] apesar desses anseios e embora a diretoria da Sociedade Rádio Clube do Piauí tenha recebido e estudado propostas de casas especializadas no fornecimento de material e montagem de emissoras de rádio, o projeto não se concretizou”. Teresina esperaria, a partir desse episódio, mais oito anos para enfim sediar sua primeira emissora: a *Rádio Difusora de Teresina*, inaugurada em 1948. Enquanto a capital ainda almejava sua emissora, no litoral do Estado, a *Rádio Educadora de Parnaíba* marcaria a radiodifusão do Piauí sendo a primeira emissora de rádio do Piauí por ter sido instalada ainda nos anos 1930.

De acordo com Nascimento (2006), a *Rádio Educadora de Parnaíba* surge da iniciativa do rádio técnico e o revendedor de receptores (respectivamente, Euvaldo Carvalho e Alcenor Madeira), que, a princípio, sem pretensões de serem os pioneiros da radiodifusão no Estado,

mas destinados a testar e melhorar seus trabalhos, criam condições favoráveis a uma potente frequência de rádio que acaba por interferir na vizinhança. Inicialmente, a rádio funcionava de forma clandestina e era conhecida como *PRKK- Rádio Três Cocos*. Isso de 1930 até os anos 1940, quando se tornaria oficialmente *Rádio Educadora de Parnaíba*, passando a fazer as primeiras transmissões esportivas e a produção de radiojornais.

Nos anos de 1950, o Piauí passa a contar com três emissoras: a *Educadora de Parnaíba*”, a *Difusora de Teresina* e a *Difusora de Floriano* (LIMA 2007). Na década seguinte, na capital, surgem outras emissoras que passam a complementar o cenário radiofônico do piauiense, dentre elas a *Rádio Clube de Teresina*, em 1960, e a *Rádio Pioneira de Teresina*, criada no ano de 1962, vinculada à igreja Católica se destacou no jornalismo e em movimentos educacionais.

A *Rádio Pioneira de Teresina*, desde o seu nascimento, se liga a igreja católica, pois nasceu de uma sociedade por cotas de participação, cujo acionista maior era o Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela. Outra importante características da *Rádio Pioneira* é sua vinculação ao MEB (Movimento de Educação de Base). Àquela época o rádio era instrumento difusor da Educação, que aliado a equipes formavam-se as escolas radiofônicas, de acordo com Nascimento (2004).

Sobre o papel do MEB, em conjunto com as Dioceses pelo Brasil, Kreutz (1979, p. 65) afirma:

O MEB se origina das experiências de educação pelo rádio, promovidas, no nordeste, pelo episcopado brasileiro. Inspiradas em experiência de escolas radiofônicas de Sutatenza, Colômbia, as Arquidioceses de Natal e Aracaju iniciaram, no Brasil, a aplicação de um sistema educativo através de emissões radiofônicas, que se mostrou adequado para a atuação nas áreas subdesenvolvidas, onde a escassez de comunicações, de recursos materiais e, principalmente, humanos, mantêm a maioria da população em nível cultural, econômico e social incompatível com a dignidade humana.

Essa escassez de recursos fez com que o Piauí, assim como outros Estados brasileiros, recebesse o serviço de rádio escola. Mesmo sendo uma emissora católica e tendo que atender a funções sociais, a *Rádio Pioneira* foi responsável por produzir diversos programas e profissionais do rádio, que se tornaram referência no entretenimento e no jornalismo, como os nomes de: Joel Silva, Dídimo de Castro, Carlos Said, entre outros.

As primeiras inserções e divulgações de notícias no rádio piauiense assemelha-se ao de outras emissoras pelo país, com a leitura do impresso e a construção de textos para serem lidos. A produção de reportagens e envio de repórteres *in loco* tornam-se possíveis com passar dos anos, mas mesmo a *Rádio Pioneira* fundada nos anos de 1960, mais de uma década depois da

Rádio Difusora de Teresina, passou por esta fase, ao produzir seus programas. Situação descrita por um dos primeiros radialistas da *Pioneira de Teresina*, Dídimo de Castro⁶, ao falar da criação da “Grande Revista Pioneira”, um dos primeiros programas da emissora.

Ainda sobre os primeiros passos do radiojornalismo piauiense, Pinheiro Filho (1997, p. 181) destaca alguns entraves iniciais para prática do jornalismo de rádio no Piauí, bem como novos caracteres trazidos pelo meio:

O jornalismo de rádio encontrou, de início, uma forte barreira enciumada do jornalismo convencional. Recusavam-se os deste grupo em aceitarem os novos colegas. [...] Contudo o jornalismo da radiodifusão trouxe consigo características e técnicas próprias. Dá a notícia na hora do acontecimento, transmitindo-a, muitas vezes, do próprio local do fato.

Para o desenvolvimento do jornalismo nas emissoras, alguns elementos tornam-se peças essenciais tais como: “o rádio escuta”. Esse era trabalho desenvolvido na *Rádio Pioneira*, por exemplo, pelo radialista Raimundo Lima, que ficava ao “pé do rádio” a ouvir diversas estações do Brasil e do mundo. Nascimento (2007, p.105) explica o papel deste “homem-máquina” ao dizer que: “O rádio escuta ouvia as notícias, fazia a gravação daquelas que considerava relevantes e transformava em textos escritos que seriam lidos nos principais programas noticiosos da emissora”.

Com o passar dos anos foram se agregando capitais humanos e tecnológicos que permitiram o desenvolvimento do radiojornalismo no Estado, tais como: uso do telefone para participação de ouvintes e para os repórteres que, de algum ponto da rua, enviavam informações; bem como a própria aquisição de automóveis para deslocamento de equipe. A *Rádio Pioneira de Teresina* teria sido a primeira a adquirir um carro para fazer as transmissões fora do estúdio (NASCIMENTO, 2006).

Sobre radiojornais em específico, desde a década de 1950, já existia este gênero; como o “Grande Jornal da Manhã”, que era veiculado pela Rádio Educadora de Parnaíba. Destaca-se também, um dos principais jornais falados do Piauí, produzido na *Difusora de Teresina*: o “Jornal Q-3”. De acordo com Lima (2017, p. 98-103):

O grande Jornal Q-3 representou para o Piauí a mesma importância que o Repórter Esso representava para o Brasil. [...] Coube ao Grande Jornal Q-3 o papel de transmitir as notícias de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais da capital e dos outros municípios piauienses. [...]

⁶ “Quando a gente começou não tinha participação por telefone, não tinha também reportagens gravadas, tudo era escrito [...]”. (NASCIMENTO, 2006, p. 106).

Diariamente entrava no ar depois da apresentação do programa A Hora do Brasil.

Lima (2017) ressalta ainda o viés político partidário do jornal Q-3, onde os comentários tecidos durante suas edições provocavam grande repercussão entre as personalidades políticas e partidos da época.

Outra grande referência do jornalismo de rádio piauiense surge no fim dos anos de 1980, trata-se do programa “Painel da Cidade” a *Rádio Pioneira*, comandado por Joel Silva. Rêgo (2016, p. 58) descreve a dinâmica do programa da seguinte forma:

Diariamente, no estúdio, Joel Silva costuma entrevistar políticos, autoridades públicas ou representantes de entidades civis para a discussão de algum tema de interesse da população. Durante as entrevistas, os ouvintes podem ligar ou mandar mensagem pelas redes sociais para fazer perguntas aos entrevistados. Joel Silva costuma comentar os acontecimentos noticiados e as reclamações feitas pelos ouvintes, no sentido de cobrar soluções por parte dos setores responsáveis. Durante o programa, são divulgadas notas de utilidade pública, dentre outros assuntos. Outra característica do PPC é o fato de ser costumeiramente procurado por ouvintes que buscam resolver questões assistencialistas, tais como: encontrar parentes desaparecidos, pedido de emprego, e solicitações de cadeiras de roda, entre outros. Sobre este último ponto, verifica-se a parceria com uma empresa distribuidora de equipamentos hospitalares que por ser patrocinadora do programa geralmente facilita essas doações.

Através do programa se apresentava um tipo de jornalismo aberto a participação popular, voltado para os anseios da comunidade. É desse modo que, de acordo com Nascimento (2006, p. 116), “o programa permite que a *Rádio Pioneira* cumpra seus papéis, qual seja, o de fazer com que o drama pessoal de uma comunidade seja denunciado publicamente.

Quanto ao jornalismo especializado, destaca-se a cobertura dada ao esporte, em especial ao futebol, tendo como percussora, a *Rádio Difusora de Teresina*. Said e Rufino (2007) afirmam que a partir da década de 1950 e, em específico, do episódio da primeira transmissão de uma partida de futebol, direto do Estádio Lindolfo Monteiro, tornam-se frequentes transmissões esportivas no Estado. O mérito dessa primeira transmissão foi da equipe da *Rádio Difusora de Teresina*, com os repórteres Carlos Said e Areolino Costa.

De acordo com Nascimento (2004), a equipe inicial de esportes oriunda da *Difusora de Teresina* logo migrou para *Rádio Pioneira* após sua inauguração em 1962. Um dos primeiros convidados foi o jornalista Carlos Said, depois Dídimo de Castro, Fernando Mendes, entre outros nomes que compunham a equipe de jornalismo de esporte da *Rádio Difusora* à época.

Essa foi a composição de uma das primeiras equipes de esportes do radiojornalismo piauiense, trazendo cobertura sobretudo do futebol local, regional e nacional.

Sobre o atual cenário dessas percussoras piauienses, destaca-se que a *Difusora de Teresina* continua no ar, podendo ser ouvida *on line*; a *Educadora de Parnaíba* foi extinta em 2010 e a *Rádio Pioneira* continua no ar. Em 2018, a *Rádio Pioneira*, que desde sua formação na década de 1960 operava em AM, migrou para a Frequência Modulada (FM). Com isso, toda a programação foi reformulada, inclusive o programa “Painel da Cidade”, que foi extinto. A nova programação trouxe para o lugar do “Painel da Cidade” o “Radiojornal da Pioneira 1ª edição”, com Joel Silva mais uma vez à frente, mas com um formato diferente da proposta do “Painel”. Nos últimos anos, o rádio tomou um novo fôlego no Estado, entrando em atividade algumas emissoras como a *Radiojornal Meio Norte* (2017), *FM O Dia* (2019) e algumas reestreias como a *CBN Teresina* (2019).

Em relação a produção atual de radiojornais, que é o cerne dessa dissertação, as rádios piauienses, especialmente as que tem sede na capital Teresina, têm dedicado boa parte de sua programação aos radiojornais, sejam os matinais ou no início da tarde, tais como: “Radiojornal da Pioneira 1ª edição” (*Rádio Pioneira*, 88,7); “Jornal da Teresina 1ª Edição” (*Teresina FM*, 91,9); “Jornal da Clube” (*FM Clube Teresina*, 99,1); “Acorda Piauí” (*Rádio Cidade Verde*, 105,3); “Jornal CBN Teresina” (*CBN Teresina*, 97,5); “Notícias da Boa” (*Rádio Jornal Meio Norte*, 90,3), entre outros. Em geral apresentam entrevistas, debates e participação popular através de aplicativos de mensagens ou redes sociais. Neste cenário de produção e circulação de notícias incluem-se as rádios ligadas à administração pública (direta ou indireta), como a rádio *FM Cultura de Teresina* (107,9), a *Rádio Assembleia do Piauí* (98,3); a *FM Universitária da UFPI* (96,7) e ainda a *Rádio Antares* (800) que é ligada ao Governo do Estado do Piauí.

3.2 A linguagem, os gêneros e os formatos radiofônicos

Pelo modo como se trabalha o conteúdo, observam-se formas diferentes de tratá-lo, ora dando um aprofundamento, ora abordando de modo superficial, explorando uma ou outra peça radiofônica. Outro aspecto importante na produção de notícias, como já foi assinalado, diz respeito a adaptação à linguagem de cada meio. A notícia no jornal escrito se difere da exposta na TV, que, por sua vez, se difere do rádio. No entanto, muitas emissoras parecem não respeitar

a linguagem própria de cada mídia e o que se observa é a mera transposição de código para outro sistema de códigos sem a devida adequação.

A notícia no rádio possui caracteres, singularidades, mas, assim como em outros meios, passou e vem passando por uma série de mudanças, tanto na construção quanto na forma de levá-las ao ouvinte, tais como: a passagem da leitura de notícias contidas no impresso à produção de textos adaptados à linguagem de rádio. Balsebre (2005, p. 329) destaca que “a linguagem radiofônica é o conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos sistemas expressivos da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio”. Nessa linha de pensamento, Reis (2010, p. 59) afirma:

[...] trata-se de um modo distinto de comunicar e, nesse contexto, desenvolve-se a linguagem radiofônica, padronizada em técnicas que facilitam a interação entre o emissor e o receptor. O primeiro necessita conhecer as características do suporte para a eficácia da mensagem, o que significa a adequação do conteúdo à estrutura (e vice-versa), enquanto o segundo encontra-se exposto a circunstâncias físicas que atuam sobre a decodificação da mensagem. O ponto de partida é o fato de o rádio ser exclusivamente sonoro.

Este entendimento faz ainda que o rádio otimize seu discurso. Haye (2005, p. 347) comenta que:

O rádio constrói “imagens acústicas” a partir de signos orais, verbais, musicais, sonoros e silenciosos. Esses elementos possibilitam que as imagens adquiram uma forma determinada para transmitir conteúdos de variada espécie. O canal escolhido como meio para produzir um fazer comunicativo (auditivo, em nosso caso), constitui bem mais que um simples transportador de sinais. [...] tratam-se de regras de índole poética e estilística presentes em uma grande variedade de ações e interações entre autor/emissor/personagens/ouvintes. O lugar em que essas imagens alcançam sua “forma determinada”, o espaço onde utilizam-se das regras poéticas e estilísticas e se resolve a expressividade que levará a efetivação das mensagens, é o discurso radiofônico.

O próprio meio tem uma série de caracteres que podem e devem ser utilizados ao produzir e divulgar notícias. Fazendo um contraponto com os recursos televisivos, Hall (1976, *apud* ORTRIWANO, 1985, p. 88) elenca os seguintes caracteres para o rádio: “[...] é mais imediato; [...] maior flexibilização na programação” [...]; o rádio pode dispensar mais atenção ao noticiário local”. A autora discute ainda a instantaneidade e sensorialidade como recursos característicos do meio. Ou seja, não é preciso grandes aparatos para a notícia ir ao ar e não é necessário esperar um programa “x” começar para poder dar a notícia.

Moreira (1991, p. 36) comenta que “em termos de informação, o radialista Antônio Figueiredo defendia que ‘a função do rádio é informar’. [...] A notícia que o rádio dá às duas da tarde, a TV só vai mostrar às oito da noite”. Era final da década de 1970 quando o radialista teceu esse comentário. Naquele momento, os meios de comunicação predominantes eram rádio e TV, ainda não se tinha a *internet*. No entanto, ainda com o aparecimento e popularização da internet, o rádio continua a ser eficiente, tanto na produção da notícia, quanto na forma de levá-la ao ouvinte. Outros pontos importantes da notícia produzida no rádio, diz respeito a oralidade. Esta nem sempre se dá de forma espontânea, como comenta Santos Neto (2015, p. 63) ao discutir o conceito de escritorialidade em Gallo (2012):

[...] a oralidade típica dos meios eletrônicos rádio e TV inscrevem-se no discurso de escrita, mas oralizado. O discurso de escrita garante o poder dizer. Para tal, precisa ser legitimado, precisa de uma fonte oficial, de uma publicação. Sua versão no rádio informativo pode ser facilmente reconhecida quando um apresentador lê um texto interpretando-o como se fosse uma fala ao vivo, espontânea.

Essa oralidade é previamente elaborada por *scripts* ou notas, como destaca Balsebre (2005, p. 330):

Não há dúvida de que a linguagem radiofônica é uma linguagem artificial [...]. Outro elemento do contexto artificial e específico da palavra radiofônica é a integração entre o texto escrito e a improvisação verbal. O locutor quando lê um texto tenta reproduzir com naturalidade [...].

Vale ressaltar que mesmo a improvisação deve ser planejada. Lage (2006, p. 46) também comenta a questão do improviso e recomenda que “o ideal de escrever antes o que será dito. [...] A fala vazia para ocupar tempo é desastrosa”.

Em relação ao radiojornalismo, percebe-se que as alterações ao longo dos anos refletem nitidamente na construção de uma linguagem para o meio, em consequência um melhor aproveitamento de todos os seus recursos. Por isso, quando se entendeu que a notícia seria o grande mote do rádio, passou-se a trabalhar com diversos formatos e gêneros: reportagens, notas, entrevistas, ou mesmo a simples inserção de sonoras, que demonstram uma preocupação com o conteúdo adaptado ao meio. Esses gêneros são, por sua vez, adaptações do impresso, como destaca Lopes (2011, p. 127):

O debate acadêmico sobre gêneros no rádio origina-se nos estudos de impresso, por meio da sistematização proposta por Beltrão e posteriormente

relida por Marques de Melo. Para o rádio ela foi adaptada por outros autores como Ferrareto (2011) e Barbosa Filho (2003) e apresentada como elemento complementar e ou metodológico em inúmeros outros estudos.

A respeito da contribuição dos formatos do impresso para a construção dos formatos radiofônicos, Betti (2009, p. 76) explica que:

A classificação de gêneros proposta por Marques auxilia no esclarecimento dos limites entre os formatos e atenta para as tendências encontradas no jornalismo, principalmente impresso. Esta diferenciação nos serve como base para a verificação dos formatos jornalísticos no rádio e a partir dela caminhamos para as contribuições mais específicas à realidade do referido meio de comunicação.

Essa classificação (gêneros ou formatos) embora advinda do impresso é adotada por diversos meios, bem como a divisão das editoriais. Em relação ao termo gênero, observa-se ainda como um tema que divide opiniões, proporcionando classificações diferentes. Sobre o assunto, Assis (2010, p. 16) pontua que “não é à toa que os autores utilizem diferentes nomenclaturas (gênero, formato, espécie) para definir um mesmo texto (ou um mesmo conjunto de textos) publicado pela imprensa”. Já a respeito dos gêneros e formatos radiofônicos, Vicente (2001, p. 1) esclarece que:

O assunto “gêneros” é bastante polêmico, não existindo consenso entre os diferentes autores nas suas classificações das produções. [...] Devemos fazer a diferenciação entre gênero e formato radiofônico. Consideramos como de gênero radiofônico uma classificação mais geral da mensagem, que considera o tipo específico de expectativa dos ouvintes que ela visa atender. Os gêneros radiofônicos que apresentaremos aqui serão o publicitário ou comercial, o jornalístico ou informativo, o musical, o dramático ou ficcional e o educativo-cultural. Formatos radiofônicos são os modelos que podem assumir os programas realizados dentro de cada um dos diferentes gêneros.

Deste modo, tem-se classificações de gêneros, formatos e subclassificações dentro dos formatos. Na falta de uma definição única, essa variedade também é verificada ao se tratar especificamente no meio rádio.

Os estudos dos gêneros radiofônicos também são entendidos a partir da dicotomia monologal e dialogal. Esse entendimento é compartilhado por vários autores, como Reis (2010) que destaca que essa dicotomia se dá quando há inserção de outros interlocutores que não apenas o apresentador (formado assim um diálogo) ou quando não há outros interlocutores (nesse caso tem-se um monólogo). Também por Lopez (2011, p. 129-130) quando afirma que

“o rádio é um meio de comunicação fundamentalmente dialogal e oral. Em sua programação, os gêneros dialogam entre si e as produções não se mantêm eminentemente no campo da informação ou da opinião”.

Ainda de acordo com Lopez (2011), essas peculiaridades fizeram com que pesquisadores, dentre eles espanhóis, pensassem em conceitos de gêneros radiofônicos e não em adaptações do que se produzia em jornais impressos. Assim, surge a dualidade: Diálogo *versus* Monólogo. Em se tratando de diálogos, observa-se que ganham cada vez mais força devido a interatividade proporcionada pelas tecnologias (celular, redes sociais), iniciando até novos gêneros a partir dessas novas mídias.

Como os gêneros e formatos são classificados de formas diversas, destaca-se aqui algumas dessas classificações para associar ao que se pretende analisar neste trabalho. Barbosa Filho (2009) classifica os formatos radiofônicos como: **Nota:** no jargão radiofônico, significa um informe sintético de um fato atual, nem sempre inconcluso; **Notícia:** no rádio, apresenta características diversas das que se observam em outros meios; **Boletim:** pequeno programa informático com no máximo cinco minutos de duração; **Entrevista:** representam a principal fonte de informação presente na maioria das matérias; **Reportagem:** narrativa que engloba, ao máximo, as diversas variáveis do acontecimento; **Comentário:** peça que impõe ritmo e amplia o cenário sonora do receptor; **Editorial:** peça pouco utilizada no rádio, retrata o ponto de vista da instituição radiofônica; **Crônica:** está na fronteira jornalismo e literatura; **Radiojornal:** é um formato que agrega outros formatos; **Documentário jornalístico:** aprofunda determinado assunto; Mesas redondas ou debates: são espaços de discussão coletiva; por fim, programas especializados como Policial e de Esporte. Além destes, Barbosa Filho (2009) destaca o formato Divulgação tecnocientífica, “com a função de divulgar e, conseqüentemente informar a sociedade sobre o mundo da ciência, com roteiros apropriados e linguagem que seja acessível à maioria da população”.

Ortriwano (1985), por sua vez, classifica os modos de se levar notícia em categorias, tais quais: **Flash:** acontecimento importante, divulgado imediatamente; **Edição extraordinária:** a que interrompe a programação; **Especial:** pressupõe pesquisa profunda, ao analisar determinado assunto; **Boletim:** noticiário apresentado com horário e duração determinados; **Jornal:** é o tradicional “jornal falado”; **Informativo especial:** informações de um fato de um mesmo assunto; **Programa de variedades:** sem estar diretamente ligado à atualidade; intercala música, prestação de serviço.

Se não se vislumbra uma unidade em relação a formatos e gêneros no que diz respeito a quais e como se definem, também não impede que se possa caracterizá-los e compreendê-los a partir do conceito ou classificação de um ou outro autor.

Essa revisão sobre formatos é relevante, pois a partir desses conceitos e conhecimentos busca-se analisar o conteúdo noticioso do Radiojornal 1ª Edição da Rádio Universitária 96,7, que é ligada à Universidade Federal do Piauí, a partir dos propósitos legais a que se destina uma rádio Universitária com a outorga educativa.

3.3 O Radiojornal 1ª Edição e os critérios de noticiabilidade na FM Universitária 96,7

Levantados alguns pontos em relação a forma de apresentar os conteúdos (através de peças e formatos radiofônicos), colocadas as características da linguagem do rádio e do desenvolvimento do radiojornalismo de forma geral, passa-se a descrever e a apresentar o radiojornalismo em FM Universitária. Entende-se que isso é importante porque muitas emissoras desse segmento também dedicam horários de sua programação a radiojornais; como por exemplo, o “Jornal da Universitária”, da *Universitária FM* da Universidade Federal do Ceará (UFC) e ainda o radiojornal da Universidade Federal de Minas Geral (UFMG), que atualmente se encontra suspenso para reformulação⁷ à época dessa dissertação.

Um radiojornal é um formato que, a princípio, exige uma maior produção, tendo em vista que ele se forma a partir de assuntos variados e estes são apresentados em diversos formatos. Sobre radiojornal, Barbosa Filho (2009) conceitua que esse é formado a partir de outros formatos (notas, notícias, reportagens etc.) e ainda dividido em seções ou editoriais. Essas como explica Ortriwano (1985, p. 10), “apresentam assuntos de todos os campos de atividade, estruturados em editoriais”. Sobre o assunto, Ferraz (2016, p. 109) reitera que “sendo assim, nota, notícia, reportagem, entrevista são gêneros do radiojornalismo. Quando estes estão reunidos [...], podem resultar em radiojornal, que é um formato de programa”.

O radiojornal 1ª Edição, objeto de análise nessa dissertação, é o segundo radiojornal criado pela emissora da UFPI. O primeiro foi o “Jornal da Universitária”, estreando em 2014, no horário de 18h00min às 18h30min. Com o surgimento do radiojornal ao meio dia, o das seis

⁷ Com o objetivo de pesquisar novos produtos e formatos diante dos desafios da produção de notícias, o jornalismo da Rádio UFMG Educativa está passando por reformulação. Desde a última quarta-feira, 1º de maio, o Jornal UFMG, informativo diário de 30 minutos, não vai ao ar. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/jornalismo-da-radio-ufmg-educativa-passa-por-reformulacao>. Acesso em: 03 jun. 2019.

da tarde passa a ser chamado de “Jornal da Universitária 2ª edição”. O Jornal da Universitária 1ª edição vai ao ar segunda a sexta de 12h00min às 12h40min e é transmitido desde 2017. A estreia do programa foi noticiada em outros veículos, dando destaque para o surgimento do novo radiojornal da emissora da UFPI, como pode ser observado na Figura 2:

Figura 2- Estreia do Jornal sendo noticiado em outros veículos

The image is a screenshot of a news article on the Portal P8 website. The article is titled "FM Universitária aposta em novo jornal ao meio dia" and is dated "on 23:24:00 in #Rádio, FM Universitária, Rodrigo Carvalho". The article features two photographs of the radio studio. The text of the article states: "No mês passado, a FM Universitária estreou mais uma atração: o Jornal da Universitária 1ª Edição. Sob apresentação de Rodrigo Carvalho e Flávia Carvalho o programa vai ao ar das 12h às 12h40. Segundo contam os apresentadores, o jornal tem a missão de trazer um jornalismo independente, com matérias completas, buscando sempre explicar o assunto tratado para os ouvintes." Below the article, there is a quote from Rodrigo, one of the presenters: "Todos os programas da Rádio universitária FM contam com equipe de produtores e repórteres e com o Jornal da Universitária não é diferente. Sempre buscamos trazer mais do que simplesmente informar. A gente tenta explicar os assuntos aos ouvintes, além de produzir reportagens especiais para todos os jornais." The article also mentions that the radio is part of UFPI and is composed of students from the Social Communication course at IES. On the right side of the screenshot, there are social media sharing options for Facebook and Twitter, along with a Facebook post snippet from "P8 - TV, Curiosidades e Notícias" dated "na sexta" with the text: "Rede Meio Norte, saia do seu mundinho perfeito, assumo sua responsabilidade enquanto mídia e venha para o debate! http://www.portalp8.com.br/.../silencio-rede-meio-norte-in..."

Fonte: <http://www.portalp8.com.br/2017/05/fm-universitaria-aposta-em-novo-jornal.html>.

A matéria destaca que o jornal tem como missão apresentar um jornalismo independente, buscando sempre explicar os assuntos e não apenas informar. Como já foi citado anteriormente, a programação da emissora é composta tanto de produções locais, quanto de programas e noticiários vindo da EBC. E como consta na grade de programação, o espaço de meio dia era destinado ao noticiário nacional, produzido pela EBC e fechada a hora com programação musical. Destarte, o conteúdo noticioso geral produzido pela própria emissora era composto apenas pelo Programa “Música e Notícia” e ainda o Radiojornal das 18 horas.

A produção do radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI, assim como os demais programas da emissora, conta com a colaboração de estudantes do curso de Comunicação Social

- Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí, como já foi mencionado no capítulo anterior.

O Radiojornal 1ª edição⁸ possui 40 minutos entre produção e tempo destinado aos intervalos, apresenta em geral 3 blocos. Seguem as descrições do esqueleto do Radiojornal 1ª edição no Quadro 6:

QUADRO 6: Estrutura do Radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI 96,7

Horário	Bloco I
12h00min	Abertura
	Escalada
12h07min	Reportagem 1
	Reportagem 2
	Reportagem 3
	Reportagem 4
	Intervalo
	Bloco II
	Reportagem 5
	Reportagem 6
12h20min	Intervalo
	Bloco III
	Previsão do tempo
	Reportagem esportivas e/ou culturais
	Reportagens culturais /esportivas
12h40min	Fechamento

Fonte: Autora, 2019.

Analisando-se algumas das edições produzidas em 2018 e 2019, tem-se que seu conteúdo noticioso é formado por notas, reportagens, entrevistas ou apenas sonoras de fontes oficiais, sendo complementadas com informações do locutor, nas chamadas cabeças⁹.

Os intervalos do radiojornal seguem o padrão da programação da rádio, veiculando apenas *spots* de órgãos do Governo Federal, como Exército, Ministério da Saúde, por exemplo, ou ainda divulgando os demais programas da grade da emissora. Em geral, o radiojornal encerra com reportagens esportivas.

O diálogo com as redes sociais também é uma importante característica da emissora para produção e divulgação de suas produções jornalísticas. As redes sociais e aplicativos de

⁸ Em setembro de 2019, o Radiojornal sofreu uma alteração no horário, indo ao ar de 12h30min às 13h00min. Para essa dissertação, analisam-se as edições anteriores a esta reformulação.

⁹ “Cabeça de matéria: O mesmo que lide. Abertura de uma notícia ou reportagem. É o fato mais importante, destacado logo no início da informação para prender a atenção do ouvinte”. Disponível em: <http://introducaojornalismo.blogspot.com/2012/02/glossario-radio.html> Acesso em: 03 jun. 2019.

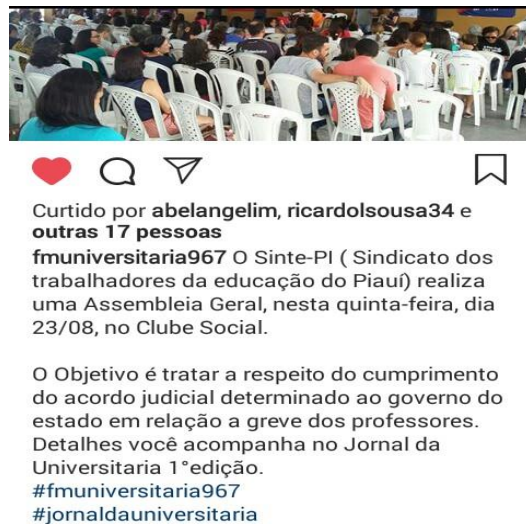
conversa são utilizados como ferramentas de divulgação dos programas, como o *Instagram*, que é usado para divulgar os conteúdos e, até mesmo, fazer *lives*, como podem ser observados nas Figuras 3, 4, e 5:

Figura 3- Divulgação de Entrevista FM Universitária 96,7 cobertura no radiojornal.



Fonte: Instagram da FM Universitária 96,7.

Figura 4- Divulgação de Notícia e da Instagram da



Fonte: Instagram da FM Universitária 96,7.

Figura 5: Divulgação de notícia via rede social



Fonte: página no Instagram da FM Universitária 96,7

O *Instagram* tornou-se uma importante ferramenta para divulgar os conteúdos produzidos pela emissora, bem como para divulgação de seus programas, como os destaque de

chamadas para reportagens a serem veiculadas no radiojornal, o que demonstra diálogo entre mídias tradicionais e as novas formas de comunicação.

A produção do Radiojornal 1ª edição traz em sua rotina essas interações, pois envolve a utilização de redes e aplicativos para divulgação do conteúdo produzido. Além disso, coletou-se durante a observação à redação da emissora que o aplicativo de mensagens *WhatsApp* e, também o *Facebook*, auxiliam no contato com as fontes, pois funcionam como agendas eletrônicas e ainda e coleta de sonoras para produção de matérias, sem que haja necessidade de os repórteres se deslocarem.

O fazer jornalístico, para se chegar aos moldes de hoje, passou por fases, como afirma Marcondes Filho (*apud* PENA, 2006). Para este autor, que analisa momentos de evolução do jornalismo, uma dessas últimas fases teria iniciado nos anos 1960. Assim, segundo Marcondes Filho (*apud* PENA, 2006, p. 28), tem-se “[...] de 1960 em diante, marcada pela informação eletrônica e interativa, como ampla utilização da tecnologia, mudança das funções do jornalista, muita velocidade na transmissão de informações, valorização do visual e crise de imprensa escrita”. O que denota que o advento de novas tecnologias nas últimas décadas do século XX e, particularmente, no início deste século trouxe significativas mudanças na prática jornalística.

Com a evolução das tecnologias e desenvolvimento dos meios de comunicação foi se firmando também a prática jornalística e conseqüentemente a profissão. Atualmente, com a inserção na sociedade das mídias sociais que possibilitam produção de conteúdo e sua circulação por qualquer indivíduo, o papel do jornalista e, por conseguinte, do jornalismo passa por novas configurações (ao lidar com o que antes denominava-se audiência ou público). Portanto, a evolução e sedimentação da prática jornalística se atrela ao próprio desenvolvimento tecnológico.

Hoje, além da televisão e do rádio, são os *websites* e muitos aplicativos (redes sociais) que têm cumprido esse papel. E, assim, cria-se uma cadeia onde um meio alimenta o outro de alguma forma: da pauta à divulgação da informação.

Em relação às redes sociais, é comum atrelarmos o termo rede social a algum aplicativo, como se as redes sociais fossem algo inventado neste século e que só exista no meio digital. Porém, o termo rede social remete a um conceito muito mais amplo. Uma rede social existe, independentemente, de qualquer meio digital, embora tenhamos associado o termo ao uso de aplicativo com a função de proporcionar a interação entre seus usuários, como afirma Ferreira (2011, p. 213):

[...] nos primeiros anos deste século, a expressão redes sociais foi associada, quase que exclusivamente, a tecnologias da informação. Por isso, é importante distinguir e não confundir rede social [...] com os aplicativos de relacionamento (networking social) disponíveis na Internet, tais como Facebook ou MySpace, entre outros. Esses aplicativos digitais podem ser entendidos como manifestações especiais e particulares de algumas redes sociais ou como ferramentas que permitem a explicitação digital de redes tácitas e o estímulo e desenvolvimento de novas redes com características particulares. Na atualidade, a grande maioria das redes sociais existe independentemente da tecnologia.

O fato é que as redes sociais estabelecidas e cultivadas por meio de dispositivos digitais são uma realidade que ressignificam as relações pessoais e a comunicação, e estas vêm sendo remodeladas através de mecanismos (programas, *softwares*, aplicativos) que possibilitam um maior alcance e aproximação de sujeitos, ganhando maiores possibilidades com o desenvolvimento da *Internet*. Dessa forma, emprega-se o conceito de rede social, que se liga justamente a esta mediação tecnológica, como afirma Torres (2009, p. 114):

[...] Quando me refiro a redes sociais estou falando dos sites ou recursos que permitem a interação e troca de informações entre pessoas, ou melhor, das redes de pessoas formadas por meio dos recursos dos sites que participa. Considero as redes sociais, com parte das mídias sociais, já que elas também produzem conteúdo que é consumido e compartilhado na *Internet*.

É a partir dos anos 2000 que vivenciamos um maior número dessas redes digitais, tais como: *Orkut*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. No entanto, ainda que essas invenções tenham se dado para estreitar relações interpessoais, o uso cotidiano ganha outras práticas, como afirma Jenkins (2009, p. 337): “Mal uma tecnologia – digamos, o *Google Maps* – é lançada ao público, e as diversas comunidades alternativas começam a reformulá-la, expandindo sua funcionalidade [...]”, e assim os aplicativos de redes sociais vêm servindo cada vez mais aos meios de comunicação tradicionais como rádio, televisão; essas redes estão inseridas na rotina diária de produção jornalística.

Os aplicativos, por sua vez, têm suas funções customizadas pelos ambientes jornalísticos. Criam-se modos de uso e apropriações desses aplicativos. Destarte, conforme Dourish (*apud* Zago 2012):

Apropriação é o modo pelo qual as tecnologias são adotadas, adaptadas à prática de trabalho. Isso pode envolver customização, no sentido tradicional (isto é, a reconfiguração da tecnologia de modo a corresponder a necessidades locais), mas também pode simplesmente envolver fazer uso da tecnologia para

propósitos para além daqueles para os quais foi originalmente projetada, ou para servir a novos fins.

Muitas vezes, esses usos acabam fazendo com que empresas criem ferramentas nesses aplicativos de modo a otimizar seus usos. Essas apropriações também são realizadas ou inseridas em práticas profissionais, como nas práticas jornalísticas, por exemplo, diminuindo o tempo de pesquisa a fontes ou pautas. Essas novas tecnologias acarretam várias possibilidades ao jornalismo, pois além de inserir os aplicativos em sua prática, dentre eles os de redes sociais, criam-se também um perfil de profissional que deve dominar e adaptar recursos, linguagens diversas (meios tradicionais e digitais), tendo em vista que os conteúdos produzidos em um meio e traduzidos para outro ganham maiores possibilidade no meio digital. De acordo com Jenkis (2009, p. 337):

A convergência está mudando o modo como os setores da mídia operam e o modo como a média das pessoas pensam sobre sua relação com os meios de comunicação. Estamos num importante momento de transição, no qual as antigas regras estão abertas a mudanças e as empresas talvez sejam obrigadas a renegociar sua relação com os consumidores.

Os meios tradicionais de comunicação (impresso, rádio, televisão) são exemplos ricos dessa “obrigação de renegociar suas relações”, tendo em vista que muitas de suas produções há muito tendem a circular por outras mídias, não se restringindo ao meio de origem. Isso é dialogar, buscar interações. Essas novas possibilidades fazem com que uma nova mídia não acabe com a outra já existente, mas que convivam. É o que afirma Sobriño (2012), ao destacar que um novo cenário digital está obrigando os meios de comunicação tradicionais a uma redefinição de seus modos de produção de conteúdo:

O novo cenário digital está obrigando os meios tradicionais a redefinir seu papel como provedores de conteúdo. Como no resto do mundo, o rádio em Espanha tem a exclusividade do medidor hertziano para um número maior de amplificadores que convergem para outros meios, com outras fórmulas e serviços multimídia propostos pela TIC. De tal modo, até agora, existem radio consultores aludidos à sua concepção tradicional e pós-rádio para descrever a convergência com as novas plataformas de distribuição de multimídia. Esta nova situação propicia a coabitação de estruturas e modelos de comunicação radiofônica tradicional com estruturas e formas inovadoras de distribuição de sonoros (SOBRIÑO, 2012, p. 2, tradução nossa)¹⁰.

¹⁰ El nuevo escenario digital está obligando a los medios tradicionales a una redefinición de su papel como proveedores de contenidos. Como en el resto del mundo, la radio en España ha pasado de la exclusividad del medio hertziano a un ámbito más amplio en el que converge con otros medios, con otras fórmulas y servicios multimídia

Kroth (2016, p. 22) destaca essas mudanças estruturais na rotina do rádio:

[...] ocorreram nas salas de redação radiofônica, que ganharam novos contornos espaciais. As ilhas de produção e edição de conteúdos radiofônicos passam a coexistir com ilhas de produção de conteúdo multimidiáticos. Os profissionais dialogam sobre temáticas que agora são destinadas à distribuição multiplataforma. A convergência das redações, conforme García Avilés et al (2009), tornou-se necessária a partir de uma nova forma de gerenciamento de estruturas redacionais.

Tal estrutura da cadeia de produção de conteúdo no rádio produz pelo menos três efeitos imediatos. Em primeiro lugar, a aceleração dos fluxos de produção e disponibilização de conteúdo. Depois, a propagação de plataformas para distribuir as notícias e, finalmente, mudanças nos modos de coleta, edição e distribuição das mesmas e, ainda, de relacionamento com as fontes. A narrativa se difere do texto radiofônico levado ao ar pelo dial, exigindo mais tempo e espaço para a produção da narrativa complexificada [...].

As rotinas produtivas se não se alteraram por completo, ao menos foram otimizadas, ou possibilitaram, através do uso dessas novas mídias, outras práticas como o jornalismo colaborativo¹¹; novas estratégias de seleção e conhecimento de assuntos, a serem trabalhados como possíveis pautas; ou ainda para a divulgação de conteúdo.

E assim a Rádio Universitária vem se adaptando a essas novas possibilidades, inserindo seus conteúdos em outras mídias de modo a buscar impulsionar seus programas. Porém, os próprios participantes da rotina de produção da emissora, em específico o editor e locutor do Radiojornal 1ª Edição, Rodrigo Carvalho Sousa, explica que devido à falta de pessoal, o trabalho de manter as redes sociais alimentadas não está sendo feito com regularidade: “A gente estava numa crescente com as redes sociais. A gente perdeu as pessoas que estavam alimentando as redes sociais. Infelizmente, uma vez ou outra a gente alimenta” (SOUSA, 2019).

Mas em relação ao conteúdo? O que pode ou deve vir a ser notícia em uma FM universitária, ou seja, de uma rádio de outorga educativa. Que critérios são utilizados para seleção e divulgação de notícias em uma rádio Universitária?

Sendo uma rádio pública ligada a Instituição de Ensino Superior, a missão da FM Universitária da UFPI se enquadra em divulgar produção acadêmica feita na Universidade, produção de programas de cunho educativo e cultural e, ainda, de ser laboratório para alunos

propiciados por la TIC. De tal manera que, ahora, se habla de radiopara aludir a su concepción tradicional, y de post-radio para describir a la convergencia con las nuevas plataformas de distribución multimedia. Esta nueva situación propicia la cohabitación de estructuras y modelos de comunicación radiofónica tradicionales con estructuras y formas innovadoras de distribución de contenidos sonoros).

¹¹ Jornalismo colaborativo “[...] é usado quando mais de uma pessoa contribuiu para o resultado do que é publicado. Pode ser um texto escrito por duas ou mais pessoas ou ainda uma página que traga vídeos, sons e imagens de vários autores” (FOSCHINI; TADDEI, 2006, p. 19).

do curso de Comunicação. Em pesquisa sobre programação de rádios universitárias públicas, Medeiros e Teixeira (2018) destacam como eixos dessas emissoras a divulgação de produções da instituição e ainda funciona como espaço de formação complementar aos estudantes. Tais apontamentos, destacados por Medeiros e Teixeira (2018), são observados também na programação da emissora da UFPI. No entanto, especificamente em relação ao que reportar, noticiar à sociedade, isto é, ao jornalismo dessas rádios, produzido por essas emissoras, o que esperar?

O Plano de Desenvolvimento da UFPI destaca que a emissora FM Universitária deve “[...] oferecer ao público uma programação plural, ética e comprometida com práticas educativas, artísticas, culturais e informativas e como visão: ser referência em comunicação e jornalismo públicos no Estado do Piauí”. Porém, entre o que essas emissoras se propõem e o que de fato produzem, muitas vezes, há uma distância. Blois (2003, p. 7) apresenta dados sobre a natureza da programação oferecida por FMs Universitárias e não universitárias em pesquisa realizada em meados dos anos de 1990 e observa que:

As FMs Universitárias privilegiavam, em suas programações, os informativos e as séries culturais (todas as rádios), a música popular e a clássica, o noticiário e a prestação de serviços/utilidade pública, ganhando igual peso as séries científicas/tecnológicas e a música popular estrangeira.

Essa realidade não está muito distante dos dias atuais, porque a ausência de normas específicas ao segmento universitário repercute em diversos aspectos, desde a gestão dessas emissoras à uniformização de interesses comuns e diálogos entre essas, no sentido de fortalecerem experiências, práticas e mesmo de compartilharem conhecimentos, produções. E ao se pensar nas produções de comunicação pública, seja rádio, TV ou mesmo *sites na web*, não se pode esperar que essas sirvam apenas de assessorias a administração pública ou mesmo que se fechem em conteúdos alheios ou distantes de suas realidades locais. Se o que norteiam essas emissoras são as normas destinadas de um modo geral ao sistema Educativo, deve-se, então, analisá-las sob esta ótica.

Sobre a construção de notícias, entende-se que em qualquer veículo, respeita-se uma série de procedimentos, que vão da seleção ao tempo destinado para falar de determinado tema, entre outros fatores como: critérios de noticiabilidade, valor-notícia, entre outros. Além disso, a própria rotina de produção e tudo que a envolve contribui para o resultado do que vai ser apresentado. Wolf (1999, p. 96) trata sobre as características da rotina produtiva e suas implicações no fazer jornalístico:

O elemento fundamental das rotinas produtivas, isto é, a substancial escassez de tempo e de meios, acentua a importância dos valores/notícia, que se encontram, assim, profundamente enraizados em todo o processo informativo. Este compõe-se de diversas fases, que variam segundo a organização do trabalho específico de cada redação e de cada meio de comunicação. Só é possível ilustrar aqui as fases principais da produção informativa quotidiana, ou seja, aquelas que podem encontrar-se em todos os órgãos de comunicação e que mais incidem na qualidade da informação. Essas fases são três: a recolha, a seleção e a apresentação. Cada uma delas dá lugar a rotinas articuladas e a processos de trabalho, dos quais só alguns aspectos são tratados.

A seleção de pauta, a pesquisa de fontes, o recorte dado a matéria e o seu enquadramento, tudo isso sob o crivo de diversos fatores (linha editorial; e no caso da rádio pública, as peculiaridades do que pode ser ou não ser divulgado; o tempo etc.). O tempo é fundamental na rotina de produção, pois o texto jornalístico está duplamente “confrontado” por ele: tempo de produção e o tempo da própria notícia, enquanto se mantém relevante ao público. O texto que se constrói no rádio para noticiar o factual segue uma série de procedimentos. Um desses é o tempo verbal, que se apresenta no presente ou futuro. O *lead*, por sua vez, é outro fator que condiciona a escrita desse texto; tempo e *lead* reportam ao acontecimento e este conceito remete a vários campos além do comunicacional, como o da História. Neste aspecto, França (2012, p. 12) avalia que o acontecimento:

É um conceito muito presente no campo da história; a história do acontecimento constrói suas narrativas a partir de momentos marcantes. Assim é que a história do Brasil é uma soma deles – o descobrimento, a primeira missa, a vinda da família real, o Grito do Ipiranga e muitos outros, chegando a nossos dias e à eleição da primeira mulher “presidenta”. É importante lembrar que esta não é a única história. [...] Esse conceito é também bastante significativo no campo da comunicação, e no terreno midiático. Neste existe uma prática específica, o jornalismo, que se constrói exatamente em torno dos acontecimentos. A tarefa do jornalismo é farejá-los, identificá-los, e então narrar. Nesse âmbito, a teoria do jornalismo desenvolve toda uma tipologia da notícia para definir e classificar o que é ou não é relevante, hierarquizando fatos em função de sua importância, abrangência, impacto, interesse. Esses fatos que merecem ser noticiados seriam os “acontecimentos”. Nessa compreensão, é a natureza intrínseca da ocorrência que define seu estatuto de “noticiável”, seu estatuto de acontecimento.

Por ser plurissignificativo para vários campos (Comunicação, História etc.), o conceito de acontecimento engloba uma gama de outros entendimentos. França (2012, p. 13) esclarece:

O acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece. Uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. É

simples fato, do qual até podemos tomar conhecimento, mas pelo qual não somos tocados. Este primeiro aspecto nos permite uma conclusão importante: os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência. Como segundo ponto, é importante destacar que o acontecimento é portador de uma diferença e de uma ruptura. Ele rompe o esperado, a normalidade; ele quebra uma sequência e, num primeiro momento, desorganiza o nosso presente. Ele penetra sem aviso prévio, e gera um impasse. O desdobramento se vê comprometido. O acontecimento gera uma interrogação. Em decorrência – e este seria seu terceiro aspecto – o acontecimento suscita sentidos, faz pensar, incita à busca de respostas e alternativas. Ele alarga o leque do possível – e descortina (ainda que por pequenas brechas) o horizonte do que não havia ainda sido pensado.

O jornalismo desenvolve narrativas a partir de uma ocorrência que rompe a normalidade. O noticiável, então, vai ser aquilo que sai da estrutura, visto que esse tem no acontecimento sua matéria-prima e, assim, o lapida para que consiga ser explicado ou que explique algo, ganhe sentido. Nem tudo é de interesse jornalístico. Nem todo fato é noticiável. Portanto, o discurso jornalístico se estrutura com questões que envolvem valor notícia que, por conseguinte, possibilita, em seu curto espaço de produção, uma versão do acontecimento, tendo em vista que a notícia é, por mais completa que almeje ser, apenas um ponto de vista.

Por se tratar de rádio pública, a FM Universitária da UFPI deve atender a preceitos legais e adequar-se à legislação. Ela deve atender a termos extrínsecos e intrínsecos ao jornalismo para a definição dos seus critérios de noticiabilidade. Sobre esse conceito, Wolf (1999, p. 83) apresenta como sendo um “conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias”. E nesta seleção do que irá ou não ao ar, termina também por apresentar algum tipo de fala, discurso que há de ser definidor de algum perfil do jornalismo ali produzido.

Delmanto (2014, p. 227) ressalta que “o conceito de noticiabilidade orienta o trabalho jornalístico, permitindo uma avaliação dos acontecimentos com base em um conjunto de critérios que definem a aptidão de cada evento para virar notícia”. E a respeito de valor-notícia, Silva (2005, p. 100) assevera que:

Os valores-notícia constituem também referências para a operacionalidade de análises de notícias, permitindo identificar similaridades e diferenciações na relação ou hierarquização de acontecimentos em diversos veículos da imprensa, e possibilitando percepções históricas e culturais sobre o processo produtivo das notícias. Podem ter utilidade não só no estudo de fatos noticiáveis, mas também no que diz respeito a acontecimentos noticiados.

Nesta perspectiva, qual o valor-notícia trabalhado nas produções da emissora da UFPI? Tendo em vista que os normativos existentes não são específicos a rádios universitárias, tampouco tratam de programas jornalísticos e/ou informativos produzidos por essas. Em se tratando de rádio universitária quais são esses acontecimentos? E de que modo os reportar? Logo, não se trata apenas de seguir uma linha editorial como aponta a Teoria Organizacional de Warren Breed¹² (1955), isto é, se submeter a pressões da equipe, do ambiente, respeitar a linha editorial, mas também há normatizações que devem ser colocadas, *a priori*, e serem seguidas. Por isso, pelo menos duas grandes questões se apontam: critérios jornalísticos e critérios legais, que essas emissoras devem cumprir. Embora se saiba que só a prática e a sua análise podem demonstrar o que de fato vem se realizando na emissora da UFPI.

Durante as observações na rotina da redação da emissora da UFPI e analisando as produções do radiojornal, tornou-se possível coletar e inferir que os participantes das produções (locutor/jornalista, estagiários) jornalísticas, em específico do Radiojornal 1ª Edição, trabalham com a consciência de que estão em uma rádio diferenciada, por ser pública/educativa. No entanto, não tem conhecimento de alguma norma sobre este tipo de radiodifusão. Ainda, assim, a eles são apresentados manuais e orientações, onde são propostas discussões a respeito da função de rádios públicas, como explica o diretor da FM Universitária, Paulo Fernando de Carvalho Lopes:

A fundação Antares publicou e editou um livro sobre jornalismo público, onde lá tem vários princípios, dentre de uma política estatal da democratização dos meios de comunicação e de todo o processo que vinha a partir daí. Muitas vezes eu dou de presente ao bolsista novato para que ele leia e a gente venha a discutir. [...] então para esses novos desse semestre a gente abria todo dia lendo o capítulo e discutindo aqueles conceitos (LOPES, 2019).

Sobre o conteúdo que pode ser noticiado, os acontecimentos que são destacados e tornam notícia do Radiojornal 1ª Edição, a estagiária Fernanda Sales comenta: “A gente tem muito conteúdo jornalístico mesmo. A gente tenta evitar matéria de assessorias de empresas, matérias muito políticas, só aquilo que é comentando no país e tudo mais”. A estagiária ressalta ainda a preocupação em se trabalhar uma linguagem própria ao meio radiofônico: “A gente é muito ligado a linguagem do rádio[...]. A rádio ela tem alguns termos, aquela coisa de estar sempre no presente[...]”. Já para o apresentador do Radiojornal 1ª Edição, Rodrigo Carvalho Sousa, além da preocupação com o que deve ser noticiado, outra grande questão é a forma como

¹² Foi precisamente numa revista como o nome de “Forças Sociais” que Warren Breed publicou o primeiro estudo que avançou uma nova teoria – A teoria organizacional. [...] Esta teoria alarga a perspectiva teórica- no âmbito individual a um nível mais vasto, a organização jornalística (TRAQUINA, 2005 p. 152).

trabalhar esses conteúdos, pois na emissora não existe censura, mas deve haver um cuidado em como essas notícias serão construídas:

A gente tem um certo padrão da escolha das notícias que são exibidas durante o jornal, notícias culturais, notícias de esporte, de política, mas que tenham relevância de fato na sociedade; não é aquela política de bastidores, coligação, essas coisas não, mas são notícias tipo votação na Câmara, Assembleia, Senado, notícias que realmente interferem na nossa vida, economia, saúde. Então, o jornal é bem abrangente. [...]. Agora, por exemplo, hoje mesmo a gente vai fazer uma matéria sobre o número de acidentes e mortes das estradas [...], esse tipo de notícia sim, porque ela é mais geral e ela traz uma reflexão sobre os riscos nas nossas estradas. Então, a nossa ideia é sempre trazer uma reflexão. Então se tivesse tido só um acidente, isolado, não seria notícia para gente (SOUSA, 2019).

Denota-se que de forma expressa não há nenhum manual ou documento em nível interno que vede algum assunto de ser noticiado no Radiojornal 1ª Edição. No entanto, como ressaltado pelos entrevistados que interferem diretamente na produção do radiojornal, existem temas que possivelmente não são veiculados no radiojornal, como: a promoção de políticos, a exploração de assuntos que envolvam acidentes de trânsito, ou ainda, de vítimas e acusados de pautas policiais. E a forma como se trabalham as pautas é também um dos princípios do Radiojornal 1ª Edição, onde se tem, *a priori*, uma preocupação em construir essas notícias a partir de reflexões, questionamentos. Características essas a serem analisadas e apresentadas no capítulo seguinte.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando se projetou o estudo do radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI como objeto de pesquisa, pensou-se, também, na metodologia a ser adotada para a análise do material empírico selecionado. Dentre as várias possibilidades metodológicas que se poderia seguir nesta dissertação, decidiu-se pela Análise de Conteúdo. Ao mesmo tempo, considerou-se válida a opção pelo Estudo de Caso, com procedimentos de observação da rotina produtiva do Radiojornal 1ª edição da emissora e realização de entrevistas, visto que o objeto de estudo se tratava de um assunto específico que merece um estudo aprofundado. Utiliza-se, ainda, enquanto método nessa pesquisa, a História Oral.

Desse modo e considerando a riqueza do material empírico, a abordagem metodológica adotada nesta dissertação enquadra-se em uma pesquisa quali-quantitativa. De acordo com Vergara (1998, p. 57), “é possível tratar os dados quantitativamente e qualitativamente no mesmo estudo, como, por exemplo, pode-se usar estatísticas descritiva para apoiar uma interpretação dita subjetiva ou para desencadeá-la”. Como uma abordagem qualitativa implica analisar os dados muito além da frequência, compreende-se que analisar as produções do radiojornal 1ª Edição ajuda a compreender quais conteúdos são noticiados por esse, bem como responder se o conteúdo produzido leva em conta os critérios legais estabelecidos para rádios de outorga educativa.

Em relação aos objetivos ou fins da pesquisa, considera-se que ambos se enquadram como descritivos, uma vez que se faz uso da exploração de dados para assim efetivar a descrição. Sobre a pesquisa descritiva, Gil (2002, p. 42) explica:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem classificados sob este título [...]. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente são utilizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Eis que não são apenas números que nos interessam, mas outros dados; porque esses, além de quantificados, merece destaque o conteúdo que trazem, podendo ser descritos por textos. Segundo Godoy (1995, p. 62), “a palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados”. Vergara (1998, p. 45), por sua vez, acrescenta que: “a

pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. [...] não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. Logo, busca-se: elencar e descrever o material noticioso produzido pelo Radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI e analisá-lo a partir do que se espera para rádios de outorga educativa.

Portanto, em conjunto, a pesquisa qualitativa e quantitativa permite uma coleta mais significativa de informações, pois há um complemento de dados. Assim, coletadas as produções radiofônicas no Radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI, deve-se categorizá-las e quantificá-las em percentuais e, por fim, identificar o conteúdo que elas trazem para análise e descrição de forma qualitativa.

Quanto à amostragem, Bauer e Gaskell (2008, p. 41) definem como um “conjunto de técnicas para se conseguir representatividade”. Partindo desse pressuposto, o *corpus* empírico da pesquisa foi definido depois de ouvir algumas edições do radiojornal e realizar uma análise das produções do ano de 2018. Após conhecer melhor o programa e seu produto definiram-se o quanto e o que analisar. De tal modo, o *corpus* e o recorte temporal, respectivamente, são: as edições do radiojornal, em uma semana do mês de maio de 2018 (período de 21 até 25) e uma semana do mês de março de 2019 (período de 25 a 29). Tal escolha não se fez completamente de forma aleatória, pois, segundo Barthes (*apud* BAUER; GASKELL, 2008, p. 55):

[...] para o delineamento do *corpus* podem ser úteis para a seleção qualitativa: relevância, homogeneidade, sincronicidade. Primeiramente os assuntos devem ser teoricamente relevantes, e devem ser coletados a partir de um ponto de vista apenas. [...] Em segundo lugar os materiais devem ser homogêneos quanto possível. [...] Em terceiro lugar é uma inserção da história. [...] Os materiais a serem estudados devem ser colhidos dentro de um ciclo natural: eles devem ser sincrônicos.

Tendo como referência Barthes (*apud* BAUER; GASKELL, 2008, p. 55), o *corpus* da pesquisa foi composto por gravações dos dias 21 até 25 do mês de maio de 2018 e de 25 a 29 de março de 2019, semanas escolhidas tendo como referência um período que não tivesse alteração significativa na rotina de produção devido a alguma cobertura especial, por exemplo. Portanto, o material empírico eleito para a análise forma o todo homogêneo como destacado por Barthes (*apud* BAUER; GASKELL, 2008,). Dessas edições selecionadas para análise fez-se a catalogação, a decupagem e a transcrição para, então, realizar a quantificação e a análise qualitativa do conteúdo. Foram analisadas as reportagens e as entrevistas, pois, o conteúdo existente nessas, em conjunto com as informações das fontes orais, proporcionaram uma maior

oportunidade de se abordar os assuntos de forma mais completa do que se trabalharia em outros formatos produzidos no radiojornal 1ª Edição.

4.1 Estudo de Caso

Embora o interesse inicial da pesquisa fosse analisar o conteúdo produzido por meio de análise categorial, avaliou-se que seria igualmente relevante conhecer a rotina de produção de notícia na rádio FM Universitária da UFPI. Por este motivo, foi válido adotar o Estudo de Caso como um dos procedimentos metodológicos desta dissertação. O Estudo de Caso (EC), de acordo com Gil (2008, p. 57), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Ainda segundo o autor, o uso do EC tem muitas serventias às pesquisas, dentre elas: a exploração de situações reais, além da descrição do contexto, que envolve o objeto investigado. Neste caso, a exploração é da rotina de produção do radiojornal 1ª Edição.

Outro traço comum, a respeito do EC, é o entendimento que: esse método estimula descobertas; possui procedimentos simples; além de uma linguagem acessível (GIL 1991). Apesar de se tratar de um Estudo de Caso único, isto é, apenas da FM Universitária da UFPI, isso não invalida a confiabilidade ou generalização da pesquisa, uma vez que para alguns estudiosos, como Yin (2001), pode haver tanto Estudo de Caso único como múltiplo, sendo um e outro apenas variantes. Além disso, o Estudo de Caso único é representativo porque se assemelha a outros casos, ou seja, a outras emissoras educativas/universitárias ligadas a Instituições Públicas Superiores.

O EC também é entendido com uma estratégia de pesquisa ampla. “Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados”, como destaca Yin (2001, p. 33). Tudo isso devido a possibilidade de uso e exploração de fontes diversas. Yin (2001) destaca, ainda, as várias fontes de evidência que devem convergir para uma análise mais completa do objeto de estudo.

Corroborando com essa ideia, Freitas e Jabbour (2011), propõem reflexões sobre as estratégias em Estudo de Caso e observam que múltiplas fontes podem ser: a observação direta e a entrevista. Dentre outras fontes possíveis, essas foram fundamentalmente importantes para esta dissertação. E além das fontes, destacam-se, ainda, procedimentos para a elaboração e execução de protocolo de Estudo de Caso, a saber:

(a) questão principal da pesquisa; (b) objetivo principal; (c) temas da sustentação teórica; (d) definição da unidade de análise; (e) potenciais entrevistados e múltiplas fontes de evidência; (f) período de realização; (g) local da coleta de evidências; (h) obtenção de validade interna, por meio de múltiplas fontes de evidências; (i) síntese do roteiro de entrevista. (FREITAS E JABOUR, 2011, p. 15).

Seguindo o protocolo para execução do Estudo de Caso na FM da UFPI (contactar os dirigentes da emissora, exposição dos objetivos da pesquisa, elencar os possíveis entrevistados, entre outros elementos), definiu-se ainda como procedimentos: a observação da rotina de produção do radiojornal 1ª Edição e as entrevistas (semiestruturadas), ou seja, com questões predeterminadas, mas sem respostas preestabelecidas. Entrevistas realizadas com alguns dos seus profissionais que tivessem diretamente relacionados ao processo de implantação da emissora na UFPI e fizessem parte da produção do radiojornal 1ª edição. As observações da rotina de produção do radiojornal foram realizadas em dezembro de 2019, entre os dias 5 e 11 de dezembro. Os dados coletados nas entrevistas e observações da rotina da redação, durante esse período, estão distribuídos ao longo dessa dissertação.

A respeito da apresentação dos dados obtidos, de acordo com Yin (2001) não há uma forma rígida de exposição do EC, podendo ser oral ou escrito, ou mesmo apresentado por meio de imagens. No caso de Estudo de Caso Único, que é o executado nessa dissertação, o autor acrescenta que “[...] entre as formas escritas de estudos de caso, há, pelo menos, quatro tipos importantes. O primeiro é o clássico estudo de caso Único. Utiliza-se uma narrativa simples para descrever e analisar o caso” (YIN, 2001, p. 166).

Para a construção da narrativa sobre a análise de conteúdo do radiojornal 1ª edição da Universitária da UFPI, considerou-se necessário o uso da metodologia da História Oral para uma melhor compreensão da rotina produtiva e do processo de produção do conteúdo noticioso transmitido pela rádio.

4.2 História Oral

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que, através de entrevistas, possibilita adquirir informações diversas, como por exemplo, de determinados acontecimentos ou mesmo vivências. Desse modo, adquirir informações, por meio de história Oral, se faz importante, pois,

torna possível a compreensão de ambientes ou contextos de produção de determinados fatos. Por isso, nessa dissertação, se utiliza a História Oral, visto que contempla um dos objetivos aqui propostos que é: conhecer informações sobre a Rádio Universitária da UFPI e da rotina de produção do Radiojornal 1ª edição. Para isso foram levantadas informações prévias sobre a emissora e entrevistados, assim como um roteiro para realização das entrevistas.

De acordo com Freitas (2006, p. 5-6):

História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. [...] A História Oral tem como principal finalidade criar fontes históricas. Portanto, essa documentação deve ser armazenada, conservada, e sua abordagem inicial deve partir do estabelecimento preciso dos objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, o propósito desse trabalho é, partindo do método de História Oral, colher dados sobre a história da Rádio Universitária, assim como de sua rotina produtiva e, demais características que repercutam na construção das notícias veiculadas no Radiojornal 1ª Edição. Sendo as entrevistas feitas a partir desse método, propícias a aquisição e complementação de informações, pois, poucos são os dados catalogados sobre a emissora e seu radiojornal.

Segundo Freitas (2006), existem, pelo menos, três tipos de entrevista em História Oral: tradição oral, história de vida, história temática, que podem ser utilizadas de acordo com os interesses da pesquisa. Assim, considerando que o objetivo da pesquisa é o radiojornal 1ª edição e a análise de conteúdo veiculado pela rádio Universitária da UFPI, fez-se a predileção pela entrevista temática, ou seja:

[...] a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista – que tem característica de depoimento - não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo (FREITAS, 2006, p. 8).

Após a definição do tipo de entrevista, fez-se a seleção dos entrevistados que, para Alberti (2005, p. 31) deve, “em primeiro lugar, ser guiada pelos objetivos da pesquisa”. A escolha de quem entrevistar, definiu-se, primeiramente, por conversar com aqueles que fazem parte da rotina de produção de notícias na emissora, no caso, funcionários e bolsistas ligados ao jornalismo, em específico ao radiojornal 1ª edição. Assim, também, se definiu entrevistar o

diretor da rádio FM Universitária, Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes, que ocupa a função desde 2013 e poderia fornecer informações a respeito da política editorial adotada em sua gestão, entre outras informações mais técnicas ou, pertinentes para conhecer a emissora e o jornalismo ali desenvolvido. Outros entrevistados foram o Locutor/jornalista Rodrigo Carvalho Sousa, que trabalha na emissora desde o ano de 2011 e a repórter/bolsista Fernanda Sales, que está há 9 meses compondo a equipe do radiojornal, sendo no momento, devido a rotatividade de estudantes, a estagiária mais antiga¹³ na equipe do radiojornal.

Em relação aos roteiros de entrevista, foram elaborados com parte de questões comuns aos entrevistados, bem como questões específicas, a depender da função desempenhada (Ver Roteiro em Apêndice); sendo realizadas entrevistas semiestruturadas, como já mencionadas nesse trabalho. Todas essas entrevistas foram gravadas em formato *MP3* e os trechos mais importantes, transcritos e distribuídos ao longo dessa dissertação.

4.3 Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) é uma metodologia que vem sendo utilizada em várias áreas como os estudos relacionados à Comunicação. De acordo com Moraes (1999), “a análise de conteúdo tem sua origem no final do século XX. Suas características e diferentes abordagens, entretanto, foram desenvolvidas, especialmente, ao longo dos últimos cinquenta anos”. Na década de 1970, através dos estudos de Bardin (1977), desenvolveu-se outra perspectiva até hoje utilizada. Quanto ao conceito, Bardin (1977, p. 42) entende a Análise de Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para Campos (2004), a Análise de Conteúdo está entre fronteiras com outros estudos, que envolveria estudos linguísticos e hermenêutica, por exemplo. No entanto, a AC é adotada

¹³ Todos os entrevistados assinaram termos de consentimento, exigidos para realização da pesquisa, pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí. Os termos encontram-se no Apêndice desta dissertação.

nesta dissertação na perspectiva de Bardin (1977) para uma análise (quali-quantitativa) das notícias produzidas no Jornal da Universitária 1ª edição.

Sobre o uso nas pesquisas em Comunicação, Carlomagno e Rocha (2016) afirmam ser uma metodologia bastante empregada por pesquisadores do campo comunicacional. Em relação utilização recente da AC em estudos ligados, especificamente, ao jornalismo, Martinez (2012, p. 14) faz levantamento de pesquisas que utilizam este método e conclui que:

[...] o método da análise do conteúdo tem sido empregado com seriedade na grande maioria dos estudos, sugerindo maturidade da comunidade científica nacional como um todo. Em segundo lugar, fica claro que o senso comum de que a análise de conteúdo produziria apenas resultados numéricos não se evidencia nesta revisão de literatura, uma vez que a maior parte dos trabalhos (85%) se caracteriza por estudos mistos, isto é, que combinam abordagens qualitativas e quantitativas. Já o limite da análise qualitativa, ao que tudo indica, continua a depender do arcabouço conceitual, da dedicação e da experiência do pesquisador não somente com o método, mas também com a vida, o que fica evidente nas considerações feitas ao longo dos próprios trabalhos. O que pode sugerir que, quanto mais o método for usado por um dado pesquisador, mais relevantes e profundas poderão ser as análises empreendidas.

Sendo quali-quantitativa, esta dissertação busca identificar as temáticas pautadas, produzidas e veiculadas pelo radiojornal 1ª edição FM Universitária da UFPI, particularmente, no que diz respeito ao seu conteúdo noticioso. Definido o *corpus* (as produções/edições do radiojornal 1ª edição) dá-se os primeiros passos para a efetiva análise, estando essas edições em estado bruto, restando compreendê-las e interpretá-las. Em relação a como proceder, desenvolver a pesquisa, Bardin (1977) explica que a AC possui fases distintas, na qual denomina de “fases básicas” e que se encontram organizadas em, pelo menos, três etapas:

A Organização da análise: É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao ordenador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso (BARDIN, 1977, p. 95).

A Codificação: corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices [...] (BARDIN, 1977, p. 103).

A categorização: é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977, p. 117).

Há ainda a Inferência que pode ser entendida como o objetivo da AC e, por fim, o Tratamento Informático: entendido como uso de programas (ordenadores) que possam facilitar o tratamento dos dados, trazendo maior precisão, embora nem sempre se façam necessários ou podem ser utilizados.

Tendo como base as fases do processo de análise descritas por Bardin (1977), é que o “material bruto” coletado ao longo das duas semanas, composto por gravações dos dias 21 até 25 do mês de maio de 2018 e de 25 a 29 de março de 2019, passou então a ser organizado, codificado, categorizado a fim de, posteriormente, apresentar os resultados da análise quantitativa e qualitativa. Assim, após a organização das análises e a codificação foram eleitas as categorias de análise.

4.3.1 Categorias de Análise

Selecionado o material e compreendido aquilo que se pretende analisar, passa-se a um momento importante: a criação das categorias. A respeito da criação de categorias, Carlomagno e Rocha (2016, p. 184), ao tratar da metodologia de AC em Laswell e outros estudiosos, afirmam:

Resumimos em cinco aspectos principais os elementos fundamentais para a criação e classificação de categorias. Em termos simples: a) é preciso existir regras claras sobre os limites e definição de cada categoria; b) as categorias devem ser mutuamente exclusivas (o que está em uma categoria, não pode estar em outra); c) as categorias devem ser homogêneas (não ter coisas muito diferentes entre si, no mesmo grupo); d) é preciso que as categorias esgotem o conteúdo possível (não sobre conteúdos que não se encaixem em alguma categoria); e) é preciso que a classificação seja objetiva, possibilitando a replicação do estudo. Estas mesmas regras lógicas valem, também, para a criação de categorias e a classificação de atributos de quaisquer objetos de pesquisa (não apenas “mensagens”), em termos mais gerais, para outros estudos, ainda que não aplicados à análise de conteúdo. Estes são os aspectos fundamentais da classificação e categorização em análise de conteúdo clássica, construída manualmente.

Bardin (1977, p. 119), em seu enfoque sobre categorias, afirma que “a partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de

categorias. [...], uma representação simplificada de dados brutos” e interpretar os dados coletados para se chegar aos objetivos aqui propostos”.

As categorias delimitadas para AC veiculado no Radiojornal 1ª edição da FM da Universitária foram definidas tendo como norte os critérios estabelecidos nas regras qualitativas de Bardin (1977, p. 120), que são: “a exclusão mútua; homogeneidade; objetividade e a fidelidade; pertinência; produtividade”. O primeiro critério especifica que um elemento não pode ser classificado em mais de uma categoria; o segundo tem a ver com utilização de apenas uma dimensão de análise; objetividade e a fidelidade dizem respeito ao rigor e a necessidade de evitar distorções; a pertinência destaca a escolha de categorias condizentes ao material a ser analisado e, por fim, a produtividade que ressalta a qualidade de trazer dados robustos, férteis a posteriores inferências. Nesse sentido, após a organização das análises e a codificação foram eleitas três categorias e uma subcategoria de análise: “Editorias”, na qual foi definida uma subcategoria “Temas”, “Fontes” e “Alcance/Abrangência dos temas”, que serão abordadas no próximo capítulo.

5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO RADIOJORNAL 1ª EDIÇÃO DA FM UNIVERSITÁRIA DA UFPI

Da produção jornalística do radiojornal 1ª edição foram analisadas as semanas de 21 a 25 de maio de 2018 e de 25 a 29 de março de 2019, sendo identificados os seguintes formatos radiofônicos: notas, reportagens, entrevistas e ainda veiculação de sonoras, cujas informações foram completadas pelo locutor através de “cabeças”. No entanto, para a análise foi considerada apenas os formatos reportagem e entrevista, que se demonstram em números na Tabela 1.

Tabela 1: Formatos Radiofônicos – Reportagens e Entrevistas

CATEGORIA	PROGRAMAS ANALISADOS		
	Produções por Programas analisados mês maio- 21 até 25 de 2018	Produções Programas analisados mês março - 25 até 29 de 2019	TOTAL
Reportagem	27	20	47
Entrevista	06	19	25
Total	33	39	72

Fonte: Banco de Dados da pesquisa - ano 2019.

No total de 10 edições analisadas foram catalogadas 47 reportagens e 25 entrevistas. Em porcentagem, tem-se que 65,27% dos formatos catalogados são reportagens e 34,72% são entrevistas. Existe um predomínio da produção de reportagens, o que a princípio demonstra uma prioridade ou predominância desse formato, sugerindo uma maior possibilidade de aprofundamento dos temas trabalhados no radiojornal, devido a viabilidade de usar vários recursos (sonoras, *offs*, músicas) na construção de uma reportagem. Por isso, a exclusão de certas produções nesta análise como a nota, dar-se-á por entender que “significa um informe sintético de um fato atual, nem sempre inconcluso”, como explica Barbosa Filho (2015, p. 90). Deste modo, com as notas não se poderia trabalhar e/ou tratar o conteúdo de uma forma mais profunda.

É na reportagem e na entrevista que o jornalista tem a oportunidade de aprofundar os assuntos, trabalhar de forma mais apurada a notícia. Sobre reportagem no rádio, Jung (2007, p. 114) assevera:

É na reportagem que o jornalismo se diferencia, levanta a notícia, investiga fatos, encontra novidades, gera polêmica, e esclarece o ouvinte. Fora dela, sobre ponto de vista da criação, quase tudo se resume à cópia. O repórter é a síntese do jornalismo, nele se personifica o profissional que vive em busca da informação. Função que não é exercida apenas por aquele que está na rua, microfone em punho, à caça de histórias interessantes para serem contadas [...].

E ao tratarmos especificamente de reportagens, essas ganham características peculiares, a depender da emissora das quais são produzidas, e tendo as rádios de outorga educativa que apresentar conteúdo diferenciado, nesse formato poderiam conseguir de fato executar tal proposta.

A entrevista, por sua vez, também é outro formato onde se pode trabalhar de forma mais consistente os temas, pois, como afirma Prado (*apud* BARBOSA FILHO, 2009, p. 95):

Entre as entrevistas noticiosas, Prado destaca [...] as de “informação em profundidade” – que oferecem ao ouvinte informações adicionais ao fato, como objetivo de provocar informações adicionais ao fato, com o objetivo de provocar a reflexão. As peças da informação em profundidade possuem, obviamente, maior duração.

Ou como afirma Barbeiro (2003, p. 59), “a entrevista em rádio tem o poder de transmitir o que o jornalismo impresso nem sempre consegue. [...] A notícia avança e abre espaços para novas entrevistas e reportagens”. Por meio desses formatos é possível que os programas da FM Universitária da UFPI, em específico o Radiojornal 1ª edição, possa trabalhar conteúdo, assuntos, de forma a dar a estes um caráter instrutivo, pedagógico ou reflexivo, ou seja, educativo. Função que se acredita que seja pertencente a rádios de outorgas educativas, a exemplo das Universitárias.

De acordo com a Portaria Ministerial 651/1999, em seu artigo 3º, “a radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas”. Texto que encontra reforço no artigo 2º, da Portaria 651/1999, na qual define que “os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação”; bem como no artigo 2º, inciso IV da Portaria 3.238/2018, que ratifica o que é instituído pela portaria 651/1999 por meio do texto:

2º - São programas educativo-culturais aqueles que:

IV - Veiculam conteúdos de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva, desde que presentes em sua apresentação elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais.

O inciso IV do artigo 2º é apenas uma das definições contidas na portaria 3.238/2018. Deve-se chamar a atenção ao trecho “elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais”, presente na normativa, porque tais fundamentos são defendidos pelo locutor e editor-chefe do radiojornal 1ª edição da Universitária da UFPI, Rodrigo Carvalho Sousa. Quando interrogado sobre a proposta do Radiojornal e suas características, Rodrigo Carvalho Sousa é categórico em dizer que o papel da emissora:

Não é só noticiar, mas explicar os fatos para o ouvinte. A gente tem até o *slogan* do nosso jornal que é: “Um jornalismo feito para você entender!”. A nossa ideia não é só jogar os fatos para ouvinte, mas tentar explicá-los. E a proposta é trazer conteúdos que agregam na sociedade (SOUSA, 2019).

A respeito das reportagens e entrevistas que fazem parte do Radiojornal 1ª edição, pode ser que não se constate que há nessas produções todas as características de rádio com outorga educativa, como é exigida pelas Portarias 3.238/2008 e 651/1999. Pode se verificar apenas informações “superficiais” ou não trabalhadas em acordo com os moldes legais. Esse argumento fica ainda mais evidente na fala do diretor da Rádio FM Universitária da UFPI, Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes, quando fala sobre o conteúdo veiculado no Radiojornal 1ª edição, suas características e o diferencial do jornalismo proposto pela emissora, em específico em seus radiojornais:

Acho que são princípios de uma comunicação pública, interesse público, conhecimento crítico, inovações, direitos humanos, uma comunicação plural, inclusão social [...]. Então, assim, nós temos como princípio base e orientação, essa intenção. Embora quando vá para execução, que aí entra o limite da direção, que aí entra esse profissional que tá [sic.] lá. E aqui que a gente tem alguns bolsistas e os bolsistas conforme eles vão ganhando uma maturidade, uma certa autonomia, eles também acham que eles podem colocar, a partir do que é a visão de mundo deles e aí eles acham que não tem mais que obedecer e, às vezes, a gente só descobre quando tá no ar, que o bolsista ou responsável pela produção, que produziu aquela matéria, botou uma matéria que não seria muito bem a cara de uma rádio pública (LOPES, 2019).

Colocados esses primeiros pontos, passa-se, a partir dos 72 formatos catalogados, à descrição das especificidades (particularidades) observadas nas produções do Radiojornal 1ª edição, sob a perspectiva das categorias aqui determinadas e a análise apresentada na seguinte

ordem categorial: Editorias; subcategorias temas; Fontes e por fim abrangência/alcance dos temas.

5. 1 Editorias

Entendendo que as editorias são seções que auxiliam a distribuição dos assuntos, esta categoria foi definida na busca de conhecer quais são as editorias organizadas pelo radiojornal 1ª edição da Universitária da UFPI e se há uma preocupação em distribuí-las de modo a atender os propósitos legais impostos à uma emissora universitária/pública. Analisando os formatos reportagens, entrevistas foi possível então definir as editorias do radiojornal 1ª edição.

No entanto, o conceito de editoria foi pensado a partir de Lage (2003), que as caracteriza tendo como parâmetro o impresso. A sua utilização se justifica porque, como já mencionado anteriormente neste trabalho, o rádio utiliza a mesma segmentação do impresso, fazendo uso das seções, muitas vezes demarcadas por vinhetas. De tal modo, Lage (2003, p 15) explica que:

O espaço dos jornais é geralmente fatiado entre editorias que tratam de diferentes assuntos: política, economia, esportes etc. Sendo rígida a atribuição de espaços e deficiente o planejamento, coexistiam às vezes, numa mesma edição, páginas com fotos muito abertas e textos em corpo grande e outras com fotografias esmirradas e textos compactos, dependendo de se ter maior ou menor riqueza de assuntos na área de cobertura de cada editoria. Deslocavam-se anúncios em página indeterminada (de preço mais baixo) para páginas nobres [...].

Do material empírico da pesquisa catalogou-se 08 editorias a partir da análise das reportagens e das entrevistas, podendo ser demonstradas na Tabela 2:

Tabela 2: Editorias

CATEGORIA	PROGRAMAS ANALISADOS		
	Produções por editoria nos programas analisados mês maio- 21 até 25 de 2018	Produções por editorias nos programas analisados mês março -25 até 29 de 2019	TOTAL de Produções por editorias
Cidades	05	06	11
Direito/jurídico	00	04	04
Cultura*	00	01	01
Economia	02	00	02
Educação*	01	00	01
Esporte	08	04	12

Geral	09	10	19
Meio Ambiente*	01	00	01
Polícia	03	04	07
Política	00	07	07
Saúde	04	03	07
TOTAL	33	39	72

*A princípio identificou-se produções ligadas a Educação, Cultura e Meio Ambiente, no entanto não foram consideradas enquanto editorias, devido ao número ínfimo de produções. Fonte: Elaborada pela autora.

O Radiojornal 1ª edição apresentou, ao longo das duas semanas em análise, 8 editorias e a maioria das produções foram destinadas a: Geral, Esporte e Cidades. Das 72 produções analisadas, obtiveram os seguintes percentuais: Geral 26,38%; Esporte 16,6%; Cidades 15,27%; Saúde: 9,72%; Polícia 9,72%; Política 9,72%; Direito/jurídico 5,55% Economia 2,77%. Pautas que tratam sobre Educação, Cultura e Meio Ambiente obtiveram os seguintes percentuais: Educação 1,38%; Cultura 1,38%; Meio Ambiente 1,38%.

Dos programas analisados, constatou-se e considerou-se como editorias: Esporte, Geral, Saúde, Polícia, Política, Cidades, Economia e Direitos/jurídico. Compreende-se essa classificação enquanto editorias, ainda que não haja vinheta ou destaque expresso entre elas, principalmente porque o que se verificou nas semanas analisadas foi a recorrência de conteúdos dessas editorias, fazendo-se presentes mais de uma vez em algumas das edições analisadas; diferentemente do que ocorre com temas ligados à Educação, Cultura e Meio Ambiente.

A respeito das editorias de Saúde (9,72%), Política (9,72%), Direito (5,55%) e Economia (2,77%) , as pautas relacionadas a essas editorias são consideradas relevantes de veiculação pelo editor-chefe do radiojornal, Rodrigo Carvalho Sousa, por entender que a emissora possui “um certo padrão das notícias que são exibidas” e que de algum modo atenda aos interesses da sociedade (SOUSA, 2019).

As editorias de “Esporte” e “Cidades”, respectivamente, com 16,6%; e 15,27%, são, em porcentagem, a segunda e a terceira que mais aparecem. Devendo ressaltar que o espaço dedicado a “Cidades” é mais previsível por apresentar pautas “fáceis” de cobertura. No caso do Radiojornal 1ª Edição, por trazer, principalmente, assuntos sobre a Capital Teresina, onde está sediada a emissora. Sobre o espaço dedicado a editoria de “Esportes”, que se faz presente em todas as edições analisadas, é colocada sempre no último bloco, em geral é o que faz o fechamento da edição. A editoria de “Esportes” é a única que aparece em todas as edições analisadas.

Outra característica do Radiojornal 1ª edição é a presença da editoria de “Polícia”, que a princípio poderia ser colocada como assunto que não tem muita afinidade com o perfil de uma rádio pública educativa. No entanto, também se faz presente. Em relação ao conteúdo dessa editoria, o locutor e editor-chefe da FM Universitária da UFPI, Rodrigo Carvalho Sousa, afirma que embora o assunto não seja vetado explicitamente, há sim o entendimento de que certos temas devem ter um cuidado ao serem abordados no radiojornal. No caso das matérias da editoria Policial, ele explica que se “[...] evita matérias policiaiscas. [...] A gente evita assassinato, acidente de trânsito, mais notícias gerais. Nossa ideia é sempre trazer reflexão” (SOUSA, 2019). Essa editoria, em geral, faz a abertura do radiojornal, por considerar que apresenta conteúdos mais relevantes na hierarquia das notícias a serem veiculadas.

Em relação às produções em que as pautas se ligam a temas como “Educação”, “Meio Ambiente” e “Cultura”, os números surpreendem, pois observou-se que apenas uma edição dedicou espaço ao tema Educação, por meio de uma entrevista sobre a “Taxa de Analfabetismo no Piauí”, em que os dados haviam sido divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa escassez de produções sobre temas ligados à Educação se ratifica com as informações trazidas pelo Rodrigo Carvalho Sousa, que afirma: “Não há editoria fixa para Educação. São mais notícias quentes¹⁴ (SOUSA, 2019). Ou seja, não se busca trabalhar de forma diária no radiojornal temas relacionados à Educação, de modo a se criar uma editoria. Pautas sobre Educação só aparecem se tiver algum assunto em destaque.

Quanto a assuntos relacionados à “Cultura”, houve uma inserção na edição de 27 de março de 2019, cujo tema é “O dia do teatro”. Trata-se de uma entrevista com um representante da Secretaria Estadual de Cultura do Estado, que fala da programação alusiva ao dia. Outra editoria pouco trabalhada e que teve apenas uma produção foi a de “Meio Ambiente”, por meio da reportagem “A seca em municípios do Estado”, transmitida no dia 23 de maio de 2018.

Assuntos gerais, com um percentual de 26,38%, predominam na programação do radiojornal 1ª edição, que assim como os demais assuntos, nas diversas editorias apresentadas, são construídos através de notícias tidas como quentes e que trazem os fatos sem maiores desdobramentos.

Verifica-se, portanto, com base na análise do material empírico, que algumas editorias não são trabalhadas no radiojornal 1ª Edição, tais como: Educação, Artes ou Cultura, por

¹⁴ Matéria quente é aquela que contém informações inéditas e que requer publicação imediata. Matéria fria é aquela que não requer publicação imediata. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_m.htm. Acesso em: dez. 2019.

exemplo. Essas editorias não fazem parte da pauta principal do radiojornal, pois notícias relacionadas ao tema não são fixas, nem mesmo na chamada “parte mais branda ou fria” do radiojornal, que é o bloco de fechamento da edição do dia. Verifica-se, ainda, a preferência por preencher o radiojornal de editorias que, em geral, são tidas como “quentes”. Isso se verifica não apenas por requererem uma publicação imediata de um fato que acaba de acontecer, mas também porque são as editorias privilegiadas em emissoras/meios de comunicação comerciais.

A causa provável, de se trabalhar no radiojornal 1ª Edição, com editorias que, diariamente, são mais explorados em meios de comunicação comercial, começa pelo próprio modo de seleção das pautas no radiojornal. É que a escolha do que vai ser trabalhado é oriunda das notícias que estão em destaque nos meios de comunicação comerciais, principalmente sites de notícias. Ou seja, os outros meios de comunicação tornam-se fontes de pautas, do que vai ser notícia no radiojornal 1ª Edição. Essa colocação (de outros meios como fontes de pautas) se faz, a partir de dados colhidos durante a observação da rotina da redação da emissora, bem como em informações de entrevistados e será mais discutida no tópico a seguir.

5.1.1 Temas

Todas as categorias aqui elencadas são complementares. No entanto, definiu-se “Temas” enquanto subcategoria de Editoria, visto que são elementos muito próximos, ainda que sejam independentes. Esta subcategoria visa complementar o entendimento proposto na categoria anterior (editorias) e, dessa forma, analisar o conteúdo do radiojornal 1ª edição para caracterizar os temas abordados em cada uma das editorias e verificar se eles contemplam temas de caráter cultural-educativo como é previsto pela lei.

Das edições analisadas foram identificados e catalogados 30 temas, três deles trazem assuntos sobre Meio Ambiente, Educação e Cultura; e os demais estão distribuídos entre as 08 categorias identificadas na Tabela 03.

Tabela 3: Temas

SUBCATEGORIA	PROGRAMAS ANALISADOS		
TEMAS	Produções por Programas analisados mês maio- 21 até 25 maio de 2018	Produções por Programas analisados mês março -25 até 29 de 2019	TOTAL

Operações Policiais	03	04	07
Educação/ analfabetismo	01	00	01
Saúde (animal/mental/doenças)	03	04	07
Acessibilidade	01	00	01
INSS/Benefícios	01	02	03
Adoção	01	00	01
Futebol	06	01	07
Esporte/ outros	02	03	05
Violência contra mulher/leis	01	02	03
Combustíveis	02	00	02
Obras/Construção de viaduto	01	00	01
Seca	01	00	01
Trânsito	03	02	05
Greve/ paralisações	06	00	06
Tecnologia	01	00	01
Fortes Chuvas/alagamentos	00	05	05
Consórcios municipais	00	01	01
Pagamento contribuição sindical	00	01	01
Temer	00	02	02
Reforma administrativa estadual	00	02	02
Imposto de Renda	00	01	01
Oferta de cursos	00	01	01
Comitiva Prefeitos em Brasília	00	01	01
Serviços SDU Teresina	00	01	01
Dia do Teatro	00	01	01
Eficiência de Recursos na UFPI	00	01	01
Posse defensor Geral	00	01	01
Suspensão taxa COSIP Teresina	00	01	01
Pacote de ajuda aos Estados	00	01	01
Mutirão faxina nos Bairros	00	01	01
TOTAL	33	39	72

O que for de interesse para sociedade e que tenha alguma relevância coletiva/social pode tornar-se pauta para algum meio de comunicação. No entanto, nem tudo pode ser ou é apresentado na forma de notícia. Há sempre uma seleção que leva em consideração vários fatores. Franciscato (2002, p. 8) destaca que:

[...] as notícias são socialmente construídas, e os critérios de noticiabilidade são resultantes deste partilhamento e consenso de valores em uma comunidade. Por um lado, tanto a ideia de que a seleção de notícias estaria baseada em qualidades intrínsecas aos eventos quanto a potencial capacidade do jornalista de intervir na condução do seu trabalho perdem força para determinantes socioculturais [...].

Portanto, definir entres os acontecimentos aqueles que merecem ser noticiados, embora seja uma tarefa diária, não é simples, pois envolve uma série de questões, não apenas voltados para a rotina de produção. Sobre a autonomia nas produções da FM Universitária da UFPI, sendo ela vinculada à EBC e em nível local vinculada a Superintendência de Comunicação da UFPI, foi questionado ao diretor da rádio FM Universitária, Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes, sobre o tipo de conteúdo selecionado e veiculado pela emissora e se existiam temas que poderiam ser vetados, por não ir ao encontro do perfil da rádio ou do radiojornal 1ª edição. Sobre o assunto, o diretor da rádio faz o seguinte esclarecimento:

[...] o principal ponto da gente sempre foi a autonomia e a liberdade. Da parte da superintendência nunca veio um ‘não pode isso’. O que tem é que da gente enquanto gestor de um órgão público, de uma rádio pública, pensando uma comunicação pública, nós temos sim, aqui dentro, dizendo: ‘cuidado!, não é nosso papel fazer assessoria da UFPI, não é nosso papel fazer assessoria de governo de Estado, de político A, B, C. [...] Nosso papel é cobrir a UFPI, o Governo de Estado, a Prefeitura, as iniciativas institucionais de outros órgãos mas dentro desse lugar da liberdade e do compromisso, com uma informação de qualidade e com o interesse público (LOPES, 2019).

O relato do Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes evidencia a autonomia e a liberdade que lhe é dado enquanto diretor da FM Universitária para a escolha dos temas que deverão ser veiculados pela rádio. Ao mesmo tempo revela que há uma seleção do que deve ou não ser dito, bem como do papel que a rádio deve assumir frente ao público ouvinte, no sentido de a emissora não servir de assessoria da UFPI e de outros órgãos públicos apenas. Antes, a FM Universitária da UFPI deve atender a comunidade em geral propondo temas diversos e de interesse público. Reafirmando o compromisso da emissora enquanto um meio de comunicação de caráter educativo.

Entre as reportagens e entrevistas analisadas, alguns temas aparecem mais de uma vez ao longo das duas semanas em análise, tais como: operações policiais; temas ligados à saúde; Futebol e outros esportes; trânsito (temática repetida ao longo da semana analisada de 2018, sobretudo porque maio é o mês de campanha de prevenção de acidentes de trânsito); greve e paralisações de categoria de trabalhadores; além de temas relacionados a chuvas fortes e alagamentos, devido ao rigoroso período chuvoso de 2019.

Outro tema que se repetiu foi sobre combustíveis, por alguns motivos: primeiro, devido à greve nacional de caminhoneiros em maio de 2018, onde as reportagens de 22 de maio de 2018, “Ajuste nos preços do Combustíveis”, e de 25 de maio de 2018, intitulada “Impacto causado pelo reajuste do preço dos combustíveis”, trazem a repercussão da greve para economia do país. Um segundo motivo para abordagem do tema pela FM Universitária foram operações da polícia sobre adulteração de combustíveis.

Quanto a temas relacionados a esportes, como futebol e outras modalidades esportivas, foram abordados 12 vezes nas edições do radiojornal, fazendo um total de 16,6% das temáticas trabalhadas, tendo ênfase no campeonato estadual de futebol piauiense e as participações das equipes do Estado na Série D Nacional. As produções sobre esportes veiculadas no Radiojornal 1ª edição são notícias produzidas no programa esportivo da emissora chamado “Universitária Esportiva”. Desse modo, observando-se a rotina de produção do Radiojornal, verifica-se que pela falta de tempo e pessoal, aproveita-se o material confeccionado pelo programa esportivo, o que facilita o fechamento do jornal, sempre com temas brandos, em geral o esporte local.

Há considerações também a se destacar, em relação à forma como os temas são tratados. Uma primeira característica, diz respeito, ao modo como as notícias são construídas, sem maiores desdobramentos, apenas trazendo o acontecido, ou seja, os fatos. Como exemplo, destaca-se a reportagem sobre “Combustíveis adulterados”, de 23 de maio de 2018:

Locutor: O Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal desarticulam bando que adulteram combustíveis aqui no Piauí, os detalhes com o Caio Rabelo.

Repórter: Na manhã de hoje a ANP (Agência Nacional do Petróleo), o Ministério Público Estadual e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) deflagram a operação para desarticular quadrilhas acusadas de adulterar combustíveis. Foram expedidos mais de 24 mandados de prisão e de busca e apreensão que estão sendo cumpridos desde o início da manhã. Cerca de 15 pessoas já foram presas e encaminhadas ao IML para exame de corpo de delito e depois serão levadas ao sistema prisional. Entre os presos estão 02 empresários e um advogado. A operação Estanque foi deflagrada após a PRF receber inúmeras denúncias de transporte irregular de combustíveis e possíveis adulteração na gasolina transportada/ inclusive com mistura de água. A operação acontece em Teresina, Capitão de Campo, nas cidades maranhenses de Timon e Peritoró. A partir das informações encaminhadas pela PRF, o GAECO iniciou as investigações sobre transporte e a distribuição de combustível confirmando a ocorrência de diversos crimes, como de: associação criminosa, furto e crimes contra a ordem econômica, tributária e ambiental. Participaram da operação policiais do Piauí, Maranhão, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia. São mais de 100 policiais envolvidos na operação.

A reportagem resume-se a descrever personagens e suas ações (polícia e Ministério Público), assim como indicar números e lugares nos quais a operação foi concretizada. O tema foi explorado com o intuito de informar, tal qual faria qualquer emissora comercial, por exemplo. Esse, pelo que vem se expondo, não é o papel de uma rádio educativa. Um outro exemplo, está na Entrevista que traz como tema a cobertura da posse do então Defensor Geral do Piauí, de 28.03.19:

Repórter- DR Erisvaldo, parabéns! Como o senhor recebe essa indicação?

Defensor- Com grande senso de responsabilidade e com muita satisfação de gerir a defensoria durante esses dois anos, é uma tarefa difícil por suceder a defensora geral Hildeth Evangelista que fez um grande trabalho durante 04 anos. É um desafio a mais, mas isso também nos anima nos possibilita procurar mais recursos para defensoria pública para que se tenha uma maior efetividade para prestação de seus serviços.

Repórter- Quais são os planos desses dois anos?

Defensor- definir prioridades e uma delas será as de demandas coletivas, pretendemos criar setores, um setor para atender os defensores públicos e dá um suporte para que os possibilite atuar nas demandas coletivas; reforçar os direitos humanos também nesse mesmo sentido ampliar a função do núcleo de mediação da defensoria para atuar também nesses demandas; e objetivo é atender o maior número possível de pessoas, além disso também continuar ampliando o atendimento de modo individual, em 2018 foram mais de 265 mil atendimentos esse número tende a crescer , principalmente em razão da crise que vive o país e para isso precisamos do apoio do governo do Estado, da assembleia legislativa para que possamos ter uma quantidade maior de recursos, para que possamos desenvolver o serviço de uma forma mais eficiente.

Percebe-se que a entrevista apresenta de forma substantiva informações a respeito do cargo, bem como os desafios do novo Defensor Geral diante da função, ou seja, uma pauta restrita a informar quem e quais os planos desse novo defensor. Não há, no entanto, um enfoque educativo ou instrutivo, pois o enquadramento dado à entrevista prima pela cobertura da posse, em si, do Defensor Geral.

Uma segunda característica da forma como são construídas as notícias é que o radiojornal 1ª Edição, em algumas edições, veicula apenas sonoras, com a fala de alguma fonte, fazendo uma breve apresentação do tema, sendo estes poucos explorados. Como na notícia sobre “Atos das mulheres em combate a violência contra mulher”, onde grupo protestava contra o número de crimes envolvendo mulheres como vítimas, bem como cobravam ações do governo para diminuir os números de feminicídio. A notícia restringiu-se ao locutor chamar e veicular áudios sem maiores aprofundamentos ou discussões, como no áudio veiculado com a então Vice-Governadora Margarete Coelho, de 22.05.2019:

Locutor: A vice-governadora Margarete Coelho presente no palácio de Karnak nessa manhã, onde estava acontecendo esse ato das mulheres, esteve presente para o lançamento do Festival de Inverno e comentou a nossa equipe sobre o ato das mulheres e ela explica também sobre as políticas públicas do governo nesse combate à violência contra mulher.

Vice-governadora: Cada crime desse repercute em nós mulheres assim de uma forma brutal, de uma forma estúpida mesmo, mas o Estado do Piauí é o Estado brasileiro que mais tem lutado contra o feminicídio. Desde que o governador Wellington dias assumiu, nós tomamos a dianteira desse combate. Primeiro que a primeira delegacia de feminicídio do Brasil está aqui no Estado do Piauí. Quem criou, nós do Estado do Piauí criamos a metodologia investigativa do feminicídio, que a gente não pode esquecer que a lei do feminicídio, essa modulação jurídica é bem recente.

A falta de aprofundamento das notícias veiculadas pelo radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI pode ser resultante do tempo de produção limitado ou ainda da falta de pessoal, ou seja, critérios de produção/construção da notícia, como esclarece Wolf (1999, p. 90):

A segunda categoria de valores-notícia diz respeito à disponibilidade de materiais e às características específicas do produto informativo. No que se refere à disponibilidade, trata-se de saber quão acessível é o acontecimento para os jornalistas, quão tratável é, tecnicamente, nas formas jornalísticas habituais; se já está estruturado de modo a ser facilmente coberto; se requer grande dispêndio de meios para o cobrir (Golding -Elliott, 1979, 144). Quanto aos critérios relativos ao produto, explicam-se em termos de consorciação com os procedimentos produtivos, de congruência com as possibilidades técnicas e organizativas, com as restrições de realização e com os limites próprios de cada meio de comunicação.

Esses fatores estão ligados à produção de notícia, principalmente, no que diz respeito a possibilidade ou não de sua produção, a capacidade de produzir um material mais elaborado. Ainda assim, mesmo as produções que, *a priori*, teriam um tempo maior de produção por serem matéria frias, mesmo essas estão sujeitas a limitações de produção, como no caso das matérias especiais produzidas para o radiojornal.

Essas produções do radiojornal 1ª edição, consideradas como “especiais”, foram identificadas desta forma por: serem assim definidas nas chamadas do radiojornal e por se tratar de reportagens produzidas em alusão a datas especiais ou sobre temas relevantes para cidade, como: a mobilidade urbana em Teresina ou de temas mais abrangentes, como acidentes de trânsito. Vislumbra-se nessas produções alguma aproximação com o que se espera de uma rádio pública-educativa, ao menos em alguns aspectos; pois, há uma preocupação com a veiculação de conteúdos que ultrapassem a mera exposição de fatos. Ou seja, fogem um pouco do que é

rotina na produção do radiojornal. De todo o material analisado isso se encontra em poucas reportagens, a exemplo da que foi veiculada no dia 23 de maio de 2018 sobre “Acidentes de trânsito”, em que parcialmente observam-se alguns dos aspectos norteadores das Portarias 651/1999 e 3.238/2018 no tocante ao caráter educativo.

Uma primeira observação é em relação à construção do texto sobre acidentes de trânsito, veiculado no dia 23 de maio de 2018, na qual os *offs* do repórter têm uma construção textual mais voltada para reflexões a respeito de um trânsito seguro.

Repórter: Inúmeras coisas não combinam, inúmeras coisas não têm preço, quero te fazer algumas perguntas: atitudes impensadas são consertadas? Álcool combina com volante? Com a pressa ultrapassar indevidamente é a melhor decisão? E mais, importante a sua vida tem preço? Refletiu? Pois é! Essa é a intenção dessa matéria. Educação é tudo! Tenha certeza disso e se tem um termo que pode ser a solução para evitar mortes e acidentes no trânsito é educação! Não queremos assustar você que ouve essa matéria agora e muito menos pretendemos falar de mortes nas rodovias do país. No Piauí tem uma dessas rodovias, que, por sinal, assusta muita gente. É o pavimento, a falta de sinalização, existem inúmeros fatores que podem contribuir para essas estradas matarem, mas já pensou que a morte pode estar na sua atitude? Na sua intenção? O inspetor da PRF Barros Filho traz um levantamento dos acidentes da rodovia federal 135, a estrada que mais mata no estado (PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, 23 maio 2018).

Embora o repórter inicie a reportagem “Prevenção de acidentes de trânsito” destacando alguns questionamentos e buscando fugir um pouco do óbvio, que é trazer dados e falas oficiais; o repórter acaba por fazê-lo, ao trazer dados sobre acidentes na rodovia a partir da fala da PRF. No entanto, a proposta da reportagem não é apenas divulgar o balanço de operações e o número de acidentes. Mas, a partir disso, construir uma reflexão dos condutores, sobre suas atitudes no trânsito, buscando um enquadramento diferente do que simplesmente informar sobre dados e estatísticas de trânsito.

Outro exemplo de reportagem especial identificada foi a notícia “Acessibilidade na cidade de Teresina”, de 21 de maio de 2018, onde o repórter levanta vários problemas urbanos que afetam diretamente os portadores de necessidades especiais:

Repórter: Buracos, desníveis, entulhos, carros estacionados essa, é a situação da maior parte das calçadas da capital, seja no centro da cidade ou em bairros da capital, diante de tantas obstruções o jeito é disputar espaços com os carros andando pela rua [...].

Sonora dona de casa Lúcia: A gente já tá [sic.] numa certa idade e às vezes levam uma topada, tem problema de joelho, as calçadas têm que ser tudo do mesmo nível.

Repórter: Manter as calçadas em um mesmo nível é do grande desafio da capital, isso poderia melhorar a locomoção de todos principalmente as que tem mobilidade reduzida, além disso o direito de ir e vir das pessoas seria melhorado. Por enquanto o que se tem são reclamações. A cadeirante Ana Fernandes classifica como péssima a mobilidade urbana na capital.

Sonora Ana: Em todos sentidos é horrível, as calçadas, os quebra-molas, quando nós andamos nas cadeiras motorizadas, são imensos. Enfim, tudo é péssimo.

Repórter: Desde 2014 existe em Teresina a lei 4.822 que estabeleceu novos critérios para construção e manutenção de calçada, para a especialista Nícia Formiga quem tem que fiscalizar é a própria população.

Sonora especialista: Esse é um grande problema que nós temos/ a acessibilidade urbana. E sempre temos visto que não estão preparados, realmente acessíveis essas calçadas. E existe uma lei municipal, primeiro já existe a federal que obriga todo mundo a manter suas calçadas. Existe uma lei municipal que é a lei das calçadas que também não está sendo aplicada. Então nós temos que cobrar a fiscalização. As pessoas esquecem que todos nós somos pedestres. Nós somos pedestres por natureza e realmente as nossas calçadas estão muito degradadas a gente precisa fazer uma campanha inclusive educativa, demonstrar a importância de deixar sua calçada acessível para todos (ACESSIBILIDADE NA CIDADE DE TERESINA, 21 maio 2018).

O tema acessibilidade não se apresenta apenas enquanto estatística ou de modo exclusivo para que a população indique um ou outro ponto que mereça reparo na cidade. A especialista Nícia Formiga, que foi ouvida durante a reportagem, ressalta não apenas os problemas físicos das vias e calçadas, mas aponta para a falta de uma ação pública no cumprimento de leis que garantam essa acessibilidade. A reportagem abre espaço para membros da população enquanto sujeitos que podem buscar seus direitos, inclusive o de ir e vir, de locais que permitam sua locomoção. Ou seja, a reportagem se apresenta não somente com a proposta de expor um fato que afeta um conjunto de pessoas a partir de um problema em específico, mas a partir desse problema, que é comum em várias cidades, despertar para várias reflexões sobre os direitos do cidadão e os deveres dos órgãos públicos. Isso é constatado, principalmente, a partir da exposição da especialista Nícia Formiga, explicando que há leis (em nível federal e municipal) que garantem tal direito e que depende, também, da própria população a conservação das vias. No entanto, ressalta-se que esse tipo de produção mais reflexivo não é uma constante no radiojornal, sendo elaborada em algumas edições em caráter especial. Tendo sido identificadas, na amostra em análise, apenas duas reportagens especiais.

A escolha dos temas considerados dignos de pauta no radiojornal 1ª edição, em geral, leva em consideração o que acontece no momento e que tenha relevância para ser noticiado, as chamadas notícias “quentes”, ou seja, as notícias de algum acontecimento recente e em destaque

nas outras mídias (Televisão, Portais de notícias). Esse comportamento é mais notável para as notícias que vão abrir o radiojornal, como as de Polícia e Política. Destarte, o radiojornal acaba sendo completado por temáticas diversas, por isso, o grande número de produções que não se enquadram em uma editoria específica, sendo classificados enquanto temas gerais, como greves, paralisações etc.

A respeito da rotina de produção do radiojornal, o apresentador do radiojornal, Rodrigo Carvalho Sousa, relata sua prática diária como editor-chefe e afirma:

A primeira coisa que eu vou ver são os portais, o que tá [sic.] rolando, quais são as principais notícias que estão sendo veiculadas pela imprensa, eu vejo meu *e-mail*, *e-mail* da rádio, sugestão de pauta de assessorias [...]. Então essa é a primeira etapa, é de checagem, de checagem das notícias, do que vai ser notícia no nosso jornal, o que nós vamos pegar para virar matérias para o jornal da Universitária (SOUSA, 2019).

Noticiar os acontecimentos mais recentes e importantes é comum no jornalismo cuja função é trazer os fatos novos e/ou atualizar as notícias já publicadas apresentando possíveis desdobramentos. Segundo Wolf (1999, p 88), esse comportamento no jornalismo deve ser pensado ao tratar de critérios de valores-notícia, pois:

Os critérios substantivos articulam-se, essencialmente, em dois fatores: a importância e o interesse da notícia. Afirmar-se que uma notícia é escolhida por ser importante ou interessante, não é suficiente explícito até se especificarem, posteriormente, os dois valores/notícia, explicitando a sua aplicação operativa.

De fato, somente importância e interesse não tem o condão de tornar o acontecimento noticiável, outros fatores são considerados, como os indivíduos envolvidos e sua quantidade, o impacto desse acontecimento (WOLF, 1999). Vale ressaltar que o radiojornal 1ª edição segue certos requisitos, ainda mais por estar vinculado a uma IES e por se constituir numa rádio pública, sendo que seus critérios para seleção de notícias devem ser orientados pela sua outorga educativa. Estes elementos chamam ainda mais a atenção quando se observa que certos temas quase não aparecem no radiojornal 1ª edição, inclusive temas em que se acredita que deveriam fazer parte da rotina do radiojornal de uma emissora universitária, a exemplo de temas que envolvem assuntos ligados à educação e à ciência, que igualmente são relevantes e poderiam ser apresentados ao ouvinte.

Isto posto, ainda que traga temáticas relevantes para comunidade, o radiojornal 1ª Edição acaba por não as trabalhar de forma plena a atender os fins educativos que a emissora deve

cumprir. Mesmo as reportagens consideradas como especiais, que têm a missão de aprofundar temáticas e que o profissional provavelmente contaria com um pouco mais de tempo para a entrega de suas produções, não conseguem atender à contento o que se encontra previsto nas Portarias. O que se apresenta são produções que buscam expor os acontecimentos sem qualquer desdobramento ou abordagem de caráter instrutivo ou educativo.

5.2 Fontes

Um dos pressupostos da produção de material jornalístico é a presença de fontes. Por isso, conhecer as utilizadas na construção do material noticioso do Jornal 1ª edição é de extrema importância não apenas por questão de quantidade, mas ainda em relação a análise qualitativa, tendo em vista que contém informações sobre quem está sendo consultado e, conseqüentemente, quem não tem voz nas produções analisadas.

Foram identificadas 83 fontes nas reportagens e entrevistas analisadas. A maioria dessas fontes são oficiais. Essas foram contabilizadas 46 vezes, o que dá o percentual de 55,42%, seguidas de primárias com um total de 33,73%. As fontes secundárias, como especialistas na área não chegam a 8,43%. Já as fontes independentes representam 2,46%, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 4: Fontes

Categoria	Programas analisados		TOTAL
	Programas analisados mês maio- 21 até 25 de 2018	Programas março – 25 até 29 março 2019	
FONTES			
Oficiais	16	30	46
Primárias	21	07	28
Secundárias	03	04	07
Independentes	02	00	02
TOTAL	42	41	83

Para a construção do acontecimento jornalístico faz-se necessário a consulta de fontes que podem ser: documentos e/ou personagens que estejam diretamente relacionados ao tema a

ser abordado na notícia. No caso dos personagens como fontes, estas são de tipos diversos. De acordo com Wolf (1999, p. 98):

As classificações possíveis das fontes são muito diversas, de acordo com o parâmetro a que se faz referência: por exemplo podem distinguir-se as fontes institucionais das fontes oficiosas ou as estáveis por oposição às provisórias. Uma caracterização diferente separa as fontes ativas das passivas, segundo o grau de utilização e o tipo de relações que se instituem entre fonte e órgão de informação. Fontes centrais, pelo tipo de utilização que delas se faz relativamente ao relevo e a noticiabilidade dos acontecimentos.

A respeito da existência de várias classificações em torno das fontes, adota-se nesta dissertação a proposta por Lage (2003, p. 27-30, grifo nosso) por entender que:

As fontes podem ser mais ou menos confiáveis (confiança, como se sabe, é coisa que se conquista); pessoais, institucionais ou documentais. Classificam-se em: **(a) oficiais, oficiosas e independentes.**

Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc.

Fontes oficiosas são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido.

Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso.

(b) em primárias e secundárias. Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais. Suponhamos que se quer escrever uma reportagem sobre um assunto específico - por exemplo, o plantio de cafezais nos terrenos montanhosos de uma região, com inclinação superior a 35 graus. As fontes primárias serão, naturalmente, os plantadores e seus agrônomos de campo. Mas, antes de partir para a apuração, será conveniente consultar fontes secundárias, que podem ser funcionários de instituições de pesquisa agropecuária e apoio à agricultura, ou, eventualmente, economistas ou geógrafos.

(c) em testemunhas e experts: O testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva: pode-se testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma (dificilmente se terá acesso ao todo), ou vendo várias; [...] **Experts** são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos. Um cuidado preliminar é o de formular, pelo menos no início, perguntas pertinentes: nada incomoda mais um especialista do que questões disparatadas. No entanto, é preciso não abandonar um tema sem que se tenha entendido a explicação; afinal, é difícil escrever sobre algo de que não se tem um modelo mental consistente.

Essa classificação se mostra didática e representativa daquilo que se almeja discutir e apresentar a respeito de fontes no Radiojornal 1ª Edição. Em relação a um número maior de

opiniões (que se infere maior número de fontes) nas produções de radiodifusão sem fins lucrativos, a Portaria 3.238/2018, em seu artigo 3º, § 1º tem: “As programações opinativas e informativas deverão observar os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultânea em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados”. Ainda que a norma enfatize a questão de matérias polêmicas, entende-se que é papel do jornalista procurar um maior número de vozes.

Sobre as fontes consultadas nas produções diárias do radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI, a estagiária Fernanda Sales explica que:

A gente sempre tenta dar voz a fontes mais diferentes, sempre tenta pegar dois lados da moeda[...]. Tenta dar o lado da população. [...], por exemplo: tal coisa tá [sic] acontecendo, mandaram um áudio, a gente pega aquele assunto que deram para gente, mas também procura ir atrás de outras coisas, mais informações sobre esse assunto. (SALES, 2019).

O apresentador e editor-chefe do radiojornal, Rodrigo Carvalho Sousa, por sua vez, esclarece que só a partir de setembro de 2019 é que a equipe do radiojornal está sendo um pouco mais rigorosa em relação as fontes nas produções do radiojornal. É que, às vezes, as produções vão ao ar com apenas uma ou mesmo sem alguma fonte. Por conta disso, foram adotadas algumas medidas pela equipe de redação do radiojornal 1ª edição: “Este ano [2019] de maneira alguma sai matéria só com uma fonte; quando tem isso, se o repórter não conseguiu uma segunda fonte e não precisar contrapor, então exibimos os *offs*, mas o locutor que vai ler” (SOUSA, 2019). Ou seja, havendo apenas uma fonte, não vai ser produzida reportagem. Entretanto o assunto não vai deixar de ser veiculado, ficando essa tarefa a cargo do apresentador e não aos repórteres.

A respeito das fontes consultadas que compõem as produções do radiojornal, há um predomínio de fontes oficiais, como se observa os dados a seguir e que foram extraídos do *corpus* da pesquisa: Edição do dia 21 de maio de 2018: diretora EJA, Conceição Andrade; gerente do LACEN, Gildevania Nascimento; Constance Jacob, secretária da Prefeitura de Teresina; gerente INSS, João Ricardo Linhares; Edição do dia 22 de maio de 2018: gerente SDU, Patrícia Tavares; Edição dia 23 de maio de 2018: Vitorino Tavares, da defesa civil estadual; inspetor Barros Filho da PRF; diretor HUT, Dr. Gilberto Albuquerque; Edição do dia 24 de maio de 2018: diretor da ADAPI, Idílio Moura; Inspetor Barros Filho, da PRF; Dr. Gilberto, diretor HUT; Presidente Sindicato dos Policiais Civis, Constantino Junior; Dia 25 de maio de 2018: presidente do SINTETRO, Fernando Feijão; Luciene Alves, gerente regional do

“seja digital”. Em 2019, destaca-se: edição 25 de março de 2019, o governador do Piauí, Wellington Dias; Coronel Lindomar Castilho; Amparo Salmito (FMS); Secretário Merlong Solano; em 27 de março de 2019: Coordenador da GAECO, Romano Cordão; Coordenadora do Programa Mais médicos no Piauí, Idvanir Braga; Prefeito de Teresina, Firmino Filho.

A recorrente busca por fontes oficiais nas produções do radiojornal, demonstra o que traquina (2005, p 191) afirma:

A autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. O fator da respeitabilidade refere-se ao procedimento do jornalista que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade.

Desse modo, o jornalista dá preferência as fontes que, de um algum modo, transparecem um maior respaldo, sobretudo por representarem instituições ou órgãos. Além disso, em relação ao uso predominante de fontes oficiais pela equipe de produção do radiojornal 1ª edição, vê-se que é de certo modo esperado, tendo em vista, que estas fontes possuem assessorias em pleno exercício, muitas vezes, pautando os próprios meios, independente do segmento. Sendo mais fácil o acesso a essas fontes, facilita o trabalho do jornalista. Sobre esse acesso facilitado a certos conteúdos e fontes, Wolf (1999, p. 97) destaca:

A fase de recolha dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido. Isso leva, naturalmente que se privilegie os canais de recolha e as fontes que melhor satisfazem essa exigência: as fontes institucionais e as agências.

Em relação as fontes de informação que aparecem nas edições do radiojornal 1ª edição analisadas, alguns números surpreendem de forma negativa, devido ao pequeno número de fontes especializadas, especialmente quando se analisa uma rádio que se encontra vinculada a uma Instituição de Ensino Superior e que possui vários profissionais qualificados e especializados em assuntos diversos. No entanto, parece que esta condição não está sendo a prioridade nas produções do Radiojornal 1ª Edição da FM Universitária da UFPI, que, muitas vezes, produz notícias apenas com uma fonte. Especificamente sobre os especialistas consultados têm-se: Foram constatadas apenas 07 produções em que especialistas no assunto tenha sido ouvido: uma entrevista e uma reportagem com a temática economia, em que foi ouvido professor especialista no tema; outro em reportagem, sobre mobilidade urbana, em que foi ouvida professora doutora no tema; além desses, foi ouvida ainda uma médica para tratar

sobre problemas respiratórios; uma especialista em meteorologia; e uma advogada. Ressaltando-se que um dos especialistas consultados aparece mais de uma vez, em produções distintas, no caso a meteorologista.

No caso da editoria de Polícia, verifica-se a ausência das falas das vítimas ou dos acusados (ou mesmos seus representantes legais) como fontes, em detrimento das fontes oficiais, especialmente os delegados ou o secretário de segurança, que são utilizadas nas produções na tentativa de apresentar algum resumo de suas ações.

Há também (além de produções com fonte únicas, comumente oficiais) a produção de reportagens com falta de fontes. Identificou-se na amostra as seguintes: reportagem sobre “Operação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) combustíveis adulterados”, de 23.03.2019; “Temer deixa a prisão”, de 26.03.2019; e “Temer vira réu”, 29.03.2019; “Governo anuncia novos secretários, 29.03.2019; e a “Operação luz da infância”, veiculada em 28.03.2019.

Sobre a aparição ou não de personagens na construção do texto jornalístico, Barbeiro (2003, p. 67) adverte que, por um lado, “é preciso evitar o jargão sem personagem não há pauta”, isto é, não se pode deixar de tratar o assunto por falta de personagens como fonte para ilustrar. Por outro lado, acredita-se que as produções devem trazer outros tipos de fontes (documentos, leis, dados) que de alguma forma sirvam para construir algum entendimento sobre o tema. No caso de algumas produções do radiojornal 1ª edição analisadas, não se tem personagens e nem se tem uma abordagem que ultrapasse a informação a ser veiculada no momento, ou seja, não há maiores reflexões nas abordagens das temáticas.

Retomando-se aqui as produções especiais, tem-se que em algumas dessas produções há, de forma mais nítida, uma preocupação com a reflexão e pluralidades de fontes, como na reportagem especial sobre “Acessibilidade urbana em Teresina”, de 21 de maio de 2018, que traz fontes variadas: especialistas, representantes da Prefeitura, personagens que vivenciam o problema da falta de acessibilidade. Nesta reportagem há uma preocupação em trazer um maior número de vozes a respeito do tema acessibilidade, com visões múltiplas sobre o problema, fonte secundária com professora especialista no tema; fontes diretas que vivem diariamente o problema, como uma cadeirante e uma dona de casa. Ainda uma fonte oficial também é utilizada, a representante da prefeitura de Teresina, que trata, dentre outros pontos, como o cidadão pode fazer denúncias ao se deparar com irregularidades nas calçadas. Portanto, através do uso de fontes múltiplas se torna possível coletar visões diferenciadas de fatos e temas, agregando informações e, principalmente, dando voz aqueles que são preteridos pelos meios comerciais, por exemplo.

Ressaltando-se que essa pluralidade de vozes, apesar de ser enfatizada nos discursos dos entrevistados, não se faz presente na maioria das produções em análise, pois dá-se prioridade a fontes oficiais. Fontes, que não representam diretamente poderes ou órgãos de Estado, como as independentes, que de acordo com Lage (2003, p. 29): “[...] O êxito de sua retórica depende fundamentalmente de serem considerados “agentes espontâneos” e “desvinculados de qualquer interesse”, só contam em uma das produções. E mesmo as fontes primárias, não estão presentes em todas as produções ou, ao menos, na maioria delas.

5.3 Alcance/Abrangência das Pautas

Traçou-se como terceira categoria de análise o alcance/abrangência das pautas para conhecer se nelas repercutem assuntos em nível local, regional, nacional ou ainda se estão restritos à Instituição UFPI, servindo para divulgar assuntos institucionais como: produção acadêmica e/ou veículo de assessoria para as ações da reitoria e outros órgãos que compõem a Universidade, por exemplo. Sobre abrangência das informações veiculadas nos meios de comunicação, Volpato (2016, p. 2) destaca que:

A produção midiática obedece às delimitações territoriais que se relacionam à capacidade de produção e distribuição das informações. Um veículo possui sua abrangência delimitada ao espaço referente a sua capacidade de abrangência, o que está intimamente ligado à sua estrutura tecnológica. É neste espaço que uma empresa midiática atua.

Frente aos dados analisados, organizou-se as abrangências das pautas contempladas no radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI como local, regional, nacional, institucional e/ou global. A Tabela 5 apresenta estes dados em números por abrangência:

Tabela 5: Alcance/Abrangência

Categoria	PROGRAMAS ANALISADOS		
	Produções por Programas analisados mês maio - 21 até 25 e 2018	Produções por Programas março – 25 até 20 março 2019	TOTAL
Regional	21	19	40
Local	09	11	20

Nacional	03	8	11
Institucional	00	01	01
Global	00	00	00
TOTAL	33	39	72

Observa-se que a maioria das produções são de abrangência regional. Fora identificada apenas uma produção sobre assuntos da instituição, alcançando um percentual de 1,38%, dos 72 formatos analisados. Destes, cerca de 55,55% dos assuntos referem-se a temas regionais (Piauí ou Nordeste). Em relação a temas que envolvam a cidade de Teresina, esses alcançaram 27,77%. Temas que tratam de assuntos nacionais alcançam 15,27%; já os de relevância Global correspondem a 00%.

É válido ressaltar, que muitos termos aqui apresentados não possuem conceito único, por isso algumas abordagens são necessárias para justificar o que se entende, como abrangência/alcance: regional, local, nacional, global e institucional. Assim, define-se que as temáticas e as pautas trabalhadas que se constroem com base em assuntos de interesse: local são as que tratam do município de Teresina (sede da emissora); regional as que trazem assuntos que reverberam em questões peculiares a mais de uma cidade ou a outras regiões dentro do Estado ou ainda algo mais abrangente, em relação à região nordeste; nacional, as produções que repercutam assuntos que envolvam o país; global assuntos que digam respeito a acontecimentos em algum ponto do mundo, fora do território nacional; e por fim, temas Institucionais (tratam portanto de pautas cujos assuntos se direcionem apenas à Instituição UFPI: discentes, docentes e comunidade que acessa algum serviço da Universidade).

5.3.1 Alcance/Abrangência Regional

Um dos significados de regionalizar, segundo o dicionário¹⁵ *online* de Língua Portuguesa, “é separar em regiões, de dividir um território em regiões, em áreas com características específicas e próprias”. Na Geografia, ciência que toma, dentre outros, as regiões para análise, a palavra região possui vários conceitos, a depender da corrente geográfica sob o qual é analisada (geografia crítica, humana etc.). De modo geral a palavra região nos remete a

¹⁵ Regionalização. Definição consultada em <https://www.dicio.com.br/regionalizacao/>

recortes espaciais como região norte, sul, por exemplo; mas esta é apenas uma noção inicial. Sabemos, pois, que as regiões são resultadas ou resultantes, enquanto espaços delimitados geograficamente, primeiramente, muitas vezes, devido seus caracteres naturais (clima, fauna, flora, dentre outros), mas também de questões de desenvolvimento econômico, social, histórico e cultural; portanto, muito além da ideia de região, tomada apenas por aspectos físicos naturais.

Esses espaços têm características que distinguem certas regiões das demais e esses mesmos as definem. Ou seja, as regiões podem ser divididas segundo questões diversas e não necessariamente físicas, como aponta Hartshorne (*apud* COSCIONI, 2017, p. 9):

As entidades regionais que nós construímos nessa base são, conseqüentemente, em um sentido amplo, construções mentais; elas são entidades apenas em nossos pensamentos, mesmo que as consideremos construções que fornecem algum tipo de base inteligente para organizar nosso conhecimento da realidade.

Isso se dá, também, com o processo de regionalização, quando falamos no campo midiático ou quando observamos as regiões não pela sua divisão territorial, mas por suas peculiaridades. A regionalização midiática leva em conta certos interesses que levam a construções que, por vezes, não respeitam, não dão voz ou visibilidade, de forma justa a esses locais.

É dessa falta de representatividade de algumas regiões na mídia, que surgem ações na busca de dar voz e vez a esses espaços ou pessoas que não estão sendo vistas. E como isso acontece? Pela própria regionalização, no sentido não de homogeneizar como fazem os grandes veículos, mas de demonstrar suas deficiências, anseios, problemas e as qualidades; tenta-se separar desse todo, para expor peculiaridades de cada região. E onde isso se constrói? Nos veículos, onde é possível organizar uma grade local, regional: portais, blogs, emissoras de rádio, entre outros.

As rádios, por exemplo, têm essa característica, de dar conta do local, do regional, de falar e tornar um acontecimento próximo, assuntos que interessam e repercutem de fato para o ouvinte daquela comunidade. Assim, temas que se enquadram enquanto em uma ou outra categoria (regional, local, global, por exemplo) devem levar em conta esses aspectos de não apenas a vizinhança de fronteiras, mas a questão de pertencimento, identificação e relevância.

Sobre o regional, que se fazem presente em 40 das produções em análise, algumas das notícias que se destacam enquanto tema de alcance regional são: De 2018, “Taxa do analfabetismo no Piauí-21.05.2018; “Emergência nos municípios do Estado devido à seca”,

23.05.2018. Temas estes que ilustram situações vividas não apenas na capital, mas com uma abrangência em diversos pontos do Estado. Já em 2019, destacam-se “Alagamentos nos municípios litorâneos e outros municípios do Estado”, de 25.03.2019; “Estado de emergência em municípios com risco de rompimento de barragens”, 26.03.2019; “Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento do Território”, também de 25.03.2019. “Reforma administrativa estadual”, 25.03.2019. E ainda a entrevista veiculada em 27.03.2019, sobre a “Chegada de médicos do programa Mais Médicos no Piauí”:

Repórter: O programa “Mais médicos” do Piauí recebe nesta quarta feira dia 27 mais médicos para o estado. O grupo é formado por brasileiros que estudaram em instituições no exterior e vão recompor o programa após a saída dos médicos cubanos no final de 2018. E para falar mais sobre assunto eu conversei com coordenadora do da comissão estadual do programa mais médicos Idvani Braga.

Coordenadora: Olha, nós temos a previsão de chegar hoje no Estado do Piauí, 34 médicos, que são aquelas vagas remanescentes que ficaram ainda da reposição das vagas dos médicos cubanos, que tinha ainda 23 municípios que ainda não havia recebido, não foram preenchidas pelos médicos CRM Brasil. Então esses 34 médicos estão chegando hoje para repor essas vagas nesses municípios. Eles estavam em Brasília. Eles estavam fazendo uma capacitação em Brasília. Antes que eles assumam eles passam por treinamento para conhecer o programa de atenção básica, conhecer cursos, conhecer nosso sistema único de saúde, já que eles foram formados foram, como funciona nosso sistema único de saúde.

Repórter: Quais os municípios que vão ser beneficiados?

Coordenadora: São 23 municípios: Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Baixa Grande do Ribeiro [...].

Esta reportagem é um bom exemplo de que assuntos veiculados no radiojornal remetem a algo mais amplo, a fatos que não estão restritos ao que acontece na capital. Essa representatividade de temáticas com caráter regional demonstra uma tentativa de alcançar um público variado, bem como o interesse de o radiojornal cobrir, trazer informações que reverberam para além de Teresina, sede da emissora, visto que a própria Universidade tem outros *campi* pelo Estado. São notícias com informações de diversos municípios do Estado. Assim, a capital Teresina, muitas vezes, pode nem estar vivenciando noticiado a respeito de outros municípios, como um rompimento de barragem, por exemplo, no entanto, a notícia interessa a todo o Estado ou mesmo a algumas de suas regiões.

5.3.2 Alcance/Abrangência Local

A respeito de notícias locais, primeiramente, destaca-se que o termo local, assim como regional, não é definido de modo absoluto. Para além de discussões midiáticas, Bourdin (2016) entende que a localidade é uma construção que leva em conta história ou critérios técnicos, mas também, diz respeito a traços comuns. A localidade, ainda segundo Bourdin (*apud* VOLPATO 2016, p. 5), “[...] exprime a proximidade, o encontro diário, em outro ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas [...]”. Ou seja, o local não diz respeito apenas ao demarcado, mas a uma ideia de se tornar pontos em comum, muito mais que o espaço geográfico. Peruzzo (2005, p. 74), por sua vez, destaca esses aspectos extraterritoriais, que ajudam a formar esses espaços:

Para lá das dimensões geográficas surge um novo tipo de território, que pode ser base cultural, ideológica, idiomática, de circulação da informação etc. Dimensões como as de familiaridade no campo das identidades histórico-culturais (língua, tradições, valores, religião etc.) e de proximidade de interesses (ideológicos, políticos, de segurança crenças etc.) são tão importantes quanto as de base física.

É através desses compartilhamentos de interesse, dessa proximidade que muitos meios de comunicação desenvolvem suas programações, com assuntos de cunho local (trânsito, comércio, festas, eventos etc.). O rádio, portanto, é um desses meios, como afirma Peruzzo (2005, p. 69):

Historicamente o jornal e a televisão, ao nascer, atingem apenas um raio de abrangência local ou regional, alguns destes meios de comunicação desenvolvem seu potenciais de alcance nacional ou internacionalmente, outros permanecem locais. O rádio, por exemplo, é eminentemente local, embora possa percorrer longas distâncias.

Como exemplos de pautas locais, onde o local é capital Teresina, sede da emissora, identificou-se a entrevista sobre “ações alusivas ao dia de combate à Tuberculose”, 23.03.2019; “Oferta de curso da Fundação Wall Ferraz em Teresina”, 26.03.2019; “Prefeito Firmino Filho participa de audiência no Senado”, 27.03.2019; Ainda no dia 27.03.2019, “SDU Leste realiza monitoramento em Teresina em ‘ação rota das chuvas’”; “Famílias são removidas pela defesa civil em Teresina”, 28.03.2019; “Unidade Básica do bairro Poti Velho desenvolve projeto de saúde mental com idosos, 29.03.2019”; Como exemplo ainda, em 2018: “Projeto Vila bairro segurança, 21.05.2018 que traz:

Repórter: Na madrugada desta segunda-feira, foi realizada a 6ª edição do Projeto Vila Bairro, que percorreu os 13 bairros da região do Lagoas do Norte, zona Norte da capital. O Secretário da SEMCASPI - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas Samuel Silveira fala do saldo da operação.

Samuel Silveira: Nós tivemos várias abordagens e a abordagem natural com a finalidade para área. O programa é para coibir o consumo de bebida alcoólica para o menor. Houve a condução de 2 pessoas, 1 indivíduo por estar descumprindo as condições de liberdade condicional e uma outra pessoa por estar desacatando os funcionários que lá estavam. Houve apreensão de: droga, craque, maconha. E essas fiscalizações normais referentes ao código de postura.

Repórter: A operação contabilizou ao todo 245 abordagens. As equipes realizaram ainda: interdição de um salão de festa, com outras 5 abordagens a bares; 4 notificações por venda de bebidas à adolescente; e 2 atos de infração por ocupação irregular de espaço público. O Secretário Samuel Silveira destacou a importância do projeto para os Bairros atendidos pelo Vila Bairro Segurança.

São notícias que têm relevância direta aos teresinenses e a qualquer cidadão que resida na cidade de Teresina. No caso da notícia em destaque, repercutem a teresinenses moradores dos bairros afetados pela operação. Destacam-se ainda, enquanto notícias locais, “Paralisação de servidores municipais”, 24.05.2018; “Construção de viaduto em Teresina, 22.05.2019; “Frota de ônibus de Teresina fica sem combustível”, 25.05.2018.

Ao ter em sua maioria assuntos de cunho local/regional, o radiojornal demonstra uma preocupação em explorar demandas que se adequem ou se aproximem do ouvinte, ora da capital, ora de outros municípios do Estado. Sobre essa abrangência dos temas que se tornam pauta para o radiojornal 1ª edição, o apresentador Rodrigo Carvalho Sousa (2019) afirma: “A prioridade é Teresina, depois vem o Piauí, depois a gente pensa em pautas nacionais que repercutem aqui” (SOUSA, 2019). Embora o entrevistado ressalte ser a capital Teresina prioridade, os números aqui apresentados dão conta de maiores abordagens de temas regionais no radiojornal da UFPI.

5.3.3 Alcance/Abrangência nacional e global

A respeito das pautas nacionais e globais trabalhadas no radiojornal, observa-se que nenhuma pauta com tema global fora identificada em alguma das edições analisadas. Já em relação a temáticas nacionais, o apresentador e editor-chefe do radiojornal, Rodrigo Carvalho

Sousa, esclarece de onde surgem essas pautas para o radiojornal, assim como elas são trabalhadas: “vejo alguns sites nacionais, porque algumas notícias nacionais que repercutem, a gente transforma em matérias locais” (SOUSA, 2019).

Das produções analisadas, foram identificadas algumas reportagens que exploraram temas nacionais pelo menos de duas maneiras: o assunto é apresentado sem que haja algum tipo de diálogo ou aproximação com as questões locais ou regionais, visto que são apenas inseridas no conjunto de notícias transmitidas de forma independente, como exemplo: “A soltura do ex-presidente Michel Temer”, 26.03.2019. Nesta matéria o repórter apenas cria um *off* sem sequer trazer fontes para ilustrar o tema, aborda apenas a decisão da justiça, que manda soltar o presidente e faz uma recapitulação, para o ouvinte, do motivo da prisão do Ex-presidente.

Outra produção que pode ser ainda exemplificada foi veiculada em 29.03.2019, “Pacote de ajuda aos Estados”, que traz apenas uma sonora do ministro Paulo Guedes, retirada de entrevista coletiva concedida em Brasília. Na fala do ministro, tem-se algumas informações sobre a ajuda aos estados; e um outro complemento sobre o tema no *off* do repórter. Desse modo, não ratificam o que afirma o apresentador Rodrigo Carvalho Sousa.

De outro modo, temas/pautas que *a priori* não são oriundas da capital Teresina, nem ao Estado do Piauí, são trabalhadas a partir de algum elemento local ou regional, trazendo proximidade ao ouvinte. São exemplos de temáticas que têm repercussão em nível nacional e trabalhadas com elementos de modo a trazer proximidade: “Pagamento da Contribuição Sindical”, 25.03.2019, onde se entrevista o representante da CUT (Central Única de Trabalhadores) no Piauí; entrevista em 25.03.2019, sobre “Solicitação de aposentadoria no INSS”, com o chefe de serviços do órgão no Estado, William Machado; E ainda, a entrevista “Aprovação no Senado de lei que estabelece o prazo de 24 horas para que casos de violência contra mulher sejam notificados”, tendo como fonte o promotor de justiça do Estado do Piauí Francisco de Jesus. E ainda “Câmara dos deputados aprova projeto de lei que permite à vítima de violência doméstica solicitar ao juiz a decretação imediata do divórcio” e traz como fonte para falar sobre o tema uma advogada.

Portanto, através dessas fontes locais consegue-se trazer proximidade ao ouvinte de temas que abrangem ao cenário nacional, ou seja, não são questões peculiares da cidade ou da região, mas incidem sobre essas. Por fim, sendo essas produções trabalhadas com referências que dialogam ou são produzidas com temas locais/regionais, avalia-se que a produção diária do Radiojornal 1ª edição da FM Universitária da UFPI, nesses pontos, vai ao encontro do que normatiza a portaria 3.238/2018, bem como a própria Constituição Federal de 1988, em seu

artigo 221, inciso III, ao atender um dos princípios da radiodifusão educativa que é a preferência à produção local e regional. Pois, sendo ligada à EBC, poderia apenas veicular das produções daquela, sem se preocupar em adequá-las a elementos locais/regionais, no entanto, a FM Universitária busca construir sus próprias produções, ainda que tratem de temas de cunho nacional.

5.3.4 Alcance/Abrangência Institucional

Sobre as produções em que a própria Universidade Federal do Piauí é pauta, apenas uma entrevista foi dedicada a tratar de tema específico à UFPI, alcançando, assim, um percentual de 1,38%, dos 72 formatos analisados. Trata-se de uma entrevista sobre “Eficiência de recursos na UFPI”, em 27.03.2019, cujo entrevistado é o Coordenador da Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Piauí (Essa entrevista, traz informações técnicas a respeito de recursos e tratamento de dados sobre esses recursos na Instituição). Tema estritamente ligado e direcionado à UFPI, sem interesse imediato ao público geral.

Tendo sido identificada apenas uma produção dedicada à UFPI, por um lado, constata-se que o Radiojornal 1ª edição não é utilizado para informar sobre assuntos da Universidade, no que diz respeito aos atos da reitoria, ou de outros órgãos que compõem a UFPI. Por outro lado, o radiojornal não vem divulgando temas científicos ou pesquisas realizadas em alguns dos *campi* da Universidade, por exemplo. Desse modo, não vem corroborando com o que é normatizado nos princípios e fins da radiodifusão educativa, constante na Portaria 3.238/2018, que traz em seu artigo 3º, inciso II:

Art. 3º As emissoras executantes dos serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, deverão atender, em sua programação, aos seguintes princípios e objetivos:

II - cooperação com os processos educacionais e de formação crítica do cidadão para o exercício da cidadania e da democracia, em especial mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates;

Sobre essa escassez de assuntos que poderiam ter temas voltados à educação ou a pesquisas, cuja fonte fosse a própria UFPI, o apresentador e editor-chefe Rodrigo Carvalho Sousa admite que não há um trabalho voltado para cobrir pautas que envolvam a UFPI e afirma que: “Dentro do jornal, não temos. A gente precisa melhorar e estreitar o laço interno [...]”

(SOUSA, 2019). Sendo a UFPI local de produção científica e oferecendo além dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, serviços à comunidade, como na área de saúde, educação, dentre outros, poderia existir uma atenção maior a esses temas, principalmente, em relação às produções científicas, educativas e culturais produzidas pela Instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enveredar pelo estudo do rádio, em específico do segmento Universitário, passa por um mergulho em autores que trabalham a notícia, a linguagem e a história do rádio no Brasil. Passa, ainda, pelo ordenamento jurídico, no que toca à questão da Radiodifusão no país. Esse caminho é necessário, primeiramente, para construir, de forma gradativa, um texto que traga momentos da história do rádio no Brasil e, ainda, um apanhado de conceitos e discussões a respeito do que faz e diferencia uma rádio pública, educativa ou universitária, para, por fim, analisar, à luz dessas leituras, como se constrói o conteúdo noticioso do Radiojornal 1ª Edição da FM da UFPI.

Para um melhor entendimento sobre a radiodifusão no Brasil se fez necessário discorrer sobre normativos que regulamentam seu funcionamento e definem os tipos de sistemas que podem ser autorizados para atender determinadas finalidades. Assim, considerou-se a radiodifusão comercial e pública até se chegar ao sistema educativo e, enfim, ao segmento universitário. Para se ilustrar tais pontos, utilizou-se Leis, Decretos e Portarias, em especial, as que tratam da radiodifusão educativa (Portaria 651/1999; Portaria 3.238/2018). Pela revisão da literatura, resta claro que a lei brasileira é lacunar sobre o segmento universitário, principalmente pela falta de leis posteriores que regulamentam alguns pontos constitucionais, ou ainda pela falta de algumas definições legais, sobre, por exemplo, o que seria considerado uma rádio pública? E o que seria uma rádio de segmento Universitário? E de outro ponto, qual o papel de uma rádio universitária para sociedade?

De fato, apenas neste trabalho não é possível oferecer respostas definitivas para essas perguntas, mas a intenção maior é fazer esta reflexão a respeito dos temas colocados. No mais, os dados que se encontram disponíveis sobre o segmento universitários são resultantes de pesquisas ou catalogações produzidas por estudiosos ou entidades que se interessam por pesquisar ou porque trabalham em rádios universitárias, porém, em geral, esses dados são escassos e esparsos. O próprio surgimento e história da emissora da UFPI é um exemplo. Com isso, o que se apresenta no país, são rádios Universitárias que em comum têm a vinculação a

alguma universidade. No caso dessa dissertação, o vínculo da emissora em análise é a Universidade Federal do Piauí. De resto, não tem um plano que uniformize questões básicas dessas emissoras para suas práticas. Além disso, a legislação generaliza a nomenclatura “educativa” para qualquer segmento (Estatais, Universitário). Legislação essa que nem sempre é conhecida ou executada pelos profissionais que compõem essas emissoras, como se pôde verificar na FM Universitária da UFPI.

Na (re)construção da história do segmento de rádios universitárias, em particular a respeito da FM Universitária 96,7 da UFPI que é objeto desse trabalho, foram coletadas informações em documentos, pesquisa de campo e entrevistas sobre sua criação e os programas desenvolvidos pela emissora. Destacando-se, ainda, a sua função na prática discente, uma vez que a rádio é utilizada como laboratório para os alunos do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFPI, onde muitos deles têm através da emissora o primeiro contato com a prática jornalística, no caso o jornalismo de rádio.

Buscou-se ao mesmo tempo trabalhar a notícia no rádio brasileiro, da utilização dos jornais impressos enquanto fontes, até a prática de um jornalismo próprio de rádio, atendendo e utilizando as possibilidades do meio. Momento do trabalho em que também foi possível trazer à baila, ainda que de forma breve, informações sobre o rádio no Piauí: suas primeiras emissoras e jornais falados. Compreendendo o processo de desenvolvimento da prática jornalística e do processo de produção da notícia de rádio, partiu-se, então, para questões relacionadas à linguagem, gêneros e formatos, que passam a ser desenvolvidos no rádio.

Colocados esses apontamentos, apresentou-se o Radiojornal 1ª Edição e os critérios de notícia trabalhados na FM Universitária da UFPI. De acordo com os participantes da emissora, especificamente, do radiojornal, o que se busca é fazer uma rádio diferenciada, um radiojornal reflexivo. De acordo com os entrevistados Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes e Rodrigo Carvalho Sousa, não há internamente nenhuma diretriz explícita (manual ou documento) que sirva de regra de produção das reportagens veiculadas pela FM Universitária da UFPI, mas que se baseiam pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e que entendem que estão em uma rádio pública, por isso fariam um jornalismo diferenciado.

Com a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), em concomitância com a metodologia do Estudo de Caso e da História Oral, verificou-se nas amostras, limitadas no tempo de duas semanas e na quantidade de 10 programas analisados, que há uma produção própria de conteúdos da emissora e que se busca veicular não apenas notas, mas ainda reportagens e entrevistas, tornando efetiva a produção de conteúdos próprios da emissora. No

entanto, em relação ao modo de construção dessas produções, identifica-se que as editorias trabalhadas pelo radiojornal, são construídas a partir da cobertura de acontecimentos diversos e demonstram uma preocupação em trazer os fatos, sem maiores interpretações. São privilegiadas, ainda, as editorias de Política, Polícia, Esporte, Saúde, além de assuntos gerais. Não há, por exemplo, ou não se vislumbram no radiojornal editorias de Educação e Cultura, por exemplo. Pouco se trabalha assuntos temas voltados para a Educação, a Ciência, a Cultura ou o Meio Ambiente; ou seja, não se fazem predominantes para o radiojornal da FM da UFPI, sendo exploradas de forma aleatórias. A respeito de uma possível editoria de Educação, o editor-chefe e apresentador do radiojornal, Rodrigo Carvalho Sousa, afirma não haver algo diretamente a respeito, embora busquem noticiar quando alguma demanda aparece e que consideram tratar de educação, como, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O noticiário esportivo também é destaque no radiojornal, estando presente em todas as edições analisadas. Já a editoria Policial que, *a priori*, poderia não se fazer presente em uma rádio educativa, é trabalhada, trazendo informações sobre prisões e apreensões diversas. Nesse ponto, a emissora se assemelha a rádios de cunho privado, comercial, tanto pelos temas que, como já mencionado anteriormente, são pautados pelo que está sendo noticiado em outros veículos de comunicação (como portais de notícias na *internet*); bem como pela forma como estes são tratados, sem que haja uma preocupação em dar a essas produções (reportagens ou entrevistas) atributos educativos ou instrutivos, almejado nos normativos destinados à radiodifusão educativa. Ressalta-se que, apesar de não existir uma legislação específica para rádios universitárias, mas sendo ela de outorga Educativa, compreende-se que a FM Universitária deveria seguir as mesmas diretrizes e as normas destinadas para esse tipo de outorga.

Os temas trabalhados nessas editorias também são diversos. Sobre este aspecto, os entrevistados que possuem envolvimento direto na produção do radiojornal – a bolsista Fernanda Sales e o apresentador e editor-chefe Rodrigo Carvalho Sousa e o diretor da emissora – destacam que isso acontece em virtude da liberdade e da autonomia que é dada para a produção de conteúdo, respeitando sempre a ideia de rádio pública. Temas Institucionais ou de assessoria, que dizem respeito ao ambiente interno da Universidade Federal do Piauí não se fazem presentes na rotina do Radiojornal 1ª edição. De certo modo este comportamento pode ser visto como positivo, pois mostra que a emissora não serve de assessoria para Instituição, divulgando *releases* ou feitos da reitoria, por exemplo. No entanto, poderia trazer as produções

científicas, serviços e outras temáticas que são oferecidas e realizadas pela UFPI e que servem de algum modo diretamente à comunidade em geral.

A respeito das fontes consultadas, em sua maioria, são fontes oficiais, seguidas das primárias. Estas, muitas vezes, não são contempladas em todas as matérias. Parte das matérias se faz apenas com fontes oficiais ou mesmo sem alguma fonte. Outro ponto que chama atenção é a baixa representatividade de especialistas em determinados assuntos, apesar de a rádio estar ligada a um dos grandes polos de saber do Estado, a Universidade Federal do Piauí.

Em relação a abrangência, alcance do conteúdo veiculado, vê-se que o conteúdo noticioso trabalha pautas de abrangência local e regional, em sua maioria. Ou seja, as pautas trazidas no radiojornal não se restringem à capital. Além, disso, temas que tenham repercussão no cenário nacional estão presentes em seu conteúdo noticioso, ora inseridos com algum elemento local (fontes, por exemplo), ora sem essa proximidade. E ainda que, em algumas produções identificadas como especiais, verifica-se um melhor trato tanto nas temáticas, quanto na forma como estas são produzidas, primando-se por produções com variedade de fontes e ilustradas a partir de experiências locais (como fontes e cenário local/regional); no entanto, mesmo essas produções especiais, não conseguem trazer uma abordagem reflexiva e crítica plena, muito menos instrutiva. Ou seja, fogem do papel instrutivo, enfatizado nas Portarias 3.238/2018 e 651/1999. E como ressaltado, ao longo dessa dissertação, essas produções aparecem de forma esporádica, sob o título de especiais. Portanto, tanto na ausência planejada e fixa de algumas editorias como na forma de trabalhar os conteúdos, o radiojornal 1ª edição não apresenta de forma satisfatória o que se espera de uma rádio com fins educativos. Isso pode ser resultante da ausência de uma legislação direta, específica para essas emissoras, bem como pela ausência de um plano de gestão/orientação para rádios Universitárias como um todo.

Nesta perspectiva, foi possível, longe de qualquer fechamento do tema aqui proposto, levantar discussões importantes a respeito de como estão sendo utilizados os meios de comunicação financiados e vinculados a instituições públicas. Meios de comunicação que podem e devem servir como mecanismos e difusão de conhecimento, reflexão, assim como se propõe na legislação para radiodifusão educativa. As rádios Universitárias, mais que um laboratório para cursos de Comunicação, têm legalmente, um papel maior: ampliar conhecimentos, difundir, por meio de seus programas, sejam qual for o gênero, esse caráter de instruir, educar. Esses normativos precisam ser mais difundidos e conhecidos para que se possa na prática executá-los e proporcionar alguma contribuição para formação crítica do cidadão.

REFERÊNCIAS

- ALBERTIN, Daniela Oliveira. Educação pelo Tempo do Rádio: Desafios e Perspectivas. 2016. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Nove de Julho, São Paulo.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed, Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.
- ALVES, Rosental Calom. Radiojornalismo e a linguagem coloquial. In: MEDITSCH, Eduardo (org). **Teorias do Rádio**. Volume I, Florianópolis: Insular 2005.
- ASSIS, Francisco de. **Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos**. Revista Alceu - v. 11 - n.21 - p. 16 a 33 - jul./dez. 2010 Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- ARAÚJO, Marcos. FRANÇA, Erick. Pernambuco de volta a falar para o mundo – A evolução tecnológica da Rádio Jornal do Commercio. In: **9º Encontro Nacional de História da Mídia. 2013**. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/pernambuco-de-volta-a-falar-para-o-mundo-a-evolucao-tecnologica-da-radio-jornal-do-commercio>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- BALSEBRE, Armand. A linguagem Radiofônica. In: MEDITSCH, Eduardo (org). **Teorias do Rádio**. Volume I. Florianópolis: Insular,2005.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. 2 ed. São Paulo: paulinos,2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977, 229 p.
- BAUMWORCEL, Ana. Mídia Sonora em 4 dimensões. Desafios do Rádio Educativo no Brasil. In **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2011**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2601-1.pdf>Acesso em: 13 abr 2019.
- BAUER , Martin W et al. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <<https://archive.org/details/BAUERM.W.GASKELLG.PesquisaQualitativaComTextoImagemESom/page/n1>>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- BESPALHOK, Flávia Lúcia Bazan. O legado de Carlos Palut ao ensino do Radiojornalismo. In **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0788-1.pdf>>. Acesso em: 12 jul 2019.

BESPALHOK, Flávia Lúcia Bazan. Surgimento e desenvolvimento da reportagem na Emissora Continental do Rio de Janeiro (1948-1964). 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, São Paulo.

BETTI, Juliana Cristina Gobbi. A especificidade das redes de rádio all-news brasileiras: os casos da CBN e da BandNews FM. 2009. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BOURDAIN, Alain. IN: VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Entre o regional e o local: tecnologias móveis e novas perspectivas no jornalismo de proximidade. **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016**. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1200-1.pdf> > Acesso em: 10 mar. 2019.

BUCCI, Eugênio. **Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil**. Eptic Online, Aracaju, v. 15, n. 2, p. 13, Disponível em: monografia/bucci.pdf Acesso em: 30 mar 2019.

BLOIS, Marlene. Educação a distância via rádio e tv educativas: questionamentos e inquietações. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun.1996. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+a+dist%C3%A2ncia/0e297d50-855a-4840-a16f-853d162ac327?version=1.3>>. Acesso em: jun. 2019

_____. Rádio educativo no Brasil: uma história em construção. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003**. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/pdfs/125264023715941274770374088408981912085.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Constituição, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 mar 2019.

BRASIL. Código *Brasileiro de telecomunicações. Lei 4117 de 27 de agosto de 1962 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm acesso em: 12 jan 2019.*

BRASIL. Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931, de 1 de maio de 1943 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 jan 2019

BRASIL. Decreto nº 21.111, de 1932, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html> Acesso em: 10 jan 2019

BRASIL. Portaria nº 4335 de 17 de setembro de 2015. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis/27023631/PORTARIA_N_4335_DE_17_DE_SETEMBRO_DE_2015.aspx Acesso em: 15 jan 2019.

BRASIL. Portaria nº 661 de 15 de abril de 1999. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc/345250/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_651_DE_15_DE_ABRIL_DE_1999.aspx Acesso em: 15 jan 2019.

BRASIL. Portaria nº 3238 de 20 de junho de 2018. Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/comunicacao/arquivos/Radiodifusao_educativa/Legislacao/Portaria-3238-de-20-de-junho-de-2018-Versao-SEI.pdf Acesso em: 20 mar 2019

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Comunicação. Espaço Radiodifusor. <<https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/index.html>> Acesso em: 11 mar. 2019.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev bras enferm**, Brasília (pdf) 2004 set/out;57(5):611-4/ disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf> acesso em: 04 mar 2019>. Acesso em: 10 out 2019.

CALEBRE, Lia. Rotativas no ar: Radiojornalismo. **Revista Eco-Pós** v 8,n 2, agosto-dezembro 2005, pp 30-45. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download> Acesso em: 14 mai. 2019.

CARLOMAGNO, Márcio e Rocha, Leonardo Caetano da Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>>. Acesso em: 12 mar. 2019

CARTA DE PRINCÍPIOS DE 2004. ARPUB – Disponível em: <https://arpub.wordpress.com/arpub/carta-de-principios/> Acesso em: 12 jan. 2019

CARVALHO, Lucas Borges de. A política da radiodifusão no Brasil e seu marco legal: do autoritarismo ao ultraliberalismo. rda – **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 245-277, set/dez. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/14084/12952>> Acesso em: 15 mar. 2019.

COSCIONI, Fernando José. Richard Hartshorne -Trajetória e obra. **Terra Brasilis (nova série)**. São Paulo, p.9, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2332> Acesso em: 17 dez 2019.

DEUS, Sandra de. Rádios Universitárias Públicas: compromisso com a sociedade e com a informação. **Revista Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 327-338, jul./ dez. 2003 Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/04/pdf_484c6fc509_0004804.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CURADO, Camila Cristina. BIANCO, Nélia Rodrigues Del. O Conceito de Radiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros. **XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0802-1.pdf>>. Acesso: 02 abr.2019.

DELMANTO, Renato. **Crêterios de noticiabilidade na “Voz do Brasil”**. 2014. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/Jornalismo-e->

Contemporaneidade-Um-Olhar-Cr%C3%ADtico Crit%C3%A9rios-de-noticiabilidade-na-Voz-do-Brasil.pdf>. Acesso: 21 mar 2019.

ESPAÇO RADIODIFUSOR. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencvms/comunicacao/SERAD/radiofusao/index.html>
Acesso em: 11 mar 2019.

FARIAS, Karina Woehl de; Zuculoto, Valci Regina Mousquer. Ondas de mudança no rádio: do surgimento à migração do AM para FM. **Rádio-Leituras**. Vol 8, Num 02 Edição Julho – Dezembro 2017 Disponível em: <<http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras>>. Acesso em: 17 set.2019.

FERRAZ, Nivaldo. Reportagem no rádio: realidade brasileira, fundamentação, possibilidades sonoras e jornalísticas a partir da peça radiofônica reportagem . 2016 Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.

FERRARETO, Luiz Artur. Radiojornalismo no Brasil: do noticiário à convergência, alguns fragmentos históricos. In: **70 anos de radiojornalismo no Brasil 1941-2011**. Rio de Janeiro: EdUERJ,2011.384p.

FERREIRA, Gonçalo Costa. Redes Sociais de informação: Uma História e um Estudo de Caso, perspect. ciênc. inf. vol.16 no.3 belo horizonte july/sept. 2011. < disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/13.pdf> >. acesso em: jul 2019.

FOSCHINI, Ana Carmen *et al.* Coleção conquiste a rede – jornalismo cidadão – você faz a notícia Por A. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000098.pdf> acesso em: 16 set 2019.

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. Galaxia, São Paulo, n 24,p.12, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939> Acesso em: 25 out 2018

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade**, 2002. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_713.pdf>. Acesso em: 22 dez 2019.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: procedimentos e possibilidades**. Associação editorial Humanitas, 2006.

FREITAS. Wesley R. S. JABBOUR, Charbel J. C.; Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de Pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560>>. Acesso em: 15 jun 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 edição São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. — 3. ed. — São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n2, p 57-63.mar-abr 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> . Acesso em: 20 set 2019.

GOMES, Antônio José; SANTOS JÚNIOR, Luiz de Sousa. Histórico da Universidade Federal do Piauí. In: SILVA, Ariosto Moura da et. al. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação no Campo**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

HAYE, Ricardo. Sobre o discurso radiofônico. In: MEDITSCH, Eduardo (org). **Teorias do Rádio. Volume I**. Florianópolis: Insular, 2005.

HISTÓRIA DA FM UNIVERSITÁRIA. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/15282-salipi-professor-cineas-santos-debate-sobre-cultura-e-cidadania>> Acesso em: 04 out 2017.

JENKIS, Henry. **Cultura de Convergência**. Editora Aleph, 2009.

JUNG, Milton. **Jornalismo de Rádio**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KREUTZ, Lúcio. Os Movimentos de Educação Popular no Brasil, de 1961-1964. 1979. Dissertação (Educação- Fundação Getúlio Vargas).

KROTH, Maicon Elias. Radiomorfose as mutações das rotinas produtivas das Rádios TSF e Renascença, de Lisboa, PT. **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Vol 13 nº1. Jan a jun de 2016.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 6ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Teoria e Técnica de Reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. 2003.

LAKATOS, Eva Maria et al. **Fundamentos da metodologia Científica**. 5 ed. Atlas. São Paulo, 2003.

LEAL FILHO, Laurindo. Ascensão e queda da comunicação no Brasil. **Revista do Brasil**, ed. 132. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/132/ascensao-e-queda-da-comunicacao-publica>> . Acesso em: 10 dez. 2018.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira et al. **Projeto CNE/UNESCO 14brz1142.3 desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade - educação a distância na educação superior**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16510-produto-01-estudo-analitico&Itemid=30192%20pag%2023>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3: Sociabilidade, Cultura e Cotidiano em Teresina (1948 – 1962)**. 2007. Mestrado (História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

_____. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3: Sociabilidade, Cultura e Cotidiano em Teresina (1948 – 1962)**. 1.ed, Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2017.

LOPES, Cristiano Aguiar. **REGULAÇÃO DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**. 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema4/2011_63.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017

LOPES, Paulo Fernando de Carvalho. Entrevista 2 [dez. 2019]. Entrevistador: Urziana de Moraes. 2019. 1 arquivo. Teresina, 2019. (35 min.). Apêndice 3 dessa dissertação.

LOPEZ, Debora Cristina. **O repórter Esso e as sínteses radiofônicas contemporâneas**. In: **70 anos de radiojornalismo no Brasil 1941-2011**. Rio de Janeiro: EdUERJ,2011.384p.

_____. **Radiojornalismo hiper midiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica**. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Bahia.

LUCAS JÚNIOR, Afrísio. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Mídia e Cultura) - Faculdade de Comunicação, Educação e Turismo (UNIMAR), Marília, 2009.

MANIFESTO PELA CRIAÇÃO DA REDE DE RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: <<https://radioterceiroandarufmg.wordpress.com/manifesto-pela-criacao-da-rede-de-radios-universitarias-do-brasil/>>. Acesso em: 30 nov. 2018

MARTINEZ, Monica. O Uso da Análise de Conteúdo em Jornalismo: pesquisas feitas com o método na Intercom de 1996 a 2012. **XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014**

MEDEIROS, Rafael; TEIXEIRA, Nísio. As rádios universitárias públicas como espaços para formação complementar. **Revista PASSAGENS** - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará Volume 9. Número 1. Ano 2018. Páginas 76-90. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/passagens/article/view/39730/95736> Acesso em: 12 abr 2019.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32,1999.Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>Acesso em: 14 fev 2019.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História e memória: o rádio por seus locutores. **Revista Fênix** Revista de História e Estudos Gerais. Vol 3, ano III, nº 4 , 2006. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF9/3.Artigo.Francisco_Alcides_do_Nascimento.pdf> . Acesso: 30 ago.2019.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana (Org). **A informação no rádio**. São Paulo: Summus, 1985.

_____. **Radiojornalismo no Brasil: dez estudos regionais**. São Paulo, Com-arte, 1987.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história**. REVISTA USP, São Paulo, n.56, p. 66-85, dezembro/fevereiro 2002-2003. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em: 20 mar 2019

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. Ed Contexto, São Paulo , 2006

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. O serviço de radiodifusão pública brasileiro no contexto da cultura da conexão. **Revista Rádio- Leituras**. Vol 7, nº01 Edição Janeiro – Junho 2016. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/537d/4e971ebf8e53b20d853b8792c8ca2e33a08c.pdf?_ga=2.56298413.748525035.1570057284-1591219449.1570057284 >. Acesso em: 20 jun. 2019.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. Editora: Zodíaco. Teresina, 1997.

PERUZZO, Cecília. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a.26. n43, p.67-84, 1º.sem. 2005. Disponível em: www.metodista.br

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PDI) 2015- 2019. Teresina: EDUFPI, 2015. Disponível em: http://Ufpi.Edu.Br/Arquivos_Download/Arquivos/Pdi%20%202015_2019%20ufpi%20ultima%20versao.Pdf > Acesso em: 02 mar. 18

PRADO, Emilio. **Estrutura da informação radiofônica**. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1989.

RAMOS, Alessandra Natasha Costa. **A Democratização da Mídia: O papel da blogosfera na democratização da comunicação**. 2014. Tese (Trabalho de Conclusão do Curso “Mídia, Informação e Cultura”, do Centro de Estudos Latino-Americanos em Cultura e Comunicação (CELACC)- Universidade de São Paulo.

REIS, Clóvis. A identificação e a classificação dos gêneros jornalísticos no rádio a partir das características da linguagem radiofônica. **In XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, 2010**

RÊGO, Isabela Naira Barbosa. Identidades culturais teresinenses: um estudo da recepção do programa “Painel da Cidade” da rádio pioneira de Teresina. 2016. Dissertação (mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Piauí, Teresina.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios. **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB 2006**. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0905-1.pdf>

SAID, Gustavo; RUFINO, Raquel de Holanda. Radiojornalismo Esportivo no Piauí: do surgimento ao auge. **V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo 2007**. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/sonora/article/view/635>

SALES, Fernanda. Entrevista 3 [dez. 2019]. Entrevistador: Urziana de Moraes. 2019. 1 arquivo. mp3 Teresina, 2019. (10 min.). Apêndice 4 dessa dissertação.

SANTOS NETO, Helena Iracy Cerquiz. Análise do discurso radiofônico: o acontecimento apagão em Florianópolis. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2015.

SILVA, Gislene. Valores-notícia: atributos do acontecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade I). **Estudos em Jornalismo e Mídia** Vol. II nº 1 - 1º Semestre de 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>. Acesso em: 12 mai. 2019.

SOBRINO, Miguel Ángel Ortiz. Radio y post-radio en españa: una cohabitación necesaria y posible. **Revista Área Abierta** vol 12. N 2 julho 2012. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ARAB/article/view/39637/38138>. Acesso em: 21 set. 2019.

SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. Ressonâncias dos experimentos radiofônicos em Parnaíba: das amplificadoras à rádio pirata. **Revista do departamento de História e do Programa de pós-graduação em História do Brasil da UFPI-Teresina**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download>. Acesso em: 13 set. 2019.

SOUZA, Iara Soldi de; SOUZA, Carlos Alberto. **O poder do rádio na era da Educação à distância**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/53200713528PM.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

SOUSA, Rodrigo Carvalho. Entrevista 1 [dez. 2019]. Entrevistador: Urziana de Moraes. 2019. 1 arquivo. mp3 Teresina, 2019. (18 min.). Apêndice 2 dessa dissertação.

SPENTHOF, Edson Luiz. A importância das rádios e TVs universitárias como laboratórios. **Comunicação e Informação**. Revisa do programa de pós-graduação em Comunicação- UFH. v.1, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/22755/13543> Acesso em: 20 dez 2018.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do Marketing Digital**. São Paulo: Editora Novatec, 2009.

THIBES, Fábíola Raphaela. A produção jornalística em webrádios públicas catarinenses: os casos da rádio AL e da rádio Ponto. 2014 Mestrado (Jornalismo - Universidade Federal de Santa Catarina) Florianópolis. Disponível em:

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. 2 ed. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005, p. 152.

TRIVIÑOS, Augusto N s. **Introdução à Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPI INAUGURA RÁDIO UNIVERSITÁRIA FM UFPI 96,7 MHZ. DISPONÍVEL em: <https://180graus.com/geral/ufpi-inaugura-radio-universitaria-fm-ufpi-967-mhz-455991>. Acesso em: 12 jul. 2018).

VERGARA, Sylvia Costant. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

VICENTE, Eduardo. **Gêneros e formatos radiofônicos**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4675477/mod_resource/content/2/Gêneros%20Radiofônicos.pdf> Acesso em: 20 mar. 2019.

VILHENA, Paulo. **Entrevista à Rede Meio Norte Sobre inauguração Da Rádio Universitária**. Disponível em < <https://www.meionorte.com/videos/reitor-da-ufpi-inaugura-radio-universitaria-5823>> Acesso em: 02 mar. 18.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Entre o local e o regional: tecnologias móveis e novas perspectivas no jornalismo de proximidade. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo, 2016**.

ZAGO, Gabriela. Sites de Redes Sociais e Jornalismo: Explorando a percepção dos usuários sobre a circulação jornalística no Twitter e no Facebook. **Revista Novos Olhares**. São Paulo, V.2. n 2, 2012.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras. Tese (doutorado em Comunicação Social) Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre ,2010.

_____. Raízes e transformações no modelo de notícias para rádio In: MOREIRA, Sônia Virgínia (org). **70 anos de radiojornalismo no Brasil 1941-2011**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer; FARIAS, de Karina Woehl. Apontamentos históricos sobre o rádio AM no Brasil: uma periodização em ondas de mudanças até a migração para o FM. **ALCAR- XI Encontro de História da Mídia- São Paulo, 2017**.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. A história do Rádio Público no Brasil: um resgate pela linha do tempo. **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE 2011**.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editora Presença. 1999. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9_gW1Y7OWJTeGp5LVJjcFU/view>. Acesso em: mar. 2018.

YIN, K Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 -MODELO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR DA EMISSORA

1. Qual o seu vínculo com a Universidade? (sua formação)
2. Há quanto está na rádio e em específico na direção da Rádio?
3. Conhece o surgimento da emissora?
4. A rádio tem um setor específico para o jornalismo? Quando surgiu?
5. Quem participa?
6. O senhor participa da rotina de produção? De que forma?
7. Como se seleciona estagiários?
8. Há rádio serve de laboratório para o curso de comunicação? De que forma?
9. A rádio é vinculada a universidade, e a ainda a superintendência de comunicação, existe hierarquia? De que forma ou em que momentos?
10. Existem manuais ou alguma legislação ou ainda algum documento interno, que preceitue o que pode ser vinculado na rádio?
11. Há algum direcionamento ou vedações impostas por alguma legislação a FMs desse segmento? Quais?
12. Você acredita que a rádio universitária seja diferente das demais rádios locais? Em que?
13. O radiojornalismo da FM universitária, quais as características? Os critérios de seleção da notícia.
14. O fato de ser uma rádio universitária deve atender a certas normas legais, no que diz a FM vem seguindo essas normas? Exemplifique.
15. Como você definiria o papel da rádio universitária para a sociedade?

**APÊNDICE 2 -MODELO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTE/BOLSISTA DO
RADIOJORNAL 1ª EDIÇÃO**

1. Qual o seu vínculo com a Universidade? (sua formação)

2. Há quanto tempo está na rádio? Qual sua função?

3. O radiojornalismo da FM universitária, quais as características? Os critérios de seleção da notícia.

4. você recebe algum tipo de orientação em relação a produção de matérias ou em algum momento da rotina produtiva? Quais?

5. Você vê alguma diferença do radiojornalismo feito aqui para alguma outra emissora?

6. Como você definiria o papel da rádio universitária para a sociedade?

APÊNDICE 3 -MODELO DE ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIO (JORNALISTA)

1. Qual o seu vínculo com a Universidade? (sua formação)
2. Há quanto está na rádio?
3. Conhece o surgimento da emissora?
4. A rádio tem um setor específico para o jornalismo? Quando surgiu?
5. Quem participa?
6. O senhor participa da rotina de produção? De que forma?
7. A rádio é vinculada a universidade, e a ainda a superintendência de comunicação, existe hierarquia? De que forma ou em que momentos?
8. Existem manuais ou alguma legislação ou ainda algum documento interno, que preceitue o que pode ser vinculado na rádio?
9. Há algum direcionamento ou vedações impostas por alguma legislação a FMs desse segmento? Quais?
10. Você acredita que a rádio universitária seja diferente das demais rádios locais? Em que?
11. O radiojornalismo da FM universitária, quais as características? Os critérios de seleção da notícia.
12. O fato de ser uma rádio universitária deve atender a certas normas legais, no que diz a FM vem seguindo essas normas? De que modo?
13. Como você definiria o papel da rádio universitária para a sociedade?

ANEXOS

ANEXO 1 TERMO DE CONSENTIMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



pesquisa.

→ **Garantia de acesso:** Aos profissionais responsáveis pela pesquisa (para os quais poderá ligar a cobrar, se necessário) para esclarecimento de eventuais dúvidas e ainda aos resultados obtidos nesta pesquisa, que serão utilizados para fins estritamente acadêmico-científicos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem em manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. No entanto, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.br Horário de Atendimento ao Público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Em caso de persistência de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Profª Nilsângela Cardoso Lima pesquisador responsável através do número (86) 9 8844-18 e-mail: nilcardoso@gmail.com.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente e de acordo com o exposto acima, Eu Rodrigo Carvalho Sousa declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas, bem como autorizo a gravação de minha fala e a captação de imagem por meio de fotos. **Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.**

Preencher quando necessário

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
() Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
(X) Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;

Local e data: Teresina, 05 de dezembro de 2019.

Rodrigo Carvalho Sousa - 03659503-01
Assinatura e CPF do Participante

Profa. Nilsângela Cardoso Lima
Pesquisador Responsável

3-3

RS

ANEXO 2 TERMO DE CONSENTIMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



pesquisa.

→ **Garantia de acesso:** Aos profissionais responsáveis pela pesquisa (para os quais poderá ligar a cobrar, se necessário) para esclarecimento de eventuais dúvidas e ainda aos resultados obtidos nesta pesquisa, que serão utilizados para fins estritamente acadêmico-científicos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem em manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. No entanto, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.br Horário de Atendimento ao Público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Em caso de persistência de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Profª Nilsângela Cardoso Lima pesquisador responsável através do número (86) 9 8844-18 e-mail: nilcardoso@gmail.com.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente e de acordo com o exposto acima, Eu Paulo Fernando de Carvalho Lopes declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas, bem como autorizo a gravação de minha fala e a captação de imagem por meio de fotos. **Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.**

Preencher quando necessário

- Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
 Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
 Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;

Local e data: Teresina, 05 de dezembro de 2019.

[Assinatura]
Assinatura e CPF do Participante 308.171.773-04

Profª Nilsângela Cardoso Lima
Pesquisador Responsável

ANEXO 3 TERMO DE CONSENTIMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



pesquisa.

→ **Garantia de acesso:** Aos profissionais responsáveis pela pesquisa (para os quais poderá ligar a cobrar, se necessário) para esclarecimento de eventuais dúvidas e ainda aos resultados obtidos nesta pesquisa, que serão utilizados para fins estritamente acadêmico-científicos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem em manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. No entanto, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.br Horário de Atendimento ao Público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Em caso de persistência de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Prof^a Nilsângela Cardoso Lima pesquisador responsável através do número (86) 9 8844-18 e-mail: nilcardoso@gmail.com.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente e de acordo com o exposto acima, Eu Fernanda Sales Pinto declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas, bem como autorizo a gravação de minha fala e a captação de imagem por meio de fotos. **Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.**

Preencher quando necessário

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
() Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.
(X) Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;

Local e data: Teresina, 05 de dezembro de 2019

Fernanda Sales Pinto - 068.626.733-86
Assinatura e CPF do Participante

Prof^a Nilsângela Cardoso Lima
Pesquisador Responsável

Rsp